Memórias

Um olhar na construção da Universidade Federal Rural da Amazônia

Walmir Hugo dos Santos
Paulo Luiz Contente de Barros

Memórias

Um olhar na construção da Universidade Federal Rural da Amazônia

Memórias

Um olhar na construção da Universidade Federal Rural da Amazônia

Walmir Hugo dos Santos
Paulo Luiz Contente de Barros

Belém
2017

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
José Mendonça Bezerra Filho
MINISTRO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA
Sueo Numazawa
REITOR

Paulo de Jesus Santos
VICE-REITOR

Marly Maklouf dos Santos Sampaio
EDITORAÇÃO

COMISSÃO EDITORIAL
Gracialda Costa Ferreira
Israel Hidenburgo Aniceto Cintra
Kedson Raul de Sousa Lima
Moacir Cerqueira da Silva
Sérgio Antônio Lopes de Gusmão

EQUIPE EDITORIAL
Inácia Faro Libonatti
Adriele Leal Pinto
Michelle Rocha Alcântara

ROJETO GRÁFICO
Heliana Brasil
Marly Sampaio

CAPA
Stephan Almeida
J.M Conduru

ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 2501
Cep: 66077-530 – Terra Firme
E-mail: editora@ufra.edu.br

Santos, Walmir Hugo dos

Memórias: Um olhar na construção da Universidade Federal Rural da Amazônia / Walmir Hugo dos Santos, Paulo Luiz Contente de Barros. - Belém: Universidade Federal Rural da Amazônia, 2017.
199 p.:Il.

ISBN 978-85-7295-114-2

1. Registros Históricos. 2. Memórias. 3. Universidade Federal Rural da Amazônia.I. Santos, Walmir Hugo dos. II. Barros, Paulo Luiz Contente de. III. Título

CDD 907.209811.5

"Escrever é a arte de registrar aquilo que a memória não dá mais conta de guardar".

Cecília Ritto - Jornalista.
Revista Veja, agosto de 2015

AGRADECIMENTO ESPECIAL

A severa crise econômica que enfrenta a nação brasileira afetou profundamente a Universidade Federal Rural da Amazônia, que teve contingenciadas parcelas significativas de seu orçamento de custeio, entre as quais se incluem aquelas destinadas à publicação de livros e periódicos da produção acadêmica de seus professores, técnicos e pessoal administrativo.

Os cortes orçamentários alcançaram a edição destas Memórias, não permitindo a oportuna e imediata divulgação de acontecimentos que levassem à sociedade o amplo conhecimento de fatos e ocorrências que fizeram e fazem a história desta Instituição.

Considerando a importância do documento e o trabalho exaustivo de resgate de algumas lembranças deste tradicional estabelecimento de ensino superior em Ciências Agrárias, que não podem mais ficar represadas na memória de alguns, hoje já poucos, que vivenciaram a sua trajetória, os autores procuraram a colaboração de amigos e admiradores da UFRA, para custearem, sob a forma de patrocínio, a edição, no mercado gráfico local, do presente livro.

A iniciativa mereceu a adesão de várias empresas de propriedades de diletos companheiros, bem como do apoio de familiares e, assim, expressamos a todos aqueles que atenderam ao nosso apelo, o mais profundo agradecimento especial, cujas razão social e identidade pessoal estão literalmente relacionadas a seguir, por tão generoso e integral patrocínio que tornou possível esta publicação.

- ELSON AGUIAR MARTINS
- ATAN ENGENHARIA LTDA
- CARMONA CABRERA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA
- SOTEARE ENGENHARIA LTDA
- MARCELO HUGO LISBOA DOS SANTOS
- MAURO CESAR LISBOA DOS SANTOS

Os Autores

HOMENAGENS

A consolidação da Universidade, desde sua primeira antecessora a Escola de Agronomia da Amazônia, implantada em 1951, foi produto de muitos, entre docentes, servidores em geral e discentes, que nunca faltaram com sua dedicação e entusiasmo, mesmo em momentos de grandes dificuldades enfrentadas pela Instituição para manter a mística de uma organização séria, responsável e competente, virtudes conquistadas através de ações de sua missão institucional e, assim, ganhando prestígio e visibilidade perante à sociedade a que serve com muito empenho.

Na categoria de docentes, destacam-se os professores Benito Batista Gabriel Calzavara, Carlos Alberto Moreira de Melo, Álvaro Augusto Mussalem Pantoja Pimentel, José Rodrigues de Souza, Francisco Barreira Pereira, Geraldo Dalete, Hilkias Souza, Alfonso Visniewsky, Eduardo Ferreira da Ponte, Frederico Bartotholo Mergulhão, José Maria Condurú, Maria José da Silva Brandão Esquerdo, Natalina Tuma da Ponte, Miraci Garcia Rodrigues, José Ribamar, José da Silva Lemos, Humberto Marinho Koury, Nadir Silva Castro, Armando da Paz Pulga Rebelo, Lúcio Salgado Vieira, João Paulo Coqueiro, Antônio Luna de Holanda e Eurico Pinheiro, já falecidos, e tantos outros que a memória dos autores se penitencia pelo esquecimento, que dedicaram o melhor de suas competências para transferir aos alunos a excelência do conhecimento que acumularam nas disciplinas acadêmicas que ministraram.

Certamente que a comunidade reconheceu o mérito de cada um ao tempo das duas antecessoras da Universidade, inclusive quanto ao Professor Rubens Lima, também já falecido, que mereceu da Universidade, ainda durante a sua estada neste plano de vida, várias homenagens, culminando com a comenda maior, a de *Professor Honoris Causa*, que lhe foi concedida pelo Conselho Universitário da Universidade Federal Rural da Amazônia.

Vários discentes, que se transformaram em egressos de nossa casa de ensino, também proporcionaram o reconhecimento da comunidade, ao exercerem com brilho e talento a direção de vários estabelecimentos federais, estaduais e municipais responsáveis pelo processo de desenvolvimento socioeconômico do setor agrosilvopastoril do Estado, sobretudo, junto às diversas Secretarias Estaduais de Agricultura, Superintendência do Ministério da Agricultura, Delegacias e Superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Fundações municipais, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, bem como Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará, mandatos parlamentares federais, estaduais e municipais, prefeitos, instituições de pesquisa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Museu Paraense Emílio Goeldi, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira), Instituição de Extensão Rural (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e de muitos outros órgãos afins.

De uma forma ou de outra, esses profissionais já receberam o reconhecimento das organizações a que pertenceram e do público em geral, marcando, indelevelmente, a participação de cada um no sucesso da Universidade, enquanto unidade de ensino superior em Ciências Agrárias. Todavia, alguns professores

da Universidade que se destacaram de forma mais marcante para a construção da Instituição, inicialmente através da antiga Escola de Agronomia da Amazônia - EAA, da qual faziam parte do quadro permanente da categoria de docentes, quer à época de suas atividades acadêmicas ou mesmo em tempo posteriores, entre os quais é prazeroso listar os nomes dos professores LÚCIO SALGADO VIEIRA, NATALINA TUMA DA PONTE, HUMBERTO MARINHO KOURY e EURICO PINHEIRO que deixaram a nossa convivência terrena e foram enriquecer a eternidade celestial, fica, a nossa homenagem, com o nosso reconhecimento por suas virtudes de mestres excelentes e espírito de dedicação e solidariedade com que desempenharam sua missão institucional, virtudes que cultivaram com firmeza de caráter integro e honestidade profissional.

O Professor LÚCIO SALGADO VIEIRA, amigo fiel e compadre de um dos autores do presente documento, era titular da disciplina, que tinha como assistente os professores já aposentados Walmir Hugo dos Santos e Ítalo Cláudio Falesi. Também era docente da Universidade Federal do Pará e foi um cientista dos mais talentosos de nossa Universidade, de renome nacional e internacional, com o título de Mestre em Solos Tropicais por uma das Universidades mais conceituadas da América Central e ministrava a disciplina Solos na EAA e na Faculdade de Ciências Agrárias do Pará.

O Professor Lúcio possuía o dom e o conhecimento das artes do desenho, sendo um caricaturista de primeira linha. Era um artista plástico inato, orquidófilo, poeta, cujo poema dos mais lindos consta em anexo nesta memória, escritor de vários livros técnicos, didáticos e de ficção, estudioso de plantas medicinais, amante de nossa instituição e fez dela o seu santuário acadêmico. Por tudo isso, fica registrado a imorredoura saudade que sentimos do grande amigo e professor, que sempre dedicou o melhor de si por esta casa de ensino.

Outro docente que merece a nossa homenagem pois, segundo a nossa opinião, ainda não recebeu da comunidade todo o reconhecimento que merece, é a Professora NATALINA TUMA DA PONTE, da segunda geração de mestres da nossa Escola, destacada formanda da 2ª turma de Engenharia Agronômica da EAA. A ela fica a nossa admiração pelo excelente trabalho à frente da disciplina que ministrava, bem como na chefia da Unidade de Apoio a Extensão, da FCAP, onde se destacou como uma das mais competentes unidades de apoio estudantil e, sobretudo, pelos inúmeros festivais da Canção e de Artes, que deram uma visibilidade extraordinária ao nosso estabelecimento e um reconhecido incentivo à música e às artes populares de nosso Estado.

À professora Natalina, queremos registrar a nossa permanente lembrança da querida docente, que ilustrou de maneira significativa o quadro de professores permanentes da FCAP, ao qual emprestou o brilho de sua inteligência e o mérito de sua competência.

Também, outro docente a merecer a nossa atenção, em razão de um injustificável esquecimento de nossa comunidade acadêmica é a do professor HUMBERTO MARINHO KOURY, Engenheiro Agrônomo formado na 1ª turma da Escola de Agronomia da Amazônia, em 1954, e logo a seguir admitido como docente da referida Escola, para ministrar a disciplina Botânica Agrícola, no Curso de Agronomia, não só da EAA, como, posteriormente, na FCAP.

Além de docente competente na disciplina que ministrava, o professor Humberto Koury foi responsável pela elaboração do projeto de criação do Curso de Engenharia Florestal, em 1971, e foi o seu primeiro Coordenador, além de ministrar várias disciplinas da sua grade curricular no período 1972 – 1974, com a instituição com um novo nome, ou seja, FCAP, em razão da criação dos Cursos de Engenharia Florestal e de Medicina Veterinária.

Deste modo, entenderam os autores destas Memórias, que por estarem essas informações a respeito da origem do Curso de Engenharia Florestal caindo no esquecimento quase total, se impõe que elas sejam reatualizadas, com o registro do mérito ao professor Humberto Marinho Koury, a quem rendemos as nossas homenagens.

Finalmente, cabe destacar, também, a pessoa do professor EURICO PINHEIRO, egresso da 1ª turma da EAA e um dos mais brilhantes docentes da instituição, sobretudo nas disciplinas que ministrou, sempre voltadas para as grandes culturas regionais e nacional e em especial, no comando do Projeto Seringueira, em convênio com a SUDHEVEA, tendo posicionado as pesquisas sobre essa cultura como área de excelência das antecessoras da Universidade, função que participou até a sua aposentadoria.

O professor EURICO PINHEIRO, não teve, ainda, o reconhecimento da comunidade a altura de seu talento como docente e pesquisador desta Universidade, o que o fazemos, agora, lhe prestando esta homenagem que lhe é devida por todos os seus méritos. Cabe lembrar, ainda, o professor VIRGILIO FERREIRA LIBONATI, um dos mais competentes mestres de nossas duas antecessoras, a EAA, da qual foi aluno dos mais brilhantes, e da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, nas quais se notabilizou como professor da disciplina "Genética e Bioestatística", respeitado e reconhecido como docente que elevou, por sua capacidade acadêmica e científica, o nome dos estabelecimentos de ensino superior em Ciências Agrárias que foram sucedidas pela atual UFRA, onde permaneceu, voluntariamente, doando a sua colaboração profissional em diversas Comissões da Editora da UFRA e responsável por vários pareceres de publicação da produção científica da instituição.

O professor Libonati permanece entre nós, não só com sua presença física, como na memória e no sentimento de todos aqueles que tiveram o privilégio de receber os seus ensinamentos, e esta casa de ensino deve ao referido mestre, uma homenagem especial, a maior existente nos regulamentos e normas que regem a matéria, por ser de justiça e de gratidão por tudo o que ele fez pela grandeza da Universidade e de suas duas antecessoras. O professor Libonati por seus méritos e pela contribuição a esta Universidade, da qual foi um dos seus artífices mais importantes, merece receber da nossa instituição a sua maior titulação acadêmica, comenda que certamente honraria os anais desta tradicional casa de ensino em Ciências Agrárias deste país.

Entre os que permanecem ainda entre nós e rogamos a Deus que assim seja por um longo tempo, destacamos os alunos-professor, Antônio Carlos Albério, Ítalo Augusto Albério, José Fernando Lucas de Oliveira, Manoel Tourinho, Marco Aurélio Leite Nunes, Maria da Glória Cunha, José Maria Condurú Neto, Marcel do Nascimento Botelho, Maria de Nazaré Salgado Vieira, José Luis Moraes, Rosemiro dos Santos Galate, George Russo, Paulo de Jesus Santos, Pedro Emerson Gazel Teixeira, Geraldo Rodrigues Coqueiro, Sérgio Antônio Lopes de Gusmão, Monica Trindade Abreu de Gusmão, Fernando Sérgio Pinheiro, Raimundo Lázaro Moraes da Cunha, Maria Marly de Lourdes Santos, Orlando Ohashi, Adélia Benedita

Coelho dos Santos, Rosangela Viginiano, Maria Amélia Marinho, Benedito Gomes Filho, Margarida Brandão, Antônio Fernandes, Eurico Moraes, José Itabirici de Souza e Silva Junior, Paulo Cezar Tadeu Carneiro dos Santos, José Antônio Koury Alves, Paulo Fernando da Silva Martins, Eva Abufaiad, Maria de Fátima Alves, José Maria Albuquerque, Pedro Nascimento, Amâncio Lopes de Jesus, Manfred Miller, Leila Sobral Sampaio, Rafael Gomes Viana, Antônia Benedita da Silva Bronze, Gizele Barata, Marcos André Piedade Gama, Denmora Gomes de Araújo, Mário Lopes da Silva Junior, Vânia Silva de Melo, João Figueira Batista, Rui de Souza Chaves, Antônio Cardoso, Solange Felicidade Ferreira de Aquino, Herica Santos de Oliveira, José Tupinambás, José Albuquerque, Heliana Maria Silva Brasil, Everaldo Carmo da Silva, Oneide Marka, Carlos Cordeiro Costa, Paulo Roberto de Andrade Lopes, Maria de Lourdes Duarte, Andréia Damasceno Costa e Marcos Antônio Sousa dos Santos entre os profissionais de agronomia e outros da referida categoria.

Também merecem citação os professores Edir Santana de Queiroz Filho, André Luiz Lopes, José Maria Lima, Sueo Numazawa, Fernando Jardim, Alcir Tadeu de Oliveira Brandão, Antônio Moreira, Selma Toyoko Ohashi, Gracialda Ferreira, Maria de Nazaré dos Santos Maciel, Merylene Costa, Luis Gonzaga, Rosangela de Jesus Souza, Paulo Eremita da Silva, Eduardo Saraiva, Maria Rohane de Lima, Manoel Sebastião Pereira de Carvalho, Antônio Carlos Sanguino, José Augusto Santana da Silva, Leonilde Santos Rosa, Francisco de Assis Oliveira, Paulo Cezar Vasconcelos, Waldenei Travassos de Queiroz ,Osvaldino de Souza Miranda na categoria engenheiro florestal.

Cabe citar, igualmente, Raimundo Kleber, Júlio Bringel, Moacir Cerqueira Dias, Ruth Falesi, Leony Marinho, Ana Silvia Sardinha, Hamilton da Silva Junior, Raimundo Benigno, Pergentino Cunha, Haroldo Francisco Lobato Ribeiro, Raimundo Nelson Souza Silva, Antônio Waldir da Silva, Washington Assunção Pereira e Nazaré Fonseca Souza, como médicos veterinários, em nome dos quais devotamos as nossas homenagens, e a todos aqueles que por falta de lembrança não foram mencionados, inclusive os alunos-professores lotados nos diferentes *Campi* da UFRA, pelo amor integral que dedicaram ou ainda dedicam a nossa Universidade, como já o fizeram em relação às suas duas antecessoras, ministrando as disciplinas dos cursos de graduação a que estavam vinculados, na nobre missão de transferência de conhecimento e saber adquiridos ao longo de suas vidas docentes a todos os discentes que procuravam, através dos certames vestibulares, a formação profissional a lhes garantir um lugar no mercado de trabalho, que busca sempre os melhores.

Os atuais educadores que não foram egressos de nossa Universidade, porém tiveram acesso a ela, como os demais, via concurso público, é justo, também, prestar as nossas homenagens. Esse contingente de docentes que ilustra o estabelecimento e que hoje são mais de duas centenas, de um quadro que conta com 348 professores (dezembro de 2015), são merecedores dessa menção em razão do desprendimento e solidariedade que contemplam à UFRA, especialmente em sala de aula, na missionária função de educar, para o qual foram contratados, entre os quais destacamos o professor Antônio Cordeiro de Santana, em nome do qual é imperioso expressar a nossa referência a tão ilustre quadro de docentes.

Um destaque especial a merecer o registro de agradecimentos de nossa comunidade, diz respeito ao quadro técnico-administrativo de nossa Universidade, que soma 424 servidores, destacando nesse conjunto o pessoal técnico de diversas categorias profissionais. Esse pessoal, muitos com o título de

Doutor e outros cursando pós-graduação em nível de doutorado, mestrado e especialização, vem prestando inestimável colaboração técnica a esta Universidade, ainda que, na opinião dos autores do presente documento sobre a história da construção da Universidade, não terem, ainda sido mobilizados para uma integração mais harmônica entre a parte acadêmica e as responsabilidades técnicas, na condução de estudos e pesquisas importantes sobre diversos assuntos referentes a problemática do processo de desenvolvimento agropecuário e florestal que são conduzidos na instituição, quase sempre sobre a coordenação, assistência e direção dos docentes, um cenário que vem se modificando de uma forma um pouco lenta, mas que precisa ser intensificado, para que os resultados desses estudos sejam multiplicados ao longo do tempo.

Assim, cabe o registro de homenagens a esses competentes, valorosos e disciplinados profissionais que muito fazem a esta casa de ensino, pesquisa e extensão de Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Biológicas, Engenharias, Computação e Sistema de Informação.

AGRADECIMENTOS

Uma obra que pretende resgatar informações a respeito da história da construção de uma empresa, sobretudo de uma instituição de ensino superior, que não teve a preocupação de organizar ao longo do tempo, os acontecimentos mais importantes de sua trajetória, não pode ser feita sem a contribuição ou participação dos diversos atores que foram importantes nessa caminhada, hoje, lamentavelmente, pouco lembrada pela maioria daqueles que conviveram ou convivem com esses eventos.

Os autores do presente documento muito usaram o procedimento de consulta a pessoas que pudessem prestar informações, com conhecimento pessoal, ainda que o dado não estivesse sistematizado para arquivo.

Agradecemos ao professor Sueo Numazawa, amigo de sempre, pelo apoio que prestou para realização deste trabalho, incentivando e facilitando o acesso a documentos que não estavam disponíveis para consulta.

Ao professor Paulo de Jesus Santos, Vice-Reitor, que por várias ocasiões ocupou a Reitoria, fica também os nossos agradecimentos pela colaboração recebida.

Ao professor Moacir Cerqueira da Silva, inestimável amigo, os agradecimentos por todo o empenho que sempre dispensou aos autores, especialmente na pesquisa de vários documentos, bem como aos professores Marcel Botelho do Nascimento, Hugo Alves Pinheiro e Adriano Marlison Leão de Souza, pela colaboração prestada no resgate de várias ações que se encontravam ausentes do conhecimento de nossa comunidade, fica registrada a nossa gratidão pela colaboração que recebemos dos queridos mestres.

Ao Engenheiro, Leonam Von Grap Marinho, os nossos agradecimentos pela colaboração que dele recebemos na cessão de várias fotografias dos imóveis construídos mais recentemente, além de outras informações de caráter geral sobre as obras realizadas na Universidade,

Igualmente os agradecimentos a algumas unidades técnicas, administrativas e acadêmicas que não se furtaram a prestar esclarecimentos e informações que lhes eram solicitadas pelos autores da presente publicação, o que, de certa forma, compensou a atitude de alguns colegas e servidores, vários deles ocupando posições importantes na Universidade que, apesar de insistentemente e reiteradas vezes terem sido solicitados a prestar colaboração, nunca as atenderam, apesar de não terem negado o que lhes era pedido.

O estimado amigo e assessor da Reitoria, Pedro Nascimento, os agradecimentos pelo cotidiano empenho e incentivo aos autores desta publicação, justificando, assim, a nossa gratidão.

À Editora Chefe Marly Maklouf dos Santos Sampaio e a sua equipe da Editora da UFRA, pela revisão da publicação desta edição e à professora Heliana Maria Silva Brasil que deu a sua parcela de colaboração e de revisão do texto, fica também os agradecimentos dos autores.

Ao pessoal da Assessoria de Comunicação – ASCOM, desta Universidade, capitaneada pelo professor Moacir Cerqueira da Silva e a nossa estimada colega de trabalho Adriane Faturi e demais

servidores dessa Assessoria, que nunca faltaram com o seu apoio, no sentido de facilitar o acesso a vários e importantes materiais de divulgação, fica registrado o nosso agradecimento por tudo o que contribuíram para a edição destas Memórias.

Aos professores Marcel do Nascimento Botelho, Carlos Augusto Cordeiro Costa, José Maria Hesketh Condurú Neto e ao competente Veterinário Heriberto Figueredo, bem como ao Assistente Administrativo Adriano Borges, agradecemos a colaboração recebida, especialmente na redação de alguns tópicos desta publicação ou no fornecimento de dados e informações que possibilitaram o registro de ações importantes da UFRA, enriquecendo o trabalho e recheando estas Memórias do conhecimento que não estavam, ainda, perfeitamente na ciência da comunidade.

Finalmente, a tantos outros que, anonimamente, colaboraram com os autores para esta edição, e que, mesmo de forma injustificável, estão sendo vítimas de nossa falta de memória, gostaríamos, sinceramente, que se sintam por nós, agradecidos, pois foram importantes para que chegássemos a contar com o maior número possível de informações, que consideramos os tijolos da construção da estrutura básica desta Universidade.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	Pórtico de entrada da EMBRAPA, sucessora do IAN e IPEAN	37
Figura 2-	Escola Esatdual de Ensino Fundamental e Médio Prof. Virgílio Libonati	39
Figura 3-	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mário Barbosa	39
Figura 4-	Vistas do ginásio de esportes	40
Figura 5-	Vista da piscina semiolímpica do centro esportivo no *Campus* Belém	40
Figura 6-	Vista lateral do prédio do PROPAZ	41
Figura 7-	Vista da Divisão de Saúde e Qualidade de Vida – DSQV	42
Figura 8-	Bandeira da Escola de Agronomia da Amazônia – EAA	45
Figura 9-	Bandeira da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará – FCAP	45
Figura 10-	Brasão d'Armas da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA	48
Figura 11-	Bandeira da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA	49
Figura 12-	Beca	52
Figura 13-	Samarra	52
Figura 14-	Capelo	52
Figura 15-	Colar Reitoral	52
Figura 16-	Bastão Reitoral	52
Figura 17-	Reitor dispondo as Vestes Talares	53
Figura 18-	Ônibus para transporte interno denominado de Bagé	67
Figura 19-	Ônibus transportando alunos no *Campus* Belém	68
Figura 20-	Vistas internas e externa da garagem	71
Figura 21-	Vistas do complexo esportivo do *Campus* Belém	79
Figura 22-	Hospital Veterinário – HOVET, *Campus* Belém	80
Figura 23-	Vista externa do restaurante universitário - prédio antigo	81
Figura 24-	Vista do interior do restaurante universitário - prédio antigo	82
Figura 25-	Vistas do refeitório com a presença de alunos e servidores no antigo restaurante universitário	83
Figura 26-	Portal do Projeto Carroceiro	85
Figura 27-	Taxa de participação dos discentes e servidores nos atendimentos do Serviço Médico em 2014	89
Figura 28-	Taxa de participação dos discentes e servidores nos serviços de atendimento Odontológico em 2014	90
Figura 29-	Participação da comunidade docente e técnico-administrativo da UFRA nos procedimentos realizados pelo Serviço de Engenharia de Segurança no Trabalho no ano de 2014	91
Figura 30-	Vistas lateral e interna do prédio do Curso de Letras/Libras com detalhe do elevador	98
Figura 31-	Área de várzea às margens do Rio Guamá, onde está implantado o Projeto UD-Várzea e o símbolo adotado para o projeto	102
Figura 32-	Limpeza, recuperação e plantio do sub-bosque da área do Projeto UD-Várzea	103
Figura 33-	Recuperação da ponte de madeira e do dreno principal	104
Figura 34-	Recuperação do tabuleiro de cultivo de arroz irrigado e fases de desenvolvimento e colheita, na área do projeto UD-Várzea	105
Figura 35-	Estrada de acesso recuperada, no trecho em frente ao alojamento UD-Várzea	106

Figura 36-	Limpeza do terreno e fases da construção do centro de treinamento do ProjetoUD-Várzea	107
Figura 37-	Fases inicial e final da construção do alojamento na área do projeto UD-Várzea	108
Figura 38-	Fases da construção da barragem	109
Figura 39-	Viveiro recuperado e fases da construção de novos viveiros	110
Figura 40-	Ponte de madeira para dar suporte ao embarque e desembarque dos alunos do subprojeto "Monitor Rural"	112
Figura 41-	Ponte de concreto às margens do Rio Guamá, na área do Projeto UD-Várzea	113
Figura 42-	Ancoradouro do navio de pesquisa Almirante Paulo Moreira do CPNOR/IBAMA	113
Figura 43-	Vista geral externa e interna do aviário rústico para criação de patos	115
Figura 44-	Divisões internas do aviário de patos, com áreas para as diferentes fases de crescimento	116
Figura 45-	Vista parcial da área para implantação de pastagem no Projeto UD-Várzea	117
Figura 46-	Vista parcial do pasto dividido em piquetes na área de várzea no Projeto UD- Várzea	118
Figura 47-	Vista parcial do pasto na área de transição entre a terra firme e a várzea e o do estabulo	118
Figura 48-	Área de ocorrência do mogno (*Swietenia macrophylla* King) na Amazônia Brasileira	130
Figura 49-	Vista parcial da área do sítio Manguezal	139
Figura 50-	Vista parcial da torre instalada no sítio Manguezal	139
Figura 51-	Vista parcial da área do sítio Mangueiras	140
Figura 52-	Vistas da torre no sítio Mangueiras, Vila de Cuiarana, Salinópolis	141
Figura 53-	Vista parcial do ecossistema do sítio Floresta	142
Figura 54-	Vista parcial da torre de 60m de altura no sítio Floresta de Terra Firme, Caxiuanã, Melgaço-PA	143
Figura 55-	Monumento comemorativo dos 50 anos da FCAP em frente à entrada principal do *Campus* Belém	154
Figura 56-	Maquete das futuras instalações da Reitoria da UFRA	156
Figura 57-	Vistas lateral e frontal do prédio do Laboratório de Tecnologia da Madeira – LTM	157
Figura 58-	Vistas frontal e lateral do pavilhão de salas de aulas	158
Figura 59-	Prédio do setor de acessibilidade onde funciona a PROAES	159
Figura 60-	Instalações do Centro de Pesquisas em Caprinos e Ovinos do Pará – CPCOP	160
Figura 61-	Vista do prédio da PROGEP, com área de ampliação	161
Figura 62-	Galpão pré-moldado da superintendência do patrimônio	161
Figura 63-	Casa de força do *Campus* Belém	162
Figura 64-	Vista do prédio atual da Reitoria onde funciona a Vice-Reitoria e a Procuradoria	162
Figura 65-	Prédio da Divisão de Capacitação e Desenvolvimento – DCAD	163
Figura 66-	Prédio do Núcleo de Ensino à Distância – NEAD	164
Figura 67-	Prédio da Central de Docentes I	164
Figura 68-	Vistas do prédio do Curso de Engenharia Ambiental e Energias Renováveis	165
Figura 69-	Prédio do centro de pesquisa e pós-graduação	166
Figura 70-	Vistas da passarela que liga o prédio central ao restaurante	167
Figura 71-	Vistas do terminal do ônibus "Bagé" no portão principal do *Campus* Belém	168
Figura 72-	Restaurante Universitário - prédio novo	169
Figura 73-	Sede da Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias reformada e ampliada	170

Figura 74- Prédio do Centro de Tecnologia Agropecuária – CTA 171
Figura 75- Prédio do Centro de Qualidade e Monitoramento Ambiental – CQMA 172
Figura 76- Central de Docentes II 172
Figura 77- Laboratório de Aquicultura Tropical 173
Figura 78- Dependências internas que compõem a ampliação da Biblioteca Central, no *Campus* Belém 175
Figura 79- Prédio do Curso de Letras/Libras no *Campus* Belém 177
Figura 80- Ponte Transcontente 179
Figura 81- Vista da pista de rolamento principal no *Campus* Belém 180
Figura 82- Vistas do prédio de salas de aula e laboratórios e dos gabientes de professores no *Campus* Capitão Poço 183
Figura 83- Vistas do portal de entrada do *Campus* Paragominas e dos prédios de sala de aula e laboratórios 184
Figura 84- Vistas frontal e interna do prédio alugado e construção do prédio próprio no *Campus* Capanema 185
Figura 85- Vistas dos prédios em fase de construção no *Campus* de Tomé-Açu 186
Figura 86 Vistas do portal de entrada e dos prédios do *Campus* Parauapebas 187
Figura 87- Infraestrutura de apoio à pesquisa na base física da estação experimental de piscicultura de água doce de Castanhal 188
Figura 88- Prédio de alojamento na estação experimental de piscicultura de água doce de Castanhal 189
Figura 89- Residência do administrador da estação experimental de piscicultura de água doce de Castanhal 189
Figura 90- Residência na base física de Cuiarana 190
Figura 91- Instalações da central de leite em Igarapé-Açu 191

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Número de cursos atuais e expansão dos cursos de graduação em nível de Bacharelado (B) e Licenciatura (L) no *Campus* Belém	54
Tabela 2-	Relação de cursos atuais e expansão dos cursos de pós-graduação no *Campus* Belém	55
Tabela 3-	Cursos atuais e expansão dos cursos de graduação e pós-graduação no *Campus* Capanema	56
Tabela 4-	Cursos atuais e expansão dos cursos de graduação e pós-graduação no *Campus* Capitão Poço	57
Tabela 5-	Cursos atuais e expansão dos cursos de graduação e pós-graduação no *Campus* Paragominas	58
Tabela 6-	Cursos atuais e expansão dos cursos de graduação e pós-graduação no *Campus* Parauapebas	59
Tabela 7-	Cursos atuais e expansão dos cursos de graduação e pós-graduação do *Campus* Tomé-Açu	61
Tabela 8-	Programa de expansão dos cursos de graduação e pós-graduação no *Campus* Tailândia	62
Tabela 9-	Cursos de graduação previstos para o Núcleo Ulianópolis	63
Tabela 10-	Cursos de graduação previstos para o Núcleo Ourilândia do Norte	64
Tabela 11-	Cursos de graduação previstos para o Núcleo Viseu	64
Tabela 12-	Cursos de graduação previstos para o Núcleo Colares	65
Tabela 13-	Expansão de cursos de graduação no Núcleo Santa Izabel do Pará	65
Tabela 14-	Relação da frota de veículos a diesel da UFRA (dezembro 2015)	69
Tabela 15-	Relação da frota de veículos flex da UFRA (dezembro 2015)	70
Tabela 16-	Relação de bicicletas, motocicletas e tratores no *Campus* Belém (dezembro 2015)	71
Tabela 17-	Relação de Emendas Parlamentares Individuais no ano de 2010 - UFRA	75
Tabela 18-	Relação de Emendas Parlamentares Individuais no ano de 2011 - UFRA	76
Tabela 19-	Relação de Emendas Parlamentares Individuais no ano de 2013 - UFRA	77
Tabela 20-	Emenda Parlamentar Individual no ano de 2014 - UFRA	77
Tabela 21-	Equídeos atendidos no Projeto Carroceiro no ano de 2014	86
Tabela 22-	Procedência de equídeos atendidos diretamente no Projeto Carroceiro, em Belém no ano 2014	86
Tabela 23-	Procedimentos clínicos e cirúrgicos durante o ano de 2014 no Projeto Carroceiro no *Campus* Belém	87
Tabela 24-	Relação dos órgãos federais, estaduais e municipais parceiros do Projeto Carroceiro	87
Tabela 25-	Número de atendimentos, discriminado por procedimento, pelo Serviço Médico, em 2014	88
Tabela 26-	Número de atendimentos prestados pelo Serviço Odontológico da UFRA, em 2014	89
Tabela 27-	Número de ações desenvolvidas pelo Serviço de Engenharia de Segurança no Trabalho, em 2014	90
Tabela 28-	Número de atendimentos em ações de saúde desenvolvidos pelo Serviço de Engenharia de Segurança no Trabalho, em 2014	91
Tabela 29-	Número de visitas da DSQV nos *Campi* e Unidades interiorizadas da UFRA, em 2014	92
Tabela 30-	Projetos desenvolvidos pela DSQV, em 2014, e o respectivo número de participantes	92
Tabela 31-	Cursos planejados pelo DCAD oferecidos aos servidores da UFRA, durante o ano de 2014	94
Tabela 32-	Resultados alcançados no ano de 2014 – DCAD	94
Tabela 33-	Relação dos cursos oferecidos no âmbito do Projeto UD-Várzea (1997 – 2000)	119
Tabela 34-	Programas de pós-graduação, com suas respectivas áreas de concentração, em 2009	146
Tabela 35-	Evolução do quadro permanente de docentes, por qualificação no período 2009 a 2014	148

Tabela 36- Programas de pós-graduação da UFRA (ano-2015) 148
Tabela 37- Acordos de Cooperação Internacional assinados com a UFRA, mediante a ACII/UFRA (agosto de 2015) 151

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 27

INTRODUÇÃO 29

O HISTÓRICO DA INSTALAÇÃO DA ESCOLA DE AGRONOMIA DA AMAZÔNIA – EAA 33

VINCULAÇÃO COM O INSTITUTO AGRONÔMICO DO NORTE – IAN 35

INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE 37

CONSOLIDAÇÃO DA INFRAESTRUTURA ACADÊMICA E ADMINISTRATIVA DA UFRA 42

SIMBOLOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA 44

As Vestes Talares Reitorais 50

Beca 50

Samarra 50

Capelo 50

Colar reitoral 51

Bastão reitoral 51

EXPANSÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO 54

Campus **Belém** 54

Campus **Capanema** 55

Campus **Capitão Poço** 57

Campus **Paragominas** 57

Campus **Parauapebas** 59

Campus **Tomé-Açu** 60

NOVOS *CAMPUS* E NÚCLEOS 61

Campus **Tailândia** 61

Núcleos 63

Ulianópolis 63

Ourilândia do Norte 63

Viseu 64

Colares 64

Santa Izabel do Pará 65

A FROTA DE VEÍCULOS DA UNIVERSIDADE 66

Viaturas e outros equipamentos nos *Campi* interiorizados e nas bases físicas 72

Campus Capitão Poço 72

Campus Parauapebas 72

Campus Capanema 73

Campus Paragominas 73
Campus Tomé-Açu 73
Fazenda Escola de Igarapé-Açu 73
Estação Experimental de Piscicultura de Água Doce de Castanhal 74
Avulsos 74

EMENDA PARLAMENTAR 74

RESPONSABILIDADE SOCIAL DA UNIVERSIDADE 78
Bases físicas 78
Ginásio de Esportes 79
Hospital Veterinário 80
Restaurante Universitário 80
Projeto Carroceiro 84
Saúde e qualidade de vida 88
Capacitação de servidores 93
Subprojeto Monitor Rural 95

CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS/LIBRAS 96

CENTRO DE PESQUISAS EM CAPRINOS E OVINOS DO PARÁ – CPCOP 98

PROJETO UNIDADE DEMONSTRATIVA DE ALTERNATIVAS DE USO DE ÁREAS DE VÁRZEAS – UD-VÁRZEA 99
Antecedentes do uso de áreas de várzeas 99
Viabilização para o uso de áreas de várzeas 100
Implantação do Projeto UD-Várzea 102
Ações de revitalização da área do Projeto UD-Várzea 103
Novas instalações na área do Projeto UD-Várzea 106
Formação e capacitação dos ribeirinhos 118
Situação atual da UD-Várzea 120

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DOS *CAMPI* E BASES FÍSICAS DA UNIVERSIDADE 121
***Campus* Belém 122**
***Campus* Capanema 122**
***Campus* Capitão Poço 123**
***Campus* Paragominas 123**
***Campus* Parauapebas 124**
***Campus* Tomé-Açu 125**
Área de Benfica (Município de Benevides/PA) 125
Estação Experimental de Piscicultura de Água Doce de Castanhal 126

Fazenda Escola de Igarapé-Açu **126**
Área de Cuiarana **127**
Outras Áreas **127**
Santarém 127
Curuçá 128
Conceição do Araguaia 128
ÁREAS DE EXCELÊNCIA NA FCAP/UFRA **129**
Mogno como área de excelência **129**
Evolução e Manejo de Florestas Nativas com Ocorrência de Mogno (*Swietenia macrophylla* King) 129
Evolução e Controle da Broca do Mogno em Florestas Plantadas 132
Manejo florestal como área de excelência na FCAP/UFRA **134**
Participação da FCAP/UFRA na construção das normas de acesso ao recurso florestal da Amazônia **136**
Programa de Pesquisas sobre Interações Biosfera-Atmosfera na Amazônia – LBA **137**
Sítio Manguezal 138
Sítio Mangueiras 140
Sítio Floresta de Terra Firme 141
CADEIAS PRODUTIVAS, MERCADOS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA **143**
A PÓS-GRADUAÇÃO NA UFRA **145**
ASSESSORIA DE COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL E INTERNACIONAL – ACII **149**
AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA DA UNIVERSIDADE **153**
Os *Campi* **154**
***Campus* Belém** **154**
Prédio da Reitoria 155
Laboratório de Tecnologia da Madeira 156
Pavilhão de Salas de Aulas 158
Prédio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAES 158
Prédio do Centro de Pesquisas em Caprinos e Ovinos do Pará – CPCOP 159
Prédio da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP 160
Prédio da Superintendência do Patrimônio 161
Casa de Força 161
Ampliação do Prédio da Reitoria 162
Prédio da Divisão de Capacitação e Desenvolvimento – DCAD 163
Prédio do Núcleo de Ensino à Distância – NEAD 163
Central de Docentes I 164

Prédio do Curso de Engenharia Ambiental e Energias Renováveis 165
Prédio do Centro de Apoio à Pesquisa e Pós-Graduação 165
Passarela Ligando o Prédio Central ao Restaurante Universitário 166
Terminal de Ônibus 167
Restaurante Universitário 168
Reforma e Ampliação do Prédio Ocupado pela FUNPEA 169
Centro de Tecnologia Agropecuária – CTA 170
Centro de Qualidade e Monitoramento Ambiental – CQMA 171
Central de Docentes II 172
Laboratório de Aquicultura Tropical 173
Ampliação da Biblioteca Central 173
Editora da Universidade Federal Rural da Amazônia – EDUFRA 175
Prédio do Curso de Graduação em Letras/Libras 176
Laboratório de Informática 178
Ponte Transcontente 178
Recuperação e Asfaltamento da Malha Viária e Estacionamentos 179
Campi **Interiorizados** **181**
Campus Capitão Poço 182
Campus Paragominas 183
Campus Capanema 184
Campus Tomé-Açu 185
Campus Parauapebas 186
BASES FÍSICAS **188**
Estação Experimental de Piscicultura de Água Doce de Castanhal **188**
Cuiarana **190**
Fazenda Escola de Igarapé-Açu **190**
COMENTÁRIO FINAL **191**
REFERÊNCIAS **193**
ANEXOS **195**
ANEXO I - HINO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA **197**
ANEXO II - PRECE À VIDA **199**

APRESENTAÇÃO

Os autores da presente publicação apresentam à comunidade que faz esta instituição e ao público em geral, o segundo livro da série "História da Universidade", série instituída pela Editora de nosso estabelecimento para recolher a caminhada da organização ao longo dos anos de seu passado e do seu futuro, de modo a que não se percam os eventos e acontecimentos que contribuíram para a sua construção, enquanto unidade de ensino superior em Ciências Agrárias desta região.

O presente livro, intitulado "MEMÓRIAS: Um olhar na construção da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA", tem o escopo de destacar tudo aquilo que foi importante para o levantamento deste imponente edifício do saber e do conhecimento, bem como fatos que constituíram os alicerces que suportam a sua existência e a solidez da trajetória desta Universidade, principalmente como efetiva participante do desenvolvimento socioeconômico regional, com o qual está perfeitamente integrada.

Esta edição destas "Memórias", ao lado do livro que inaugurou a série sob o título "Registros Históricos: Contribuição à Memória da Universidade Federal Rural da Amazônia", são publicações que se completam, pois tratam do mesmo assunto, ou seja, a história da Universidade, suas origens e consolidação e, sobretudo, para mostrar às gerações contemporâneas que esta casa de ensino é, também, produto do esforço e da dedicação de várias gerações que passaram por ela, desde os tempos de suas duas antecessoras.

A Universidade, como este país, não nasceu agora como, lamentavelmente, alguns, equivocadamente, imaginam ter ocorrido com a criação desses dois entes históricos. O Brasil e a Universidade foram se consolidando ao longo de suas respectivas existências e, em cada período de tempo, foram agregando história às suas caminhadas em direção ao futuro de suas próprias instituições, de modo que, cada evento significativo representava um tijolo a mais no processo de construção de suas vidas institucionais.

É assim que deve ser entendido o lançamento desta publicação e da anterior "Registros Históricos", ambas contemplando fatos, acontecimentos e ações que fizeram as suas respectivas histórias.

INTRODUÇÃO

A Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, completou 65 anos de existência, computados os períodos correspondentes a Escola de Agronomia da Amazônia – EAA e a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará – FCAP, das quais foi sucessora, aquela instalada em 17 de abril de 1951 e esta, em 8 de maio de 1972, data em que, por Decreto de Transformação de nº 70.268, publicado no Diário Oficial da União -DOU, de 9 de março de 1972, teve a sua denominação alterada de EAA para FCAP.

Ao longo desse período de mais de seis décadas, a Universidade, como suas duas sucessoras, viveu intensamente grandes acontecimentos e eventos memoráveis, que contribuíram para a sua consolidação como a principal unidade de ensino em Ciências Agrárias do Norte do país e uma das melhores existentes em todo o território nacional.

Mas não foi fácil essa conquista. Desde o início de sua instalação, em abril de 1951, a então Escola de Agronomia da Amazônia desenvolveu uma ampla programação acadêmica e de pesquisa, cujos resultados lhe proporcionaram uma posição destacada na região. O aparato institucional que dispunha contribuiu, não só para a formação profissional em agronomia aos jovens que buscavam os seus assentos escolares para a qualificação que haviam escolhido, como, também, para a Amazônia, que iniciava o processo de inserção no conjunto do maior crescimento do país, desde que, ainda hoje e lamentavelmente, a região Norte do Brasil continua periférica em relação às demais regiões brasileiras, sobretudo o Sudeste e o Sul.

O curso de agronomia, na então instalada Escola de Agronomia da Amazônia, foi fundamental para o fortalecimento institucional das entidades públicas da região e, especialmente, do Estado do Pará e, igualmente, das empresas privadas ligadas à agricultura, que passaram a contar com maior possibilidade de mão de obra especializada, com formação técnica apoiada na solução dos problemas enfrentados pela agropecuária regional.

Os profissionais diplomados pela EAA tinham na sua formação o estudo das principais culturas da região e tomavam conhecimento e experiência em diversas pesquisas das quais participavam, cujos responsáveis eram os docentes do estabelecimento formador, ou então, as experimentações levadas a efeito pelo Instituto Agronômico do Norte, da rede de pesquisa da agropecuária nacional e, assim, foram partícipes indiscutível do avanço experimentado, a partir de então, da agricultura e pecuária praticada na região.

Não há nenhuma dúvida da participação dos egressos da antiga EAA, como da FCAP e da atual UFRA no desenvolvimento regional, especialmente nos segmentos das atividades vinculadas às Ciências Agrárias e, principalmente, na mudança da base produtiva da agricultura tradicional.

Hoje, os profissionais de ciências agrárias diplomados pela Universidade e suas duas antecessoras povoam todas as organizações públicas e privadas ligadas ao setor agrícola e atividades agrárias da região, mostrando a sua competência à frente das principais tarefas do ensino, pesquisa, extensão e fomento nas diversas instituições do setor, confirmando a importância que representam para a elevação permanente da produtividade e produção agrícola, pecuária e florestal.

A extensão rural, sem dúvida a maior demandante de mão de obra especializada em Ciências Agrárias, especialmente de agronomia, só se tornou plenamente viável e com melhores índices de resultados sociais e econômicos quando foi possível ter profissionais com formação técnica adequada às atividades que empregavam o conhecimento e o saber dos problemas que afetam o meio agrário como um todo.

Os técnicos especialistas em agronomia e atividades afins, como os de Engenharia Agronômica, os profissionais em Ciências Florestais e em Medicina Veterinária são os que têm maior capilaridade nas áreas não citadinas, entre todas as categorias que, por sua própria natureza, devem estar com participação garantida nesses espaços, como os médicos e advogados, entre outros.

Os 65 anos de existência da atual Universidade foram marcados pela realização de eventos, acontecimentos e problemas que a instituição não se furtou em enfrentá-los em defesa de seu patrimônio físico, material e cultural, além da rotina permanente que caracteriza organizações de ensino superior em Ciências Agrárias. Enfim, a construção da nossa casa de ensino, hoje localizada no topo das entidades de ensino, como são as Universidades, tem características de atividades agregadas de pesquisa e extensão rurais, que lhe imprime um esforço adicional de gestão e de responsabilidades que são próprias desse modelo institucional.

Assim, essa construção se deu a cada momento em que os resultados positivos eram alcançados, o que garantiu a solidez da instituição e o reconhecimento que obteve da sociedade regional e nacional, como uma das Universidades mais importantes no mundo acadêmico e científico em Ciências Agrárias.

Todavia, apesar da ampla repercussão nos setores mais representativos da categoria institucional em que está inserida, no instante em que foram ocorrendo esses eventos e acontecimentos, detectou-se a falta de uma estrutura organizacional capaz de garantir a perenidade desses fatos relevantes para a instituição. A comunidade interna e a sociedade em geral tiveram um conhecimento quase efêmero desses fatos e eventos, a tal ponto que as novas gerações (não tão novas assim), deles não tem lembrança, ou quando tem, infelizmente, é de forma distorcida da realidade da ocorrência.

Por esta razão, ou seja, para trazer o passado da nossa instituição, para o presente da nossa Universidade e, assim, toda a comunidade que hoje faz a grandeza da UFRA tome conhecimento de que a atual Universidade teve uma trajetória exitosa e foi fruto do esforço e do trabalho de muitos que aqui passaram, apesar dos inúmeros problemas enfrentados ao longo de mais de seis décadas de participação efetiva no processo de desenvolvimento socioeconômico da região e do país.

Desta forma, o presente trabalho tem o objetivo de resgatar para as atuais gerações de docentes, servidores, alunos e ex-alunos desta Universidade, bem como e principalmente da sociedade regional, a história da construção da Universidade Federal Rural da Amazônia e o processo de incorporação deste imponente conjunto de conhecimento e saber, desde o início da implantação de sua antecessora, a Escola de Agronomia da Amazônia, passando pela Faculdade de Ciências Agrárias do Pará e chegando à esta Universidade. Esta instituição precisa crescer, ainda mais, para tornar irredável os alicerces que foram fundados ao longo desses 65 anos e para que as gerações atuais, especialmente as de docentes e discentes, saibam que a nossa Universidade tem uma história de lutas para chegar ao posto que hoje ocupa no cenário universitário regional, e assim, certamente, terão toda a razão para dela orgulhar-se, mesmo que, até hoje, tenha permanecido, quase esquecida, parte de sua história.

A segunda razão deste documento histórico, e o segundo da "Série Histórica" é despertar o interesse dos membros dos diversos segmentos da nossa comunidade em participar da história da instituição, levando à público assuntos que, a critério de cada qual, não constem da atual publicação, mas que mereçam um tratamento que eternizem o seu conhecimento para as gerações futuras.

Os assuntos abordados neste documento serão, tanto quanto possível, expostos de forma cronológica e os conceitos emitidos, quando couber, serão de única e exclusiva responsabilidade dos autores do presente trabalho.

Diante disso, os professores Walmir Hugo dos Santos (aposentado) e Paulo Luiz Contente de Barros resolveram elaborar um documento, que retratasse de maneira fidedigna os vários acontecimentos que ocorreram durante a existência da instituição, desde à instalação da EAA, de modo a levar ao conhecimento de todos o processo de construção desta organização, especialmente destacando cada tijolo dessa trajetória que, certamente, causa júbilo aos que dela participaram.

Os autores buscaram, sempre, a colaboração e a participação de cada ator que contribuiu de forma integral em cada evento, o que dá maior autenticidade ao documento, pois foi decorrente da visão dos próprios participantes nos diversos projetos, atividades e ações que desenvolveram.

O HISTÓRICO DA INSTALAÇÃO DA ESCOLA DE AGRONOMIA DA AMAZÔNIA – EAA

A Escola de Agronomia da Amazônia – EAA foi criada através do Decreto-Lei nº 8.290, de 5 de dezembro de 1945, publicado no Diário Oficial da União, de 7 de dezembro do mesmo ano. Porém, só foi implantada em 17 de abril de 1951, isto é, 5 anos, 3 meses e 17 dias depois, em sessão de instalação solene, no antigo escritório central, em Belém, das plantações conduzidas em Belterra e Fordlandia, na região do Tapajós, neste Estado do Pará.

Ainda hoje não há explicações convincentes a respeito das razões que justificassem o longo tempo entre o Decreto de criação da escola e a data de sua instalação, mesmo existindo a justificativa de *"dificuldades orçamentárias"* que permanece aceita até os dias correntes, embora não encontre um mínimo de acolhimento entre as pessoas que vivenciaram àquela época e dos antecedentes históricos que, sem nenhuma dúvida, foram responsáveis pela decisão de um estabelecimento dedicado à formação de profissionais de Ciências Agrárias. Conforme já amplamente exposto em publicação editada por esta Universidade, sob o título "Registros Históricos: Contribuição à Memória da Universidade Federal Rural da Amazônia", em capítulo próprio sobre a EAA" (SANTOS,2014), cuja autoria foi do professor aposentado desta Instituição Walmir Hugo dos Santos, também um dos autores do presente trabalho, o assunto merece, ainda, outras reflexões.

É incontroverso, no dizer da publicação referida, que a criação da Escola de Agronomia da Amazônia está diretamente vinculada ao término da Segunda Guerra Mundial. Entre as muitas preocupações da nova ordem mundial, estabelecida ao final da Segunda Guerra, agigantava-se a situação da superpopulação do planeta e a necessidade de oferecer alimentação para tão grande contingente, mas que, ao mesmo tempo, exigia a existência de uma infraestrutura social e econômica capaz de responder a esse desafio, mas, lamentavelmente, o levantamento das bases disponíveis para essa empreitada, mostrava a insuficiência de meios e equipamentos que pudessem ser mobilizados.

Nesse contexto, a criação de um órgão que desse apoio a formação de profissionais que participassem do esforço para o aumento da produção e produtividade agropecuária que o mundo tanto necessitava e, para a qual a região amazônica se destacava pela imensidão de seus recursos naturais, entre os quais abundavam as terras agricultáveis e, assim, justificava a esperança dos líderes mundiais de que a região seria um dos palcos principais para a solução da fome que afligia grande parte da humanidade.

Com esse objetivo e com essa missão, o governo brasileiro, por imposição da conjuntura internacional, resolveu criar a Escola de Agronomia da Amazônia, com a função específica de formação de Engenheiros Agrônomos para alavancar o processo de desenvolvimento do norte do país, parcela territorial em que está inserida a Amazônia brasileira e que deveria participar, como peça principal, do processo do aumento da produção e da produtividade da agricultura regional e da política de enfrentamento decorrente do problema da falta de alimentação, para atenuar a fome de grandes conjuntos populacionais, principalmente de produtos básicos de subsistência.

Diante desta conjuntura, entende-se as razões que levaram à criação da EAA, determinada pela liderança de uma nova ordem planetária que queria afastar, de uma vez por todas, a nefasta doutrina nazista

que provocou a hecatombe que atingiu o mundo todo, cuja determinação foi prontamente atendida pelo governo brasileiro, sacramentou a importância que essa decisão representava para a humanidade em seu esforço para combater a fome no planeta.

Dessa forma, a desculpa de falta de recursos financeiros para a instalação logo a seguir da Escola de Agronomia da Amazônia, o que resultou em um atraso em mais de 5 anos entre a criação e seu funcionamento, não se justifica sob nenhuma hipótese, principalmente por ter sido ela criada vinculada ao antigo Instituto Agronômico do Norte – IAN, entidade pública federal em plena operação na cidade de Belém, dotado de uma infraestrutura técnica e administrativa das mais organizadas e competentes da região e, assim, sem necessidade de grandes investimentos para implantação imediata do novo estabelecimento de ensino superior, agora de Ciências Agrárias, segmento econômico então bastante carente à nível regional.

Buscando alternativas que pudessem lançar um pouco de luz em tão sombrio episódio, um dos autores desta publicação consultou um antigo dirigente da ex-Escola de Agronomia da Amazônia que, enfaticamente, declarou que a instalação da EAA não foi feita, imediatamente, após a sua criação, como acontece em todos os atos desta natureza, por única e exclusiva decisão do Dr. Felisberto Camargo, à época, Diretor do IAN e cientista "todo poderoso" na região e com grande prestígio nos altos escalões da república.

Por esta razão, a instalação da EAA não se deu conforme esperado pela comunidade científica, acadêmica e política e desejada pela sociedade amazônica, por única e exclusiva vontade daquele técnico que comandava o IAN, à época, agora, com a denominação de Embrapa-Amazônia Oriental, um dos mais importantes centros de pesquisa agropecuária do país.

Mas, ainda assim, não é possível concordar com a hipótese declarada pelo ex-dirigente, desde que, mesmo que o Dr. Camargo tivesse algum tipo de preconceito contra a criação da nova escola de ensino superior, pois que, segundo voz corrente até hoje em esfera regional, foi ele o principal articulador da criação da EAA, na qualidade de ser o cientista para o qual eram encaminhadas as sugestões de novas ações socioeconômicas previstas pela comunidade internacional para serem desenvolvidas nesta região amazônica. Ou seja, mesmo que o Dr. Camargo tivesse, pessoalmente, qualquer tipo de restrição à existência efetiva da nova entidade criada através de Decreto-lei, a sua posição seria uma contradição de sua atitude em relação ao estabelecimento para a criação da qual contribuiu, através de seu prestígio pessoal, como acredita-se até hoje.

O Dr. Felisberto Camargo era um cientista de posicionamento científico muito claro, o que dá ensejo ao convencimento das gerações atuais, após 65 anos de existência da EAA, de que ele não seria capaz de procedimento tão duvidoso, como é lícito pensar como justificativa do longo tempo entre a criação da EAA em 1945, e a sua instalação apenas em 1951.

Uma outra razão para afastar, em definitivo, a suposta hipótese de falta de recursos financeiros para justificar a demora de implantação da nova Escola recém-criada, está contida na determinação do artigo 9º do citado Decreto-Lei que dispõe: Art. 9º - " Fica o Diretor da Escola de Agronomia da Amazônia autorizado a propor as adaptações e providências necessárias ao imediato funcionamento da instituição ora criada."

Ora, se o próprio Decreto-Lei nº 8.290, desde o início de sua vigência, autorizava o Diretor da Escola a tomar todas as providências necessárias para "o imediato funcionamento" da instituição então criada, como justificar que medidas orçamentárias e burocráticas pudessem impedir, como é voz corrente, a implantação imediata da EAA?

Como não há registro na história da instituição, que essas medidas foram providenciadas e não atendidas à época, fica a certeza que não foi a falta de recursos financeiros que determinou o atraso na implantação da Escola de Agronomia da Amazônia.

Certamente que razões ponderáveis, ou não, devem existir para explicar a demora entre um e outro momento, porém nunca a falta de recursos financeiros, como alegado como razão principal, suposta verdade que persiste até aos nossos dias.

VINCULAÇÃO COM O INSTITUTO AGRONÔMICO DO NORTE – IAN

O Decreto-Lei nº 8.290, de 5 de dezembro de 1945, que criou a Escola de Agronomia da Amazônia estabeleceu, em seu Artigo 3º, que esse estabelecimento funcionaria anexo ao então Instituto Agronômico do Norte - IAN, e no Artigo 4º, destacou que "até ulterior deliberação" viveria em "regime de estreita cooperação com o IAN, utilizando em seus trabalhos de todas as dependências e equipamentos" do referido instituto.

O Artigo 5º, por sua vez, determinava que os "técnicos contratados, ou os que venham a existir, no citado Instituto Agronômico, teriam como nova atribuição o desempenho das funções de magistério na Escola de Agronomia da Amazônia, conforme a possibilidade de aproveitamento de cada um".

E, finalmente, para selar, em definitivo, o posicionamento burocrático da nova instituição, impunha, através do Artigo 8º, que o Diretor do IAN atuaria, simultaneamente, como Diretor da EAA, decisão de certa forma inédita na região, pois estava em desacordo com o que ocorria, até o momento, em eventos semelhantes de criação de órgãos públicos na esfera federal e estadual.

Como esclarecimento adicional àqueles menos familiarizados com a nomenclatura original dos órgãos públicos, destaca-se que o IAN, de que fala o Decreto-Lei nº 8.290 de criação da EAA, teve posteriormente sua denominação modificada para IPEAN e, mais recentemente, com a criação da Embrapa, teve uma nova denominação de Embrapa Amazônia Oriental. A título de ilustração informa-se que o IAN, como o IPEAN, era vinculado ao Ministério da Agricultura e constituía um dos mais conceituados institutos regionais de pesquisa agropecuária da rede de pesquisa que cobria o território brasileiro, distribuídos nas regiões geográficas do país.

Por outro lado, essa decisão de anexar a EAA ao IAN ensejava a possibilidade de imediato funcionamento da nova Escola de Agronomia, pois o IAN dispunha de excelente quadro de pesquisadores e cientistas, ligados ao segmento das Ciências Agrárias, que poderia ser mobilizado para ministrar as diversas disciplinas do curso de agronomia, bem como um aparato laboratorial dos mais expressivos, à época, os únicos existentes na região Norte, destacando-se os laboratórios de química, solos, tecnologia da borracha, microbiologia, fitopatologia e botânica, este com um herbário dos mais completos sobre a flora amazônica, reconhecido mundialmente, o que desautoriza, mais uma vez, a justificativa de falta de recursos financeiros para a implantação imediata da EAA após a sua criação.

Além de toda essa complexa e eficiente infraestrutura de pesquisa que, completava-se com aparelhamento de equipamentos técnicos, em que figuravam material de alta precisão científica, comprados

nos centros mais adiantados dos Estados Unidos e da Europa ou doados ao IAN, por acordos de colaboração internacional com países onde chegava o prestígio do Instituto regional em que se constituía o IAN e a expressão científica do seu então Diretor, Dr. Felisberto Camargo.

Além de todo aparato, o IAN dispunha de uma área física de mais de 4.300 ha, que constituía a antiga Fazenda Murutucu, de onde, posteriormente, foram desmembradas áreas para compor as instalações da EAA, com 192 ha, e mais outras áreas para constituir a Central de Abastecimento do Pará, a sede do INCRA e a sede da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, no Estado do Pará.

Essa área era mobilizada para campos de demonstração das principais culturas amazônicas, além de base para os diversos experimentos de cultivos perenes e de subsistência, que o IAN realizava com muita ênfase e de cujos resultados a região tanto se beneficiou.

É evidente que por esta circunstância, a Escola de Agronomia da Amazônia respirava um ambiente de academia e tinha, reconhecidamente, a melhor formação profissional em agronomia que todo esse conjunto técnico-administrativo disponibilizava à nova escola, onde figuravam os pesquisadores do IAN transformados em professores, como dispunha o Decreto-lei, entre os quais figuravam os senhores Rubens Lima, Alfonso Visnieswki, José Maria Condurú, Benito Calzavara, João Pedro de Oliveira Filho, entre outros igualmente de alto nível científico.

A Escola de Agronomia da Amazônia era considerada como um dos estabelecimentos de Ciências Agrárias que formava profissionais de mais alto padrão, em função do modelo que adotava, de anexa ao IAN, o que aliás já acontecia de forma idêntica entre alguns outros Institutos regionais e casas de ensino em Ciências Agrárias, não de forma legal, mas em função de acordos de cooperação técnica.

Não há nenhuma dúvida de que os profissionais que foram preparados sob essa forma preconizada pelo Decreto-Lei, tiveram excelente formação nos primeiros anos da nova Escola pois, se não fosse essa disposição legal, a EAA não teria condições de ter esse aparato científico e tecnológico indispensável à preparação de um profissional de qualidade dotado de todo o conhecimento e saber que a experiência adquirida pelo IAN já acumulava, em função de seus estudos e pesquisas conduzidas por pessoal técnico altamente qualificado.

Por mais que a EAA se preocupasse em montar essa infraestrutura acadêmica e científica ao longo de todos os anos de existência, contando hoje mais de quatro dezenas de laboratórios de ensino e pesquisa, o IAN e depois o Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Norte e a Embrapa (Figura 1), detentora de um conjunto laboratorial muito maior do que a atual Universidade, além de conduzir, no segmento agropecuário e florestal, pesquisas mais representativas do que a UFRA, até porque é essa a sua destinação específica, responsável legal pela pesquisa agropecuária no território nacional.

Figura 1 - Pórtico de entrada da EMBRAPA, sucessora do IAN e IPEAN

Fonte: Assessoria de Comunicação da UFRA- ASCOM

Atualmente a Universidade, no setor acadêmico, tem procurado, insistentemente, a melhoria da qualidade de ensino dos seus diversos cursos de graduação na capital e nos *Campi* interiorizados de Capitão Poço, Capanema, Tomé-Açu, Parauapebas e Paragominas, para preparar profissionais mais conscientes da realidade amazônica e integrados com as novas linhas de políticas agrícolas, pecuárias e florestais inseridos no processo de desenvolvimento socioeconômico regional, bem como no apoio às comunidades rurais e na assistência social às famílias de pequenos produtores responsáveis pela agricultura familiar, tão importante para o abastecimento das cidades e populações.

Enfim, a vinculação da EAA ao IAN, imposto legalmente pelo Decreto-Lei de sua criação, em 1945, foi relevante para a formação profissional dos Engenheiros Agrônomos diplomados no curso de graduação em agronomia e destacou os egressos da nova casa de ensino, como uma massa crítica das mais significativas para o processo de desenvolvimento socioeconômico regional.

INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE

Além das suas atividades docentes de sua missão institucional, considerada de alta responsabilidade social, a Universidade Federal Rural da Amazônia desenvolve, também, outras grandes ações com relação a essa função, sobretudo com sua integração com a comunidade com a qual mantém afinidade, tanto de caráter interno quanto de natureza externa.

A integração com a comunidade externa se dá especialmente com órgãos e entidades ligadas ao segmento agrário, particularmente com os órgãos públicos do setor e associações, bem como outras formas de grupos que se juntam com o objetivo de defesa de interesses comuns, cujas participações se efetivam através do órgão específico da estrutura organizacional da Universidade, a Pró-Reitoria de Extensão.

É reconhecida a colaboração da UFRA de caráter social e científica a vários eventos e realizações produzidas pelas sociedades, nas suas mais diversas formas de organização, quer seja participando nos colegiados de decisões das entidades, quer colaborando e incentivando, cujos exemplos mais marcantes estão na participação no Conselho Técnico Administrativo da EMATER-PA, em diversas comissões do CREA-PA, Comissão Técnica do Inventário Florestal Nacional do Serviço Florestal Brasileiro – SFB e muitos outros órgãos. Além disso incentiva os eventos culturais e esportivos, conforme se verifica na cooperação com os ribeirinhos da ilha do Combú, no rio Guamá, ou colaborando na formação do Coral da UFRA, Balé das Crianças e outras maneiras de desenvolvimento cultural das comunidades que lhes são afins.

A realização do Círio da UFRA, procissão que percorre os recantos mais importantes do *Campus* Belém e a existência de grupos de oração e de outros grupos similares, de caráter religioso, com objetivos ecumênicos, além do Centro Esportivo, que é mobilizado intensamente pela comunidade adjacente, são apenas alguns exemplos de verdadeira integração com a comunidade, ação que a UFRA tem dado o maior apoio possível.

Entre os eventos mais marcantes de integração com a comunidade, destaca-se o Círio da UFRA, manifestação de caráter religioso que a Universidade promove anualmente com muito brilho. Essa manifestação teve origem por iniciativa do Grupo de Oração Nova Semente, tem início na administração do professor Manoel Malheiros Tourinho, como Reitor.

Um fato interessante é que na comunidade interna floresce diversos grupos de oração, não só de natureza católica e apostólica, como também de outras religiões, como as evangélicas, que convivem em perfeita harmonia ecumênica, alguns até participando dos eventos dos demais.

Hoje o Círio da UFRA tem caráter ecumênico e se realiza na última quinta-feira que antecede ao Círio de Nazaré e em 2016 completou a sua XIII edição.

Os organizadores do Círio da UFRA, bem como a própria administração da Universidade tem feito redobrados esforços no sentido que essa manifestação tenha um caráter mais amplo, envolvendo não só a comunidade interna como a comunidade externa, principalmente a população do bairro adjacente à Universidade, o da Terra Firme, de tal modo que essa procissão seja considerada como uma cerimônia religiosa de demonstração de fé e agradecimento à Virgem de Nazaré, a Santa padroeira dos paraenses. A participação da Comunidade da Terra Firme, tem tido repercussão positiva, pois os religiosos desse bairro, reunidos ou não em associações de classe, a cada ano, estimulam a participação dos seus membros no Círio da UFRA e, por essa razão, aumenta o número de pessoas no conjunto daqueles que acompanham a procissão em seu trajeto no interior do *Campus* Belém da Universidade.

O Círio da UFRA adquiriu tanta importância que já consta do Calendário de Eventos da Universidade, como uma das principais cerimônias que se realiza anualmente no estabelecimento.

No setor educacional do primeiro e segundo grau, sob a responsabilidade dos governos estadual e municipal, a contribuição da UFRA está sendo de fundamental importância.

A UFRA mantém, com a Secretaria do Estado de Educação do Pará, um Convênio de Cooperação, representado pela cessão de um prédio de sua propriedade, denominado Virgílio Libonati, onde está instalado o curso do ensino fundamental e médio que é ministrado para 700 alunos e, ainda, fez cessão ao Governo do Estado, de uma área, desmembrada de outra maior de seu Centro Esportivo, onde foi construída a Escola

Estadual Mário Barbosa, que ministra o ensino médio, atendendo cerca de 3.000 estudantes, em três turnos de funcionamento, considerada uma referência educacional para um bairro tão carente dessa modalidade de ensino, inclusive com obras civis de primeira qualidade (Figuras 2 e 3).

Figura 2 - Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Prof. Virgilio Libonati

Fonte: ASCOM

Figura 3 - Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mário Barbosa

Fonte: ASCOM

Um dos maiores fatores de integração com a comunidade é o Centro Esportivo, construído na administração do Professor Francisco Barreira Pereira, em uma área de 5 hectares doada pela Prefeitura Municipal de Belém, contendo um Ginásio de Esportes coberto (Figura 4) para 3.000 pessoas, com quadra poliesportiva para basquete, vôlei e futebol, intensamente utilizado não só por alunos da Universidade em suas práticas esportivas, como pela comunidade do bairro da Terra Firme, onde se realiza, inclusive, o campeonato paraense de futebol de salão e outras práticas de esportes entre os jovens moradores do bairro.

Figura 4 - Vistas do ginásio de esportes

Fonte: ASCOM

Dispõe, também, de uma piscina semiolímpica (Figura 5), utilizada por estudantes, tanto da Universidade como das Escolas da Terra Firme e dos jovens da comunidade. Pelo próprio charme que uma piscina exerce entre os esportistas, o centro esportivo tem nesse equipamento uma forte atração da comunidade, estando hoje com cerca de 1.000 jovens inscritos nos programas de integração desenvolvidos pela Universidade, principalmente com a população carente dos bairros vizinhos.

Figura 5 - Vista da piscina semiolímpica do centro esportivo no *Campus* Belém

Fonte: ASCOM

O centro esportivo da Universidade disponibiliza aos seus usuários internos e externos, além de suas quadras de vôlei e basquete, algumas cobertas, estas quase sempre utilizadas em eventos e comemorações da comunidade, de dois campos de futebol, um deles localizado na própria área do centro esportivo, em posição adjacente à Escola Virgilio Libonati, e outro no interior do *Campus* Belém da instituição, na área

em frente às instalações da Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias e cercado por vários prédios, entre os quais se destaca o Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte, o prédio da Engenharia Ambiental, instalações do curso de Engenharia de Pesca, ambos com frequência significativa de servidores, alunos, docentes e membros da comunidade, principalmente em horário após o expediente e nos finais de semana.

Um dos programas de maior afluência de participantes que a Universidade oferece como fator de integração e cumprindo com sua missão institucional de responsabilidade social, é a abertura e concessão de suas estradas e trilhas para caminhadas, onde diariamente dezenas de pessoas da comunidade interna e, principalmente, a externa exercitam essa prática salutar, caminhando em ambiente aprazível, com orientações de seu quadro de técnicos em educação física e com toda segurança.

Em datas festivas, especialmente ligadas ao segmento religioso, a Universidade, através de seus setores esportivos, oferece à comunidade interna e externa, incentivo a formação de bailarinos, via reuniões, incentivando a cultura musical dos participantes, especialmente, os dos ribeirinhos da Ilha do Cumbú, fronteira à área da UFRA, do outro lado do rio Guamá, bem como distribuindo cestas básicas e brinquedos, doados pela comunidade interna, às famílias residentes nessa Ilha.

Desde o ano de 2014 a Universidade abriga na área do Ginásio de Esportes e, também, cedendo algumas de suas instalações, o Programa PROPAZ, em convênio com o Governo do Estado, (Figura 6), programa esse de grande importância para a comunidade da Terra Firme, pela clientela que atende de jovens e crianças, em situação de carência social, cujas ações se estendem igualmente às suas famílias.

Figura 6 - Vista lateral do prédio do PROPAZ

Fonte: ASCOM

Ainda no Centro Esportivo localizam-se as instalações da Divisão de Saúde e Qualidade de Vida – DSQV (Figura 7), que presta serviços médicos e odontológicos, palestras e campanhas de vacinação, não só à comunidade interna da UFRA (professores, servidores e discentes), mas, também, à comunidade externa, notadamente os moradores do bairro da Terra Firme e adjacências.

Figura 7 - Vista da Divisão de Saúde e Qualidade de Vida – DSQV

Fonte: ASCOM

Enfim, a Universidade Federal Rural da Amazônia não tem fugido à sua responsabilidade social com as comunidades em que está inserida.

Apesar de ser relativamente pequena a sua integração com a comunidade, esta, porém, está sendo feita no limite das possibilidades da instituição, com aproveitamento integral de seus recursos em equipamentos e infraestrutura, numa demonstração inequívoca do esforço e da capacidade laborativa do pessoal que está vinculado a esse programa, que tem merecido o apoio e o incentivo das administrações da Universidade.

CONSOLIDAÇÃO DA INFRAESTRUTURA ACADÊMICA E ADMINISTRATIVA DA UFRA

A Universidade desde a sua implantação em abril de 1951, por força do Decreto-Lei de criação, utilizou as instalações do Instituto Agronômico do Norte – IAN, a qual esteve vinculada, utilização que se deu até a incorporação do Prédio Central, que ocorreu em outubro de 1958, quando a nova Escola de Agronomia passou a ocupar as dependências do novo prédio, que havia sido construído especialmente com essa destinação.

Sentindo necessidade de ter sua própria infraestrutura acadêmica e administrativa, já que ocupava uma área de 192 hectares desmembrada da área maior do IAN, preocupou-se a Instituição paralelamente ao uso das instalações acadêmicas do IAN, por excelente relacionamento da EAA com aquele Instituto, em iniciar a preparação de uma infraestrutura que lhe garantisse uma vida acadêmica mais independente, sem qualquer restrição, especialmente de horário, bem como pudesse dispor no interior do Estado de unidades dedicadas ao desenvolvimento de ensino e pesquisa em todas as regiões do Pará.

Assim, ao longo de 51 anos, isto é, até no início da data da criação da Universidade, foram construídos mais de 110 prédios, entre setores administrativos e acadêmicos, nestes incluídos salas de aula, laboratórios didáticos e de pesquisas, além de um grande número de instalações pecuárias e florestais, como currais, campos de demonstração, formação de pastagens e culturas, todas na área de 192 ha, no bairro da Terra Firme, que convencionou-se chamar de *Campus* Belém.

Esses prédios e instalações, que envolvem mais de 40.000 m² de área construída, é de tal importância, que foi considerado o *Campus* mais completo, em determinada época, entre as Universidades brasileiras.

Os cursos existentes aquela época, ou seja, o de Agronomia, o de Engenharia Florestal o de Medicina Veterinária e por fim, mais recentemente, porém ainda ao tempo FCAP, os cursos de Zootecnia e de Engenharia de Pesca, todos eles dispunham e ainda dispõem, a exemplo de todos os outros criados na vigência da Universidade Federal Rural da Amazônia, de endereços próprios, nomenclatura pela qual são conhecidas as sedes dos respectivos cursos, abrigados em imóveis modernos e funcionais.

Após a criação da Universidade, que se deu em 23 de dezembro de 2002, as administrações se preocuparam em ampliar a infraestrutura da nova organização que recebeu o acervo do antigo estabelecimento, desde que a criação da Universidade foi decorrente da transformação da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará. Desse modo, a infraestrutura experimentou notável expansão, principalmente em construções civis, como o novo Restaurante Universitário, expansão da Biblioteca Central, Prédio da Engenharia Ambiental, Central de Docentes, Central de Salas de Aulas, Prédio da Acessibilidade, Laboratório de Tecnologia da Madeira, Centro Integrado de Agricultura, Centro de Apoio à Pesquisa e Pós-Graduação, financiado pelo FINEP, Prédio da Livraria, Prédio do Curso de Letras/Libras, Prédio do Curso de Engenharia de Pesca, Centro de Salas de Docentes da Pesca, Laboratório de Pós-Graduação em Aquicultura e Recursos Hídricos, produtos do esforço dos Reitores junto ao MEC em Brasília e outras fontes de financiamento, atividade em que se destacou o Reitor Sueo Numazawa, o primeiro Reitor reeleito da Universidade, na obtenção de recursos para construção dos prédios.

Quanto à interiorização, a antiga instituição conseguiu uma área de 75 ha, em Benfica, que dedicou ao Curso de Engenharia Florestal e preparou uma área com instalações adequadas, para o Curso de Engenharia de Pesca, constituída de um prédio para alojamento e salas de aulas, além de uma residência para técnicos e instalações para pesquisa em aquicultura, em Castanhal, a 75 km de Belém.

Em Santarém, local onde implantou o Curso de Engenharia Florestal, a Universidade ocupou uma área de propriedade da SUDAM que, devido a mudanças de objetivos institucionais, ficou ociosa, área essa com diversos equipamentos e máquinas e uma série de construções civis, onde até então era destinado ao Centro de Tecnologia Madeireira – CTM, unidade que deu excelente contribuição ao desenvolvimento florestal da região, principalmente na formação de mão de obra local para a indústria de madeira regional.

Essa área e esse Centro pertenciam à SUDAM e foi transferida à Universidade através das Portarias nº 21, de 24.07.2009, Portaria nº 22, de 24.07.2007 e Portaria nº 29, de 30.07.2009. Com a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, a área, com todas as instalações nela contidas, máquinas e equipamentos de uso agrícola, pecuária e industrial, bem como laboratórios com todos os seus equipamentos, utensílios e o pessoal docente e técnico-administrativo, foram transferidos para a instituição recém-criada.

Capitão Poço, próspero município do Nordeste Paraense, foi outra região que mereceu atenção da UFRA e foi incluída no seu programa de expansão de cursos rumo ao interior do Estado.

Em área cedida pela Prefeitura Municipal de Capitão Poço e com recursos do REUNI, a Universidade instalou o Curso de Agronomia, que atinge grande sucesso na região.

De igual modo, a Universidade se estabeleceu em Parauapebas, que goza o privilégio de ser o

município mais rico do Pará, em razão de recursos sob a forma de royalties que recebe da Empresa Vale, pela exploração mineral de ferro que exporta para o mundo todo, especialmente para a República da China. A Universidade instalou inicialmente um Curso de Zootecnia, que funcionava nas instalações do Centro de Agricultura, de propriedade do município de Parauapebas e hoje está funcionando em área própria, cedida pelo Instituto de Terras do Pará e em prédios construídos com recursos do REUNI, área essa que fica localizada a uma distância de aproximadamente 10 km do centro da cidade.

Além do Curso de Zootecnia, o *Campus* de Parauapebas oferta também para a comunidade o Curso de Agronomia, com grande afluência de candidatos a cada ano, disputando as vagas que são oferecidas nos processos seletivos adotados pela organização, sempre totalmente preenchidas em ambos os cursos.

A expansão da Universidade no interior do Estado teve continuidade com a abertura do *Campus* de Capanema, com oferta de cinco cursos de graduação, à juventude local e municípios adjacentes, em prédio completamente reformado para abrigar os novos cursos, cedido através de Convênio com a Prefeitura Municipal de Capanema, instituição da qual a Universidade tem recebido o maior apoio para a implantação da UFRA no Nordeste Paraense que, inclusive, fez doação à Universidade de uma área de 10 hectares, com escritura pública completamente regularizada, onde a instituição deu início à construção de diversos prédios que abrigarão esses cursos no futuro.

Finalmente, como *Campus* mais recente da Universidade, o de Tomé-Açu, a UFRA montou instalações, em área cedida pela Prefeitura de Tomé-Açu e com apoio de um produtor local, onde já construiu um prédio que abriga o setor administrativo e acadêmico do novo *Campus*, onde estão sendo ofertados para a comunidade local os cursos de graduação de Engenharia Agrícola, Ciências Biologias (Bacharelado), Administração, Ciências Contábeis e Letras (língua Portuguesa).

SÍMBOLOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA

É de praxe entre as empresas, quer públicas como privadas, contarem com simbologia própria para identificação institucional de suas organizações, tanto como logomarca em documentos, como sob a forma de bandeiras, utilizadas em mastros por ocasião de dias festivos ou, sendo as empresas de maiores expressões, hasteadas diariamente no pátio dos respectivos estabelecimentos.

Não se tem notícia ou, pelo menos, não foi possível levantar a informação da existência de uma logomarca que caracterizasse a Escola de Agronomia da Amazônia – EAA.

Há, porém, o conhecimento da bandeira dessa Escola, toda ela em pano totalmente azul, em cujo centro a sigla EAA da instituição era englobada por uma roda dentada que simboliza o ramo de engenharia (Figura 8).

Figura 8 - Bandeira da Escola de Agronomia da Amazônia – EAA

Fonte: ASCOM

Ao tempo da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará – FCAP, novo nome da EAA a partir de março de 1972, a instituição passou a ter novos símbolos, tanto em forma de logomarca, como em bandeira.

A logomarca então adotada pela FCAP, tinha a forma de uma árvore estilizada e era utilizada em todos os documentos oficiais da Faculdade.

A bandeira da Faculdade, hasteada por ocasião dos principais eventos da instituição, era de pano de cor azul escura, com o centro ocupado por uma roda dentada, trazendo não só o nome por extenso do estabelecimento como as letras iniciais da expressão "Faculdade de Ciências Agrárias do Pará - FCAP" e na parte central dessa roda, havia inserido em um retângulo, cuja cor do fundo era branco, a logomarca da Faculdade, sob a forma de uma árvore estilizada, conforme se pode ver na Figura 9.

Figura 9 - Bandeira da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará – FCAP

Fonte: ASCOM

A exemplo da Escola de Agronomia da Amazônia – EAA, a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará – FCAP não dispunha de brasão a ilustrar os seus documentos mais representativos.

Foi, porém, com a criação da Universidade Federal Rural da Amazônia, em 23 de dezembro de 2002, que os seus próprios símbolos ganharam expressão, pois foram tratados de modo profissional, bem como, também, foi a partir dessa época, que a Universidade contou com os símbolos mais importantes de suas peças heráldicas, ou seja o Brasão, Colar, Medalhas, Bastão Reitoral e Bandeira, com seus respectivos registros cartoriais.

Tão logo foi criada a Universidade Federal Rural da Amazônia, cuja sigla UFRA mereceu a divulgação pela qual está sendo conhecida, preocupou-se a administração da Universidade em dotar a nova unidade de ensino superior recém-criada, de todos os símbolos compatíveis com a expressão funcional e legal da organização e que tivesse reconhecimento e conceito no ambiente heráldico brasileiro.

Assim, fez pesquisa em todo território nacional, procurando profissionais nesse importante setor do conhecimento heráldico desta nação, incentivando-os a produzir propostas de consultoria e assessoria para estudos, projetos e produção de peças heráldicas, brasão e medalhas a serem criadas para a utilização da entidade que havia sido criada nesta região do país.

Como desfecho dessa providência, a Universidade recebeu, em janeiro de 2003, isto é, logo após a criação da UFRA, uma proposta de prestação de serviços do Professor Marcilio Reinaux, heraldista, membro do Colégio Brasileiro de Heráldica e do Instituto Heráldico Americano, especialista em Medalhística e Brasonário e professor aposentado da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

O professor Marcilio Reinaux é consultor em heráldica, vinculado à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal Rural de Pernambuco – FADE, o que enseja que seus trabalhos de consultoria são formalmente legalizados na área de sua especialização, tendo seus trabalhos aprovados e chancelados por um Conselho Consultivo de Heraldistas e Parecer do Departamento de Pesquisa do Instituto Heráldico Americano – IHA, da Seção de São Paulo.

Como informação adicional, destacava a proposta do Professor Marcilio Reinaux, que os seus serviços abrangiam desde a formatação artística das peças (Brasão, Colar, Medalhas, Bastão Reitoral e Bandeira), com os pergaminhos, memorial descritivo de cada um dos elementos e os respectivos registros no Instituto Americano de Heráldica, em São Paulo, com os Registros Cartoriais e, opcionalmente, os seus trabalhos incluíam o acompanhamento na produção das peças, cunhagens e outros serviços correlacionados junto aos fornecedores, nas praças do Rio de Janeiro e ou São Paulo.

Na proposta apresentada à Universidade, o Professor Marcilio Reinaux sugeriu à Universidade a criação das seguintes peças heráldicas:

1) Brasão d'Armas da Universidade;
2) Colar Reitoral;
3) Colar do Mérito Felisberto Camargo;
4) Medalha do Mérito Universitário;
5) Láurea Acadêmica;
6) Bastão Reitoral
7) Bandeira da Universidade.

O Brasão ou Escudo é a marca fundamental de uma instituição inapagável pelas suas características heráldicas, tendo como finalidade primária a perenização da origem voltada para os fundamentos sócio filosóficos da entidade.

O Brasão d'Armas deve ser submetido à análise do Instituto Heráldico Americano, onde um relator emite parecer que o aprova, sendo em seguida registrado em livro próprio do IHA, que emite Certidão de Registro. Este documento é dado e passado no Cartório de Títulos e Documentos do Estado de São Paulo e somente assim o Brasão d'Armas da instituição fica perenizado *"Ad-Perpetum-Rei-Memoriam"*.

O Colar Reitoral é uma peça heráldica, medalhística de alta distinção. O uso do Colar Reitoral, além de exclusivo, é específico somente quando das solenidades de caráter oficial da instituição e, em especial, nos atos de concessão de grau, outorga de comendas, prêmios e outras distinções da Universidade. Nem mesmo o Vice-Reitor, quando em substituição ao titular, deve usá-lo. O Colar Reitoral, juntamente com o Bastão Reitoral, é uma das insígnias da instituição e a ela pertence. Tais objetos não pertencem ao Reitor.

O Colar do Mérito Felisberto Camargo deve ser a maior honraria institucional da Universidade Federal Rural da Amazônia e destina-se ao reconhecimento do mérito no exercício salutar de homenagear pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, públicas e ou privadas, que a qualquer tempo tenham prestado relevantes serviços à instituição. Serão considerados serviços relevantes, os prestados, exclusivamente, à Universidade Federal Rural da Amazônia, condição que inibe proposta de concessão graciosa dessa honraria, apenas para atender interesses meramente pessoais de possíveis proponentes.

A Medalha do Mérito Universitário deve ser a segunda maior honraria institucional da UFRA e deve ser destinada ao reconhecimento do mérito no exercício salutar de agraciar professores e ou servidores da Universidade que a qualquer tempo tenham prestado relevantes serviços à instituição e ou a professores visitantes.

Como as demais, essa comenda é regulamentada por estatuto próprio, baseado no seu Memorial Descritivo feito pelo autor do trabalho e deve ser examinado e validado pelo Instituto Heráldico Americano, que emite um Registro próprio, denominado de Certidão de Registro.

A Medalha do Mérito Universitário é de uma única modalidade, feita em liga metálica para galvanoplastia em ouro, ovalada, com 50 cm de altura (eixo maior) e 35 cm de largura, com 3 mm de espessura, tendo no anverso o Brasão d'Armas da Universidade e o reverso com E sustido por broche e passadeira em barreta nas cores heráldicas e ou da instituição.

Destina-se esta comenda a agraciar, exclusivamente, professores e servidores da Universidade, vedada a outras pessoas fora dos quadros funcionais da Universidade.

A honraria pode ser concedida a uma ou a várias pessoas a cada ano, inclusive *In Memoriam,* preferencialmente na data de aniversário da Universidade e a decisão de concede-la deve ser tomada por uma "Comissão do Mérito Universitário", oficialmente criada para esse fim, com cinco ou um mínimo de três Conselheiros, sendo Presidente nato, o Reitor da Universidade.

A Láurea Acadêmica é uma honraria exclusiva para estudantes universitários da UFRA, sendo a maior distinção do corpo discente da instituição. A referida Comenda, em forma de Medalha, destina-se ao reconhecimento do mérito exclusivamente durante o período do curso qual está matriculado.

A comenda é regulada por estatuto próprio, baseado em seu Memorial Descritivo, e concedida por uma Comissão de Láurea Acadêmica, oficialmente criada para esse fim, tendo o Reitor como Presidente nato da referida Comissão.

A Bandeira é o símbolo maior da instituição, aposta nos mastros, em gabinetes ou hasteada, desfraldada, levada em desfiles cívicos, e forma a imagem e a memória institucional perenizando as tradições.

A bandeira da instituição ao ser desfraldada pela primeira vez, precisa ser "conduzida" com um cerimonial específico e protocolo próprio.

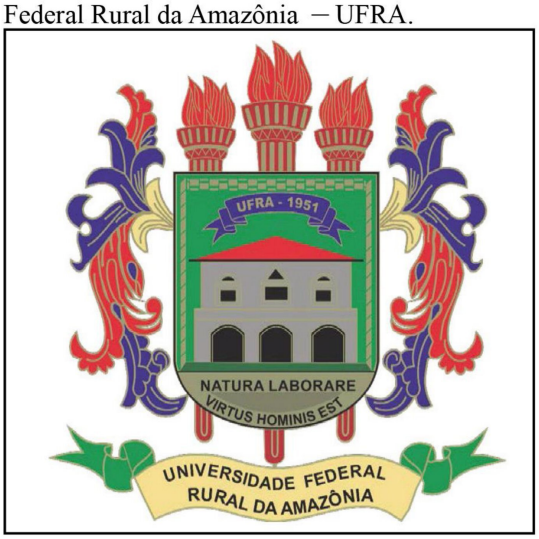
Da proposta do Professor Marcílio Reinaux, a administração da Universidade resolveu implantar, inicialmente, as seguintes honrarias:

a) Brasão d'Armas da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA;
b) Colar Reitoral;
c) Láurea Acadêmica;
d) Bastão Reitoral
e) Bandeira da Universidade.

Desta forma, a partir do ano de 2003, a Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA adotou as honrarias que resolveu implantar no cotidiano de sua vida institucional, usando cada uma delas em momentos importantes da trajetória da Universidade, especialmente o Brasão d'Armas e a Bandeira da Universidade, sendo que a aquele consta dos documentos de maior significado da instituição e esta, ou seja, a Bandeira, tem lugar permanente e destacado em qualquer evento, cerimonia ou solenidade da ação levada a efeito de tal forma que hoje já é de uso definitivo em todo e qualquer evento patrocinado pela UFRA.

As referidas honrarias, em cores, podem ser vistas abaixo: (Figuras 10 e 11)

Figura 10 - Brasão d'armas da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA.



Fonte: ASCOM

Figura 11 - Bandeira da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA

Fonte: ASCOM

Toda a colaboração do Professor Marcílio Reinaux em relação a proposta que apresentou à UFRA e aceita parcialmente foi acompanhada pelo pessoal técnico da Assessoria de Comunicação – ASCOM, da Universidade, e de um Assessor Especial da Reitoria, especialmente designado pelo Reitor, desde o início à implantação definitiva dos símbolos aprovados, permanecendo vigente até o final das atividades do referido professor, em relação ao contrato firmado com a UFRA.

As Vestes Talares Reitorais

A proposta do Prof. Marcílio Reinaux para consultoria quanto à implantação dos símbolos heráldicos da Universidade recém-criada pela via da transformação institucional da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará abrangia, também, a consultoria e a orientação sobre as Vestes Talares a ser usada pelo Reitor, em cerimônias e solenidades de eventos importantes da instituição.

As Vestes Talares são as indumentárias usadas pelo Reitor ou Vice-Reitor, em faltas e impedimentos do Reitor, e somente por eles em cerimônias oficiais da Universidade, especialmente às referentes à outorga de grau aos concluintes dos cursos de graduação e ou nas concessões de comendas e outras honrarias concedidas pela instituição e devidamente aprovadas pelos setores competentes.

O único símbolo heráldico incluído entre as Vestes Talares de uso exclusivo do Reitor Titular é o Colar Reitoral, que não pode ser usado pelo Vice-Reitor, mesmo substituindo o Reitor.

As Vestes Talares em uso na Universidade são as seguintes:

Beca

É a indumentária de uso comum de todos os segmentos de docentes na Universidade, qualquer que seja o nível que se encontre e a posição nos escalões do magistério, cargos eletivos e ou mandatos de qualquer natureza.

É uma capa preta confeccionada em tecido diverso (Figura 12).

Samarra

A Samarra é uma antiga vestimenta camponesa feita de velocino, tendo se transformado de uso comum de nobres e na Igreja tomou a forma de túnica, pendente dos ombros até a altura dos cotovelos.

É o principal adereço do conjunto das Vestes Talares Reitoral e Doutoral. É reservada para uso exclusivo dos Reitores, Chanceleres e Doutores.

Vice-Reitor, professor e outras pessoas não devem usar a Samarra, mesmo estando na representação do Reitor, ainda que oficialmente.

Nas universidades é vestimenta privativa do Reitor, apresentada nas cores das áreas de conhecimento (azul, vermelho, verde e amarelo) específica para Doutores "Honoris Causa".

Os Reitores usam a Samarra exclusivamente na cor branca, pois a Samarra Branca é o expoente maior do conhecimento, ou seja, de pessoas que tenham público e notório saber (Figura 13).

Capelo

O Capelo é também chamado de "Hotte" e os franceses chamam de "Mitre de Chaminnés", é o mesmo que coifa ou espécie de dossel, é como se fosse o capacete do soldado, o Chapéu Cardinalício, o Solidel dos judeus e a cobertura do cidadão civil.

O Reitor usa na cor branca e os Doutores “Honoris Causa” nas cores do conhecimento de cada um.

É de uso obrigatório do Reitor nos atos oficiais de concessão de grau, outorgas, posse e transmissão de cargo e nas ocasiões oficiais com a presença de autoridades (Figura 14).

Colar Reitoral

O Colar Reitoral é de uso exclusivo do Reitor. É uma insígnia institucional. O uso do Colar Reitoral além de exclusivo é específico somente quando das solenidades oficiais da instituição e, em especial, nos atos de concessão de grau, outorga de comendas, prêmios e outras distinções da Universidade.

Os detalhes das características do Colar Reitoral já foram descritos em capítulo próprio deste documento de que trata dos Símbolos da Universidade (Figura 15).

Bastão Reitoral

O Bastão Reitoral é um adereço de tradição em Universidades, sendo usado em eventos festivos, cerimônias e solenidades.

O simbolismo maior do Bastão é o poder temporal da autoridade, na significação de guia, de condutor, servindo inclusive para apontar o caminho a ser seguido.

A peça é torneada em madeira de lei, com 40 cm de comprimento.

As universidades da Europa e em outros países das Américas, a tradição é mantida e, por extensão, os militares, especialmente, os superiores (general de 4 estrelas), igualmente usam o bastão com o mesmo simbolismo.

Nas universidades brasileiras, o descaso e sobretudo a falta de conhecimento historiográfico, está tornando rarefeito o uso do Bastão Reitoral (Figura 16).

Na Universidade Federal Rural da Amazônia, o Magnífico Reitor usa as Vestes Talares em todas as suas versões, nas cerimônias oficiais, especialmente em solenidades acadêmicas (Figura 17).

Figura 12 - Beca

Figura 13 - Samarra

Figura 14 - Capelo

Figura 15 - Colar Reitoral

Figura 16 - Bastão Reitoral

Fonte: ASCOM

Figura 17 - Reitor dispondo das Vestes Talares

Fonte: ASCOM

EXPANSÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Campus Belém

Em, dezembro de 2015, o *Campus* Belém, ofereceu nove cursos de graduação, sendo oito na modalidade bacharelado (Agronomia , Medicina Veterinária, Engenharia Florestal, Zootecnia, Sistemas de Informações, noturno, Engenharia de Pesca, Engenharia Cartográfica e de Agrimensura e Engenharia Ambiental e Energia Renováveis), e um na de licenciatura (Ciência da Computação, noturno).

O *Campus* Belém, segundo o que estabelece o documento "Planejamento Estratégico Institucional 2014 - 2024, PROPLADI – UFRA" abriga conhecimento nos níveis de graduação e pós-graduação e funciona como núcleo irradiador de conhecimento, gestão de recursos e planejamento institucional, principalmente através da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – PROPLADI e suas unidades acadêmicas vinculadas. Nesse documento está programado o pleno funcionamento de 27 cursos de graduação até 2022 conforme pode ser visualizado na Tabela 1. Esses 27 cursos, estão distribuídos em 31 turmas, 1550 vagas oferecidas. Com a criação de 18 novos cursos, prevê-se que ao final de 2022 a UFRA Belém contará com 6.875 alunos 398 professores e 133 servidores.

Tabela 1 - Número de cursos atuais e expansão dos cursos de graduação em nível de Bacharelado (B) e Licenciatura (L) no *Campus* Belém

(continua)

	Cursos de graduação	Ano	Nº Turmas	Nº Vagas	Tempo (anos)	Nº Alunos	Nº Prof.	Nº Serv.
1	Agronomia	1951	3	150	5	750	42	14
2	Engenharia Florestal	1971	2	100	5	500	28	9
3	Medicina Veterinária	1973	2	100	5	500	28	9
4	Engenharia de Pesca	2000	1	50	5	250	14	5
5	Zootecnia	2001	1	50	4.5	225	13	4
6	Sistemas de Informação	2013	1	50	4	200	12	4
7	Licenciatura em Computação (L)	2009	1	50	4	200	12	4
8	Engenharia Ambiental	2010	1	50	5	250	14	5
9	Eng. Cartográfica e Agrimensura	2013	1	50	5	250	14	5
10	Letras Libras	2016	1	50	4	200	12	4
11	Engenharia Agrícola	2016	1	50	4	200	12	4
12	Ciência e Tecnologia de Alimentos	2016	1	50	4	200	12	4
13	Ciências Biológicas (B)	2016	1	100	4	450	13	4
14	Ciências Biológicas (L)	2016	1	50	4	200	12	4
15	Ciência e Tecnologia	2016	1	50	3	150	9	3
16	Engenharia de Produção	2016	1	50	5	250	14	5
17	Ciência da Computação	2016	1	50	4	200	12	4
18	Gestão Ambiental	2016	1	50	4	200	12	4
19	Agronegócio	2017	1	50	4	200	12	4
20	Engenharia Física	2017	1	50	4	200	12	4
21	Gestão Pública	2017	1	50	4	200	12	4

Tabela 1 - Número de cursos atuais e expansão dos cursos de graduação em nível de Bacharelado (B) e Licenciatura (L) no *Campus* Belém

(Conclusão)

	Cursos de graduação	Ano	Nº Turmas	Nº Vagas	Tempo (anos)	Nº Alunos	Nº Prof.	Nº Serv.
22	Pedagogia	2017	1	50	5	250	14	5
23	Comunicação Social Multimídia	2017	1	50	4	200	12	4
24	Ciência da Informação	2018	1	50	4	200	12	4
25	Engenharia da Computação	2018	1	50	4.5	225	13	4
26	Engenharia de Energia	2020	1	50	4.5	225	13	4
27	Engenharia de Petróleo	2022	1	50	5	250	14	5
Total			31	1550		6875	398	133

Fonte: Santana (2015)

De igual modo o referido documento institucional prevê a implantação de cursos de pós-graduação, perfazendo 13 cursos entre os existentes em 2015 e os programados até o ano de 2017, como pode ser verificado na Tabela 2, a seguir apresentada:

Tabela 2 - Relação de cursos atuais e expansão dos cursos de pós-graduação no *Campus* Belém

	Cursos de pós-graduação	Ano	Nº Turmas	Nº Vagas	Tempo (anos)	Nº Alunos	Nº Prof.	Nº Serv.
1	Ciências Florestais (M/D)	2013	1	30	5	150	12	2
2	Agronomia (M/D)	2002	1	30	5	150	12	2
3	Biologia (M)	2002	1	15	3	75	8	1
4	Aquicultura e Recursos Aquáticos Tropicais (M)	2010	1	15	3	75	8	1
5	Saúde e Produção Animal (M/D)	2011	1	30	5	150	12	2
6	Biotecnologia (M)	2012	1	15	3	75	8	1
7	Engenharia de Sistemas Ambientais do Trópico Úmido (M)	2015	1	15	3	75	8	1
8	Engenharia e Gestão do Conhecimento (D) – DINTER	2015	1	20	4	20	4	1
9	Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas (M)	2017	1	15	3	75	8	1
10	Gestão de Recursos Naturais (E)	2016	2	20	1	40	6	1
11	Tecnologia de Alimentos (E)	2017	1	15	1	15	7	1
12	Metodologias de Valoração de Ativos Ambientais (E)	2016	1	20	1	20	5	1
13	Agricultura Integrada e de Baixo Carbono (E)	2017	1	20	1	25	6	1
	Total	-	14	260	-	945	104	16

Fonte: Santana(2015)

Nota: M = Mestrado; D = Doutorado; E = Especialização

Campus Capanema

O Planejamento Estratégico Institucional 2014-2024 UFRA, documento institucional que orienta todas as atividades da Universidade no período referido, identifica o *Campus* de Capanema, no Nordeste do Estado, como a unidade acadêmica e administrativa, especialmente pela sua logística, como aquele em condições de se tornar o segundo Polo de desenvolvimento da UFRA, devendo se consolidar com a

implantação de vinte e um cursos de graduação e cinco programas de pós-graduação até 2024.

Atualmente (dezembro de 2015), o *Campus* Capanema oferta cinco cursos de graduação, bacharelado em: Agronomia, Administração, Engenharia Ambiental, Ciências Biológicas e Ciências Contábeis.

Em 2019, está prevista a implantação de dois cursos de pós-graduação em nível de Mestrado, como explicitado na Tabela 3.

Tabela 3 - Cursos atuais e expansão dos cursos de graduação e pós-graduação no *Campus* Capanema

	Cursos de graduação	Ano	Nº Turmas	Nº Vagas	Tempo (anos)	Nº Alunos	Nº Prof.	Nº Serv.
1	Agronomia (B)	2013	1	50	5	250	14	5
2	Biologia (B)	2012	1	50	4	200	12	4
3	Ciências Contábeis (B)	2012	1	50	4	200	12	4
4	Administração (B)	2012	1	50	4	200	12	4
5	Engenharia Ambiental (B)	2014	1	50	5	250	14	5
6	Gestão Ambiental (B)	2015	1	50	4	200	14	4
7	Biologia (L)	2015	1	50	4	200	12	4
8	Sistemas de Informação (B)	2015	1	50	4	200	12	4
9	Computação (L)	2015	1	50	4	200	12	4
10	Engenharia de Produção (B)	2016	1	50	5	250	14	5
11	Engenharia Agrícola (B)	2016	1	50	4	200	12	4
12	Agronegócio (B)	2017	1	50	4	200	12	4
13	Eng. Cartográfica e Agrim. (B)	2017	1	50	5	250	14	5
14	Pedagogia (B)	2017	1	50	5	250	14	5
15	Letras (B)	2017	1	50	4	200	12	4
16	Direito (B)	2018	1	50	4	200	12	4
17	Enfermagem (B)	2018	1	50	4	200	12	4
18	Farmácia (B)	2018	1	50	4	200	12	4
19	Fisioterapia (B)	2018	1	50	5	250	14	5
20	Odontologia (B)	2020	1	50	4	200	12	4
21	Zootecnia (B)	2020	1	50	4	200	12	4
Total 1		-	21	1050	-	4500	266	90
Cursos de pós-graduação								
	1. Gestão Ambiental (M)	2019	1	15	3	45	8	1
	2. Gestão Pública (M)	2019	1	15	3	45	8	1
Total 2		-	2	30	-	90	16	2

Fonte: Santana(2015)
Nota: B = Bacharelado; L = Licenciatura; M = Mestrado

A Tabela 3 permite verificar que a consolidação do *Campus* Capanema se dará com vinte e um cursos de graduação e dois cursos de pós-graduação, envolvendo 1050 vagas de graduação e 30 vagas na pós-graduação, com 4500 alunos na graduação e 90 na pós-graduação com um contingente de 266 professores dedicados aos cursos de graduação e 16 aos cursos de pós-graduação e um total de 92 servidores, distribuídos entre a graduação e a pós-graduação.

Campus Capitão Poço

O *Campus* Capitão Poço fica localizado no Nordeste Paraense, foi o primeiro *Campus* implantado no Programa de Interiorização da UFRA, não considerando o *Campus* Santarém, que foi incorporado à Universidade Federal do Oeste do Pará, com a criação dessa Universidade nas regiões do Baixo Amazonas e Tapajós.

Em dezembro de 1015, o *Campus* de Capitão Poço ofereceu à comunidade cinco cursos de graduação a saber: Agronomia, Engenharia Florestal, Computação noturno, Sistemas de Informação e Ciências Biológicas, sendo que está sendo planejada a implantação de onze cursos de graduação e dois de pós-graduação, a serem instalados até 2018, como pode ser verificado na Tabela 4.

Tabela 4 - Cursos atuais e expansão dos cursos de graduação e pós-graduação no *Campus* Capitão Poço

	Cursos de graduação	Ano	Nº Turmas	Nº Vagas	Tempo (anos)	Nº Alunos	Nº Prof.	Nº Serv.
1	Agronomia (B)	2006	1	50	5	250	14	5
2	Engenharia Florestal (B)	2014	1	50	5	250	14	5
3	Ciências Biologicas (B)	2013	1	50	4	200	12	4
4	Sistemas de Informação (B)	2015	1	50	4	200	12	4
5	Computação (L)	2015	1	50	4	200	12	4
6	Biologia (L)	2015	1	50	4.5	225	13	5
7	Engenharia Ambiental (B)	2016	1	50	5	250	14	5
8	Administração (B)	2016	1	50	4	200	12	4
9	Engenharia de Produção (B)	2017	1	50	5	250	14	5
10	Letras (B)	2018	1	50	4	200	12	4
11	Pedagogia (B)	2018	1	50	5	250	14	5
Total 1		-	11	550	-	2475	143	50
Cursos de pós-graduação								
1	Ciências Agrárias (M)	2018	1	15	3	45	8	1
2	Agricultura Integrada (E)	2018	-	-	-	-	-	-
Total 2		-	1	15	-	45	-	-

Fonte: Santana (2015)

Nota: B = Bacharelado; L = Licenciatura; M = Mestrado; E = Especialização

A Tabela 4 mostra que no ano de consolidação, em 2018, nos onze cursos os discentes estarão distribuídos entre 12 turmas, envolvendo 565 vagas anuais, sendo ao todo 2520 alunos, 151 professores e 51 servidores.

Com relação ao curso de pós-graduação, em nível de especialização, sob o título de Agricultura Integrada, o número de turmas, o número de vagas e a quantidade de alunos ainda estão em fase de planejamento, enquanto o número de professores e o de servidores se manterá o mesmo, pois o curso será oferecido com a disponibilidade existente naquele momento, sem necessidade de contratação desses profissionais.

Campus Paragominas

O *Campus* de Paragominas fica localizado em área das mais prósperas do Estado, sendo o município atravessado pela Rodovia Belém - Brasília, a altura do km 150.

O *Campus* Paragominas é dos mais recentes da rede de *Campi* da Universidade e está em pleno

funcionamento, oferecendo à comunidade o melhor de seus serviços representados pelos cursos de graduação.

Em dezembro de 2015, o *Campus* Paragominas ofertou três cursos de graduação bacharelado: Agronomia, Engenharia Florestal e Zootecnia, todos com excelentes rendimentos.

Destaca o Planejamento Estratégico 2014 - 2024, UFRA – PROPLADI, que o programa de expansão do *Campus* Paragominas, prevê a instalação de dezesseis cursos de graduação e dois de pós-graduação até 2020, conforme está apresentado na Tabela 5 a seguir:

Tabela 5 - Cursos atuais e expansão dos cursos de graduação e pós-graduação no *Campus* Paragominas

	Cursos de graduação	Ano	Nº Turmas	Nº Vagas	Tempo (anos)	Nº Alunos	Nº Prof.	Nº Serv.
1	Agronomia (B)	2008	1	50	5	250	14	5
2	Engenharia Florestal (B)	2012	1	50	5	250	14	5
3	Zootecnia (B)	2014	1	50	4.5	225	13	5
4	Ciências Contábeis (B)	2016	1	50	4	200	12	4
5	Administração (B)	2016	1	50	4	200	12	4
6	Engenharia Agrícola (B)	2016	1	50	4	200	12	4
7	Engenharia Ambiental (B)	2017	1	50	5	250	14	5
8	Medicina Veterinária (B)	2017	1	50	5	250	14	5
9	Agronegócio (B)	2018	1	50	4	200	12	4
10	Eng. Cartográfica e Agrim. (B)	2018	1	50	4	200	12	4
11	Engenharia de Produção (B)	2018	1	50	5	250	14	5
12	Computação (L)	2018	1	50	4	200	12	4
13	Sistemas de Informação (B)	2018	1	50	4	200	12	4
14	Pedagogia (B)	2019	1	50	4	200	12	4
15	Letras Libras (B)	2019	1	50	4	200	12	4
16	Engenharia de Minas (B)	2020	1	50	5	250	14	5
Total 1		**-**	**16**	**800**	**-**	**3525**	**205**	**71**
Cursos de pós-graduação								
1	Ciências Agrárias (M)	2018	1	15	3	45	8	1
2	Gestão de Recursos Naturais (E)							
Total 2		**-**	**-**	**-**	**-**	**45**	**-**	**1**

Fonte: Santana(2015)

Nota: B = Bacharelado; L = Licenciatura; M = Mestrado; E = Especialização

Dos cursos de pós-graduação previstos, um será em nível de Mestrado e o outro em nível de especialização. No total será ofertada 815 vagas anuais, perfazendo 3570 alunos, 205 professores e 72 servidores.

No caso dos cursos de pós-graduação, o de Mestrado, será ofertado apenas no ano de 2018, com uma turma, 15 vagas, 45 alunos, 8 professores e 1 servidor, enquanto que o curso de especialização em Gestão de Recursos Naturais, falta ainda definir o ano de implantação, bem como o número de turmas e vagas, sendo que o número de professores e servidores serão os já existente no período da realização do curso, sem necessidade de contratação.

Campus Parauapebas

O *Campus* Parauapebas é um dos mais antigos da rede de suporte acadêmico dos cursos da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA. O *Campus* fica localizado no município de Parauapebas, que é dos mais prósperos do Estado, em razão de contar com os recursos provenientes de *royalties* da Cia Vale, maior exportadora de minério de ferro da Serra dos Carajás, em cujas fraldas está implantada a sede do município, na região sul do Pará. O *Campus* Parauapebas iniciou as suas atividades acadêmicas na região oferecendo à comunidade, o curso de graduação em Zootecnia.

Além desse curso de Zootecnia compatível com a destinação pecuária da região, o *Campus* ofereceu, ainda, em 2015, os seguintes cursos de graduação bacharelado: Agronomia, Engenharia Florestal, Administração e Engenharia de Produção, totalizando cinco cursos de graduação.

A previsão do documento Planejamento Estratégico Institucional 2014 - 2024, da UFRA, é a de que o *Campus* Parauapebas atingirá a sua consolidação acadêmica até o ano de 2018, com 15 cursos de graduação e até o ano de 2019, com 2 cursos de pós-graduação, sendo um em nível de Mestrado e outro em nível de Especialização. As principais informações a respeito dessas duas modalidades de curso, o de graduação e o de pós-graduação, estão contidas na Tabela 6, a seguir:

Tabela 6 - Cursos atuais e expansão dos cursos de graduação e pós-graduação no *Campus* Parauapebas

	Cursos de graduação	Ano	Nº Turmas	Nº Vagas	Tempo (anos)	Nº Alunos	Nº Prof.	Nº Serv.
1	Agronomia (B)	2010	1	50	5	250	14	5
2	Engenharia Florestal (B)	2011	1	50	5	250	14	5
3	Zootecnia (B)	2004	1	50	4.5	225	13	5
4	Administração (B)	2014	1	50	4	200	12	4
5	Engenharia Produção (B)	2014	1	50	5	250	14	5
6	Engenharia Ambiental (B)	2016	1	50	5	250	14	5
7	Sistemas de Informação (B)	2016	1	50	4	200	12	4
8	Computação (L)	2016	1	50	4	200	12	4
9	Biologia (B)	2016	1	50	4	200	12	4
10	Enfermagem (B)	2017	1	50	4	200	14	4
11	Fisioterapia (B)	2017	1	50	5	250	12	5
12	Farmácia (B)	2017	1	50	4	200	12	4
13	Odontologia (B)	2018	1	50	4	200	12	4
14	Pedagogia (B)	2018	1	50	4	200	12	4
15	Letras Libras (B)	2018	1	50	4	200	12	4
Total 1		**-**	**15**	**750**	**-**	**3275**	**191**	**66**
Cursos de pós-graduação								
1	Ciências Agrárias (M)	2018	1	15	3	45	8	1
2	Gestão de Recursos Naturais (E)	2019	1	20	1	20	6	1
Total 2		**-**	**2**	**35**	**-**	**65**	**14**	**2**

Fonte: Santana(2015)

Nota: B = Bacharelado; L = Licenciatura; M = Mestrado; E = Especialização

A Tabela 6 mostra que a consolidação acadêmica do *Campus* Parauapebas, que se dará em 2018, prevê quinze turmas, uma por curso, com 750 vagas anuais 3.275 alunos, com um contingente de 191 professores e 66 servidores.

Cada curso de pós-graduação, em 2019, terá uma turma, com um total 35 vagas anuais, exigindo a disponibilização de 14 professores e 2 servidores. Provavelmente, serão disponibilizados dos quadros docente e de técnico administrativo que atendem os cursos de graduação.

O primeiro coordenador do curso de graduação de Zootecnia, na modalidade Bacharelato desse *Campus* foi o Prof. Ermino Braga, e não o Prof. Eduardo Lima, como está contido à página 55, no item "*Campus* Parauapebas – Zootecnia", da publicação "Registros Históricos – Contribuição à Memória da Universidade Federal Rural da Amazônia", editada em 2014.

Campus **Tomé-Açu**

O *Campus* de Tomé-Açu é a mais nova unidade acadêmica interiorizada. Localizado no município de Tomé-Açú, considerado estratégico pelo potencial de desenvolvimento de cadeias produtivas de base agrícola, pecuária e florestal na região do Acará.

O *Campus* de Tomé-Açu será consolidado até o ano de 2018, com a implantação definitiva de dez cursos, envolvendo 500 vagas anuais, perfazendo 2.150 alunos, 125 professores e 43 servidores, enquanto os cursos de pós-graduação estarão plenamente implantados em 2020, com 3 turmas, 50 vagas anuais, 110 alunos, 22 professores e 3 servidores que serão recrutados no próprio quadro de pessoal existente à época de suas respectivas mobilizações.

Um fato interessante a destacar é a de que, mesmo que o Planejamento Estratégico 2014 - 2024, UFRA-PROPLADI, reconheça que a região de Tomé-Açú é estratégica e de grande potencial, o programa de expansão dos cursos de graduação e pós-graduação é tímido, o que não deixa de ser, salvo melhor juízo, uma contradição acadêmica, entre a vocação produtiva da área e os cursos de formação de mão de obra técnica e de pesquisadores que ela requer, para suporte de seu programa de desenvolvimento socioeconômico.

As principais informações a respeito dos cursos de graduação e pós-graduação estão contidas na Tabela 7, a seguir:

Tabela 7 - Cursos atuais e expansão dos cursos de graduação e pós-graduação do *Campus* Tomé-Açu

	Cursos de graduação	Ano	Nº Turmas	Nº Vagas	Tempo (anos)	Nº Alunos	Nº Prof.	Nº Serv.
1	Engenharia Agrícola (B)	2015	1	50	4	200	12	4
2	Biologia (L)	2015	1	50	4	200	12	4
3	Engenharia Ambiental (B)	2016	1	50	5	250	13	5
4	Engenharia de Produção (B)	2016	1	50	5	250	14	5
5	Sistemas de Informação (B)	2016	1	50	4	200	12	4
6	Computação (L)	2016	1	50	4	200	12	4
7	Letras (B)	2016	1	50	4	200	12	4
8	Pedagogia (B)	2016	1	50	5	250	14	5
9	Eng. Cartográfica e Agrim. (B)	2018	1	50	4	200	12	4
10	Direito (B)	2018	1	50	4	200	12	4
Total 1		**-**	**10**	**500**	**-**	**2150**	**125**	**43**
Cursos de pós-graduação								
1	Educação (M)	2019	1	15	3	45	8	1
2	Gestão Pública (M)	2020	1	15	3	45	8	1
3	Gestão de Recursos Naturais (E)	2018	1	20	1	20	6	1
Total 2		**-**	**3**	**50**	**-**	**110**	**22**	**3**

Fonte: Santana(2015)

Nota: B = Bacharelado; L = Licenciatura; M = Mestrado; E = Especialização

NOVOS *CAMPUS* E NÚCLEOS

Campus Tailândia

O Planejamento Estratégico Institucional 2014-2024, UFRA – PROPLADI, propõe um novo *Campus*, com início de implantação em 2016, se as condições econômicas do país permitirem, já que no momento a nação enfrenta séria crise econômico-financeira, que afeta todos os setores do governo federal, com repercussões extremamente negativas para os estados e municípios.

A região de Tailândia, localizada na mesorregião Nordeste Paraense é uma fronteira agrícola, sendo cortada pela PA-150, considerada de integração estadual. Por sua localização espacial e como pólo de desenvolvimento, a região necessita de apoio acadêmico para seu crescimento, que se espera seja equilibrado e harmônico, condições sem as quais corre o risco de não ter sustentação, principalmente em razão de ter sofrido, em anos recentes, uma forte intervenção estatal pelo nível de desmatamento que estava ocorrendo na área do município.

Desta forma, a UFRA antecipou, em termos de planejamento, a realização das atividades necessárias ao apoio do processo de desenvolvimento da região, formulando desde já, na área de sua competência institucional, as ações que serão implantadas tão logo as condições orçamentárias do Ministério da Educação permitirem.

Assim, havendo recursos financeiros, a implantação do novo *Campus* Tailândia se daria, após as providências administrativas se efetivarem junto ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação, órgãos aos quais cabem à aprovação de novos *Campi* e autorização de cursos de graduação, enquanto os cursos de pós-graduação serão contemplados com projetos específicos que serão apresentados à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, para a devida aprovação.

A sequência de ações nos diversos anos de implantação do novo *Campus* Tailândia, bem como as principais informações a respeito dos cursos de graduação e pós-graduação, que serão implantados no decorrer dos anos, estão sendo apresentados na Tabela 8, a seguir:

Tabela 8 - Programa de expansão dos cursos de graduação e pós-graduação no *Campus* Tailândia

	Cursos de graduação	Ano	Nº Turmas	Nº Vagas	Tempo (anos)	Nº Alunos	Nº Prof.	Nº Serv.
1	Agronomia (B)	2016	1	50	5	250	14	5
2	Engenharia Florestal (B)	2016	1	50	5	250	14	5
3	Administração (B)	2016	1	50	4	200	14	4
4	Agronegócio (B)	2018	1	50	4	200	12	4
5	Sistemas de Informação (B)	2018	1	50	4	200	12	4
6	Computação (L)	2018	1	50	4	200	12	4
7	Engenharia Produção (B)	2020	1	50	5	250	14	5
8	Engenharia Agrícola	2020	1	50	4	200	12	4
9	Engenharia ambiental (B)	2020	1	50	4	200	12	4
10	Biologia (L)	2022	1	50	4	200	12	4
11	Ciências Contábeis (B)	2022	1	50	4	200	12	4
12	Letras Libras (B)	2022	1	50	4	200	12	4
Total 1			**12**	**600**		**2550**	**152**	**51**
	Cursos de pós-graduação							
1	Ciências Agrárias (M)	2023	1	15	3	45	8	1
Total 2			**1**	**15**		**45**	**8**	**1**

Fonte: Santana(2015)

Nota: B = Bacharelado; L = Licenciatura; M = Mestrado

A Tabela 8 acima apresenta o cronograma de implantação dos cursos de graduação e pós-graduação em Tailândia, onde se verifica que a expansão de cursos de graduação se dará até 2022, se consolidando com 12 cursos, 12 turmas, 600 vagas anuais, 2250 alunos, 152 professores e 51 servidores, enquanto que o único curso de pós-graduação previsto para esse *Campus*, será implantado no ano de 2023, com uma turma, 45 alunos, 8 professores e 1 servidor, sendo que os docentes e servidores serão disponibilizados pelo pessoal existente no quadro de pessoal, à época, sem necessidade de contratação.

Núcleos

O Planejamento Estratégico Institucional, 2014-2024, UFRA – PROPLADI, aprovado pela comunidade institucional e acadêmica da Universidade Federal Rural da Amazônia, destaca com muita precisão, a abertura de Núcleos vinculados aos *Campi* já existentes, para suprir demandas limitadas e específicas no que se refere à regiões remotas, com contingentes populacionais que justifiquem a criação dessas unidades na área educacional do ensino superior.

Segundo o Planejamento Estratégico Institucional, a implantação desses Núcleos obedece à mesma sistemática dos cursos regulares oferecidos nos *Campi*, com as devidas adequações à vocação e realidade de cada região em que estiver inserido.

Os Núcleos aprovados e referendados no Planejamento Estratégico Institucional, 2014 - 2024 estão localizados nas seguintes unidades municipais:

Ulianópolis

Os cursos oferecidos nesse Núcleo serão coordenados pelos *Campi* Belém e Paragominas, e são os seguir apresentados na Tabela 9.

Tabela 9 - Cursos de graduação previstos para o Núcleo Ulianópolis

	Cursos de graduação	Ano	Nº Turmas	Nº Vagas	Tempo (anos)	Nº Alunos	Nº Prof.	Nº Serv.
1	Agronomia (B)	2015	1	50	5	250	10	2
2	Engenharia Florestal (B)	2018	1	50	5	250	10	2
3	Zootecnia (B)	2020	1	50	4	200	10	2
4	Agronegócio (B)	2021	1	50	4	200	8	1
5	Sistemas de Informação (B)	-	1	50	4	200	8	1
6	Administração (B)	-	1	50	4	200	8	1
Total		**-**	**6**	**300**	**-**	**1300**	**54**	**9**

Fonte: Santana (2015)
Nota: B = Bacharelado

Com a consolidação dos cursos em 2021, o Núcleo Ulianópolis vai oferecer 6 cursos com oferta de 6 turmas, 300 vagas, 1300 alunos, 54 professores e 9 servidores. Os cursos de Sistemas de Informação (B) e Administração (B) ainda não têm data prevista para início de implantação, porém há previsão dos anos de 2020 ou 2021 para ocorrer essa providência.

Ourilândia do Norte

Para o Núcleo de Ourilândia do Norte, o Planejamento Estratégico Institucional 2014 - 2024, prevê a oferta de cursos de graduação como apresentados na Tabela 10. Com a consolidação em 2020, haverá 3 turmas, 15 vagas, 600 alunos que exigirão a necessidade de 28 professores e 5 servidores, sendo os cursos vinculados aos *Campi* Paragominas e Belém.

Tabela 10 - Cursos de graduação previstos para o Núcleo Ourilândia do Norte

	Cursos de graduação	Ano	Nº Turmas	Nº Vagas	Tempo (anos)	Nº Alunos	Nº Prof.	Nº Serv.
1	Engenharia Ambiental (B)	2016	1	50	4	200	10	2
2	Engenharia de Produção (B)	2018	1	50	4	200	10	2
3	Sistemas de Informação (B)	2020	1	50	4	200	8	1
Total			**3**	**150**		**600**	**28**	**5**

Fonte: Santana(2015)
Nota: B = Bacharelado

Viseu

Para o Núcleo Viseu, através dos *Campi* Belém e Capanema, serão ofertados, três cursos de graduação. Quando ocorrer a consolidação desses cursos, serão 3 turmas, com 150 vagas anuais, 600 alunos, envolvendo 27 docentes e 4 servidores, conforme se verifica na Tabela 11 a seguir:

Tabela 11 - Cursos de graduação previstos para o Núcleo Viseu

	Cursos de graduação	Ano	Nº Turmas	Nº Vagas	Tempo (anos)	Nº Alunos	Nº Prof.	Nº Serv.
1	Administração (B)	2017	1	50	4	200	8	1
2	Sistemas de Informação (B)	2018	1	50	4	200	8	1
3	Engenharia de Pesca (B)	2018	1	50	4	200	10	2
Total		**-**	**3**	**150**	**-**	**600**	**26**	**4**

Fonte: Santana (2015)
Nota: B = Bacharelado

Colares

Para o Núcleo Colares, com vinculação com o *Campus* Belém, o Planejamento Estratégico 2014 - 2024, prevê a implantação de 6 cursos de graduação.

Quando ocorrer a consolidação desses cursos, o Núcleo contará com 6 turmas, com 300 vagas, 1250 alunos, sob a responsabilidade de 54 professores e 9 servidores, conforme está detalhado na Tabela 12, a seguir discriminada:

Tabela 12 - Cursos de graduação previstos para o Núcleo Colares

	Cursos de graduação	Ano	Nº Turmas	Nº Vagas	Tempo (anos)	Nº Alunos	Nº Prof.	Nº Serv.
1	Administração (B)	2016	1	50	4	200	8	1
2	Engenharia Ambiental (B)	2018	1	50	5	250	10	2
3	Agronomia (B)	2017	1	50	4	200	10	2
4	Engenharia Florestal (B)	2017	1	50	4	200	10	2
5	Agronegócio (B)	2017	1	50	4	200	8	1
6	Ciências Contábeis (B)		1	50	4	200	8	1
Total			**6**	**300**		**1250**	**54**	**9**

Fonte: Santana (2015)
Nota: B = Bacharelado

Santa Izabel do Pará

Para o Núcleo Santa Izabel do Pará, vinculado ao *Campus* Belém, estão programados 6 cursos de graduação a serem implantados, nos próximos anos, se as condições orçamentárias permitirem face a crise econômica que enfrenta o país nas seguintes formações: Administração, Engenharia Ambiental, Agronomia, Engenharia Florestal, Agronegócios e Ciências Contábeis, totalizando 6 turmas, 300 vagas, 1.250 alunos, 54 professores e 9 servidores, que serão contratados especificamente para esse Núcleo.

A Tabela 13 detalha as principais informações a respeito desses cursos, no Núcleo Santa Izabel do Pará, para o qual se prevê cursos de pós-graduação, dada a sua proximidade com Belém, onde está localizado o *Campus* Belém.

Tabela 13 - Expansão de cursos de graduação no Núcleo Santa Izabel do Pará

	Cursos de graduação	Ano	Nº Turmas	Nº Vagas	Tempo (anos)	Nº Alunos	Nº Prof.	Nº Serv.
1	Administração (B)	2016	1	50	4	200	8	1
2	Engenharia Ambiental (B)	2018	1	50	5	250	10	2
3	Agronomia (B)	2017	1	50	4	200	10	2
4	Engenharia Florestal (B)	2017	1	50	4	200	10	2
5	Agronegócio (B)	2017	1	50	4	200	8	1
6	Ciências Contábeis (B)	2019	1	50	4	200	8	1
Total			**6**	**300**		**1250**	**54**	**9**

Fonte: Santana (2015)
Nota: B = Bacharelado

A FROTA DE VEÍCULOS DA UNIVERSIDADE

Em face da extensão do seu *Campus* Belém, onde estão localizados vários cursos de graduação e pós-graduação, e a grande quantidade de prédios existentes nessa grande área de 196 hectares, como os diversos prédios destinados ao setor administrativo, salas de aulas, laboratórios didáticos e de pesquisas, bem como gabinetes de professores, caracterizam a área como de difícil acesso aos transeuntes.

O *Campus* Belém é cortado por vários quilômetros de estradas e a própria configuração espacial do seu território, que não tem circulação de ônibus privados, torna a Universidade extremamente dependente de viaturas para atender a tão grande demanda, representada por alunos, professores, técnicos administrativos e o público em geral, que procuram a Universidade para usufruir dos serviços que essa instituição oferece à comunidade. Além disso, o atendimento de aulas práticas das inúmeras disciplinas de seus diversos cursos e, também, a enorme distância onde se localizam os *Campi* interiorizados e Bases Físicas, que se encontram implantados em diversas áreas geográficas do Estado, multiplica a necessidade de um número de viaturas que seja compatível com essas exigências impostas por sua missão institucional.

Assim, torna-se imperativo que se possa dispor de um conjunto de viaturas, para atender as demandas de cada unidade por serviços, ações e providências dos setores acadêmicos e administrativos, cujas chefias estão estabelecidas no *Campus* Belém, onde se encontra, por questões burocráticas, toda a máquina administrativa que movimenta os recursos orçamentários da Universidade, a partir da qual as dotações são descentralizadas para manutenção das unidades do interior.

Os *Campi* e as Bases Físicas são todas acessadas por rodovias federais e estaduais a partir do *Campus* Belém e a mais distante delas, o *Campus* Parauapebas, se localiza a cerca de 650 km da capital, sendo que todos os *Campi* têm necessidades idênticas, em termos de viaturas, às do *Campus* Belém.

Para as Bases Físicas há necessidade de intercâmbio com a sede da Universidade, em Belém, para atendimento técnico e administrativo dos projetos e realizações que são levadas a efeito nessas unidades, inclusive muitas recebendo alunos e docentes em aulas práticas e a visita de técnicos de diversas organizações.

É de se enfatizar que em razão das dimensões do *Campus* Belém, o deslocamento dos servidores, alunos e do público em geral, se dá normalmente utilizando viaturas, pois não há outra forma razoável de se atingir os locais desejados em pouco tempo, pois entre o portão principal da Universidade e o Prédio Central, onde estão localizadas várias dependências acadêmicas e administrativas, é de aproximadamente 2,5 km e para esse deslocamento a Universidade disponibiliza de maneira permanente, três ônibus, denominados de Bagé (Figura 18), não só na parte matutina, como à tarde e à noite, para transportar as pessoas envolvidas nos cursos noturnos que a instituição dispõe à sociedade.

Figura 18 - Ônibus para transporte interno denominado de Bagé

Fonte: ASCOM

Todavia, apesar de todas essas exigências, e em passado não tão distante, a Universidade tinha severas restrições orçamentárias e administrativas para aquisição de viaturas, no sentido de atender as suas exigências, especialmente as acadêmicas e de circulação interna de seu *Campus* Belém, apesar da não existência, à época, de seus *Campi* interiorizados.

Essa deficiência impunha grandes perturbações para atendimento de aulas práticas, que são indispensáveis e preferenciais em cursos de ciências agrárias, como são em grande parte, os ministrados nesta instituição.

No entanto, há não mais de dez anos, especialmente a partir da primeira administração do Professor Sueo Numazawa como Reitor eleito da UFRA, esse quadro de carência se modificou substancialmente, desde que as autoridades governamentais entenderam que viatura, em uma Universidade, é uma ferramenta acadêmica, especialmente nas instituições dedicadas às Ciências Agrárias, pois para oferecer um bom curso aos seus discentes, necessita de deslocamentos periódicos às regiões produtoras, quer de bens agrícolas, como pecuários e florestais, na obtenção de conhecimento que só a presença do profissional verificando "*in-loco*" pode incorporar (Figura 19).

Figura 19 - Ônibus transportando alunos no *Campus* Belém

Fonte: ASCOM

O *Campus* Belém, pela sua própria natureza de sede administrativa da Universidade, concentra o maior percentual de viaturas de propriedade da UFRA, enquanto que os *Campi* interiorizados dispõem de equipamento dessa natureza para atender as suas necessidades acadêmicas e administrativas, bem como de gestão superior.

Além dos *Campi* disporem dos veículos indispensáveis às suas funções institucionais, algumas Bases Físicas têm necessidade desse equipamento, pela importância que representam na implantação de projetos técnicos e acadêmicos em proveito do desenvolvimento socioeconômico das áreas geográficas em que estão localizadas. Essas unidades, que servem de apoio básico às aulas práticas dos discentes da Universidade e do pessoal técnico de outras organizações que buscam as nossas dependências para obter conhecimento das diversas ações que nelas se praticam, contam, também, com viaturas e equipamentos no emprego das diversas atividades e ações como acontece com a Fazenda Escola de Igarapé-Açu e da Estação Experimental de Piscicultura de Água Doce de Castanhal.

As viaturas existentes no *Campus* Belém (dezembro de 2015), de aquisição relativamente recente, somam quarenta e nove, entre ônibus, micrônibus, mini ônibus, pick-up cabine dupla e caminhões, todos a diesel e nove viaturas a gasolina, entre veículos de diversos modelos e marcas, conforme pode ser conferido nas Tabelas 14 e 15.

Tabela 14 - Relação da frota de veículos a diesel da UFRA (dezembro 2015)

(Continua)

	MARCA / MODELO	Qtid.	Ano Fáb./Mod.	Placa	Cor	Combustível
1	Ônibus/VW/Comil/Svelto/50 P	1	2006 / 2006	JWB 1899	Branca	Diesel
2	Ônibus/VW/Comil/Svelto/50 P	1	2006 / 2006	JWB 1949	Branca	Diesel
3	Ônibus/VW/Comil/Svelto/50 P	1	2008 / 2009	JVW 0536	Branca	Diesel
4	Ônibus/VW/EOD/15.190/60 P	1	2011 / 2011	NTC 0403	Amarela	Diesel
5	Ônibus/Scania/Comil *Campi*one/50 P	1	2012 / 2013	OTE 0512	Prata	Diesel
6	Ônibus/Scania/Comil *Campi*one/50 P	1	2012 / 2013	OTE 0512	Prata	Diesel
7	Ônibus/Volvo/Comil Svelto/50 P	1	2012 / 2012	OFP 1803	Branca	Diesel
8	Ônibus/Volvo/Comil Svelto/50 P	1	2012 / 2012	OFR 2063	Branca	Diesel
9	Ônibus/Volvo/Comil *Campi*one/50 P	1	2013 / 2013	OFW 3864	Prata	Diesel
10	Ônibus/Volvo/Comil *Campi*one/50 P	1	2013 / 2013	OFW 3934	Prata	Diesel
11	Ônibus	1		OFW 4024		Diesel
12	Ônibus/Volvo/Comil *Campi*one/50 P	1	2013 / 2013	OFW 3714	Prata	Diesel
13	Ônibus/Volvo/Comil *Campi*one/50 P	1	2013 / 2013	OTK 4978	Prata	Diesel
Subtotal (1)		**13**				
1	Microônibus/VW/ Comil Bello/ 31 P	1	2007 / 2007	JVX 3532	Branca	Diesel
2	Microônibus/VW/ Comil Bello/ 31 P	1	2007 / 2007	JVX 3492	Branca	Diesel
3	Microônibus/Agrale/ Maxibus/ 27 P	1	2010 / 2011	NSX 3410	Branca	Diesel
4	Microônibus/Agrale/ Maxibus/ 27 P	1	2010 / 2011	NTB 7008	Branca	Diesel
5	Microônibus/Agrale/ Masca Granmini/ 22 P	1	2010 / 2011	NTB 0321	Branca	Diesel
6	Microônibus /Iveco/Cityclass 70C16/ 29 P	1	2010 / 2011	NSU 6373	Amarela	Diesel
7	Microônibus /Iveco/Cityclass 70C16/ 29 P	1	2010 / 2011	NSU 6293	Amarela	Diesel
8	Microônibus/M. Benz/Comil/ 27 P	1	2013 / 2013	OFP 3063	Branca	Diesel
9	Microônibus/M. Benz/Comil/ 27 P	1	2013 / 2013	OSW 1274	Branca	Diesel
10	Microônibus/M. Benz/Comil/ 27 P	1	2013 / 2013	OFW 3974	Branca	Diesel
11	Microônibus/M. Benz/Comil/ 27 P	1	2013 / 2013	OFR 3233	Branca	Diesel
12	Microônibus/M. Benz/Comil/ 27 P	1	2013 / 2013	OFW 3784	Branca	Diesel
13	Microônibus/Marcopolo/Volare W9/ 26 P	1	2013 / 2013	OFR 3293	Branca	Diesel
14	Microônibus/Marcopolo/Volare W9/ 26 P	1	2013 / 2013	OFR 3363	Branca	Diesel
Subtotal (2)		**14**				
1	Fiat/Ducato/Minibus (Van/16 P)	1	2006 / 2007	JVY 5349	Branca	Diesel
2	Fiat/Ducato/Minibus (Van/16 P)	1	2011 / 2011	NTC 0433	Branca	Diesel
3	Fiat/Ducato/Minibus (Van/16 P)	1	2011 / 2011	NTC 0453	Branca	Diesel
Subtotal (3)		**3**				
1	Mitsubishi/MMC/L. 200 4 x 4 GL/5 P	1	2006	JUT 8697	Branca	Diesel
2	Mitsubishi/MMC/L. 200 4 x 4 GL/5 P	1	2011	NSX 3570	Branca	Diesel
3	Mitsubishi/MMC/L. 200 4 x 4 GL/5 P	1	2011	NSX 9700	Branca	Diesel
4	Mitsubishi/MMC/L. 200 4 x 4 GL/5 P	1	2011	NTC 9170	Branca	Diesel
5	Mitsubishi/MMC/L. 200 4 x 4 GL/5 P	1	2011	NTC 9350	Branca	Diesel
6	Mitsubishi/MMC/L. 200 4 x 4 GL/5 P	1	2011	NTC 9510	Branca	Diesel
7	Mitsubishi/MMC/L. 200 4 x 4 GL/5 P	1	2011	NTB 0471	Branca	Diesel
8	Mitsubshi/MMC/L. 200 4 x 4 GL/5 P	1	2010	NSG 8381	Branca	Diesel

Tabela 14 - Relação da frota de veículos a diesel da UFRA (dezembro 2015)

(Conclusão)

	MARCA / MODELO	Qtid.	Ano Fáb./Mod.	Placa	Cor	Combustível
9	Mitsubshi (Projeto Vale)	1		OFJ 2665	Branca	Diesel
10	Mitsubshi	1		OFJ 2768	Branca	Diesel
11	Toyota Bard (Projeto LBA)	1		DBY 7539	Branca	Diesel
12	Trail Blaizer	1		OTT 7392	Branca	Diesel
13	Nissan Frontier	1		OTW 2854	Branca	Diesel
14	Nissan Frontier	1		OTW 3544	Branca	Diesel
15	Nissan Frontier	1		OTW 3634	Branca	Diesel
Subtotal (4)		**15**				
1	Caminhão Baú Ford Cargo 2423 03 P	1	2012 / 2013	OFW 3004	Branca	Diesel
2	Caminhão Baú Ford Cargo 2423 03 P	1	2012 / 2013	OSW 3114	Branca	Diesel
3	Caminhão Baú Ford Cargo 2423 03 P	1	2013 / 2013	OPS 5479	Branca	Diesel
4	Caminhão Baú Ford Cargo 2423 03 P	1	2013 / 2013	OPS 5546	Branca	Diesel
Subtotal (5)		**4**				
Total		**49**				

Fonte: Prefeitura da UFRA - Seção de Transporte

Tabela 15 - Relação da frota de veículos flex da UFRA (dezembro 2015)

	MARCA / MODELO	Qtid.	Ano Fáb./Mod.	Placa	Cor
1	Fiat/Uno Mille Way - 5 P	1	2010	JVU 5535	Branca
2	Fiat/Uno Mille Way - 5 P	1	2010	JVU 5395	Prata
3	Fiat/Linea 16 V - 5 P	1	2010	JVU 5625	Branca
4	Fiat/Doblô HLX -1.8 -7 P	1	2009	JVQ 4114	Branca
5	Fiat/Doblô ELX -1.8 -7 P	1	2009	JVZ 6946	Branca
6	GM/Montana Conquest. 2 P	1	2010	NSK 9873	Branca
7	GM/Montana Conquest. 2 P	1	2010	NST 4307	Branca
8	Nissan/Grand/ livina 18 S/7 P	1	2012	NSX 8734	Branca
9	Chev./Spin 1.8L AT LTZ 7 P	1	2013 / 2014	OTK 0543	Prata
10	Fiat Uno (ITES)	1		OTK 9842	
11	Ford Ranger	1		IVO 8421	
12	Ford Ranger (ITES)	1		NSY 2197	
13	Ford Ranger (ITES)	1		NSY 2317	
14	Ford Ranger (ITES)	1		NSY 2247	
Total		**14**			

Fonte: Prefeitura da UFRA - Seção de Transporte

Além dessas viaturas, existem no *Campus* Belém, seis equipamentos, entre tratores, microtratores, bicicletas, bicicletas comuns e motorizadas e motocicletas, conforme detalhamento da Tabela 16.

Tabela 16 - Relação de bicicletas, motocicletas e tratores no *Campus* Belém (dezembro 2015)

	MARCA / MODELO	Qtid.	Ano Fab./Mod.	Placa	Cor	Combustível
1	Motocicleta	1		JVN 8665	Branca	Gasolina
2	Motocicleta	1		JVN 8695	Branca	Gasolina
3	Bicicleta	1		91.368	Branca	
4	Trator TL 65	1				
5	Trator TL 75	1				
6	Microtrator TR	1				
Total		**6**				

Fonte: Prefeitura da UFRA - Seção de Transporte

O número de viaturas é de tal ordem expressiva, que a atual infraestrutura para abrigar com condições de segurança e protegida das intemperes toda a frota recentemente adquirida, o que exigiu a construção de uma nova garagem (Figura 20) bastante extensa.

Figura 20 - Vistas internas e externa da garagem

Fonte: ASCOM

Para operar toda a frota de viaturas do *Campus* Belém, a Universidade dispõe (dezembro de 2015) de apenas cinco motoristas do quadro efetivo e sete de empresas terceirizadas, o que, evidentemente, é insuficiente para atender as necessidades, especialmente considerando que circulam só na área da UFRA, três ônibus chamados "Bagés", transportando com regularidade alunos, servidores, docentes e o público que procura atendimento dos serviços que são oferecidos, notadamente do Hospital Veterinário.

Acrescente-se os deslocamentos para as aulas práticas, realizadas preferencialmente, nos *Campi* interiorizados e em Bases Físicas, de Castanhal e Igarapé-Açu, pela maioria das disciplinas dos cursos ofertados no *Campus* Belém.

Desta forma, é digna de registro a colaboração da equipe de motoristas na prestação dos serviços referidos acima, o que enaltece a solidariedade da classe para o conjunto das atividades e ações, quer as de ensino como as administrativas, que seriam comprometidas sem a colaboração desses profissionais.

Viaturas e outros equipamentos nos *Campi* interiorizados e nas bases físicas

Nos *Campi* interiorizados da UFRA, em número de cinco, localizados em diversas regiões, aos quais se vinculariam os Núcleos que estão programados para oferecer cursos de graduação em futuro próximo, enquanto que os cursos de graduação dos *Campi* estão em processo de implantação dentro das metas em que foram previstas para cada um deles. Destaca-se que em cada um dos *Campus* existem vários cursos em funcionamento, com bom desempenho e alta procura, o que confirma o acerto da decisão da UFRA em seu Programa de Interiorização em atenção à sua missão institucional, que é de cobrir o território paraense de oferta de cursos de modo a que não haja carência dessa formação no interior do Estado e a UFRA não tem poupado esforços no sentido de dotar seus *Campi* e algumas Bases Físicas, de toda a infraestrutura necessária para que os seus discentes, docentes e servidores em geral, disponham de todas as condições para a melhoria cada vez mais dos cursos oferecidos em suas unidades espaciais, bem como, igualmente, das condições de trabalho em suas dependências, proporcionando viaturas novas para deslocamentos internos e externos, inclusive aulas práticas.

Assim, todos os *Campi* e Bases Físicas dispõem das seguintes viaturas e outros equipamentos, entre os movido a diesel e a gasolina.

Campus Capitão Poço

O *Campus* Capitão Poço tem as seguintes viaturas a seu serviço, quer acadêmico como administrativo, todas de aquisição recente.

a) 1 ônibus Volvo /Comil/*Campi*one / 50 P – diesel;
b) 1 micro ônibus NTB 7008 – diesel;
c) 1 micro ônibus NSU 6293 – diesel;
d) 1 mitsubshi NSX 3570 – diesel;
e) 1 trailblazer OTT 7011 – diesel.

Campus Parauapebas

Nesse *Campus*, é a seguinte a relação de suas viaturas e equipamentos:

a) 1 ônibus OFW 4024 – diesel;
b) 1 ônibus OFW 3714 – diesel;
c) 1 micro ônibus NSU 6373 – diesel;
d) 1 micro ônibus OSW 1274 – diesel;
e) 1 micro ônibus OFP 3063 – diesel;

f) 1 mitsubshi NSG 8381 – diesel;
g) 1 trailblazer OTT 7371 – diesel;
h) 1 SPIN – OTK 0543 - gasolina;
i) 1 motocicleta JVN 8691 – gasolina.

Campus Capanema

A unidade descentralizada de Capanema tem a seguinte frota:

a) 1 ônibus OFW 3934 – diesel;
b) 1 trailblazer OTT 7341 – diesel;
c) 1 Nissan Frontier OTW 3114 – diesel.

Campus Paragominas

No *Campus* Paragominas as viaturas que atendem suas necessidades são:

a) 1 ônibus Volvo /Comil *Campi*one / 50 P – diesel;
b) 1 ônibus NTC 0403 – diesel;
c) 1 ônibus OFW 3864 – diesel;
d 1 trailblazer OTT 7381 – diesel;
e) 1 Nissan Frontier OTW 3084 – diesel.

Campus Tomé-Açu

O *Campus* Tomé Açú conta com as seguintes viaturas:

a) 1 ônibus Volvo /Comil *Campi*one / 50 P – diesel;
b) 1 trailblazer OTT 736 – diesel;
c) 1 Nissan Frontier OTW 3144 – diesel;
d) 1 L 200 Mitsubishi - diesel.

Fazenda Escola de Igarapé-Açu

Estão alocados na Fazenda Escola os seguintes equipamentos:

a) 1 Fiat Uno JUJ 8489 – gasolina;
b) 1 motocicleta JVU 8615 – gasolina;
c) 1 mitsubshi NSX 9700– diesel;
d) 1 trator TL 65 – diesel.

Estação Experimental de Piscicultura de Água Doce de Castanhal

A unidade de Castanhal dispõe dos seguintes equipamentos:

a) 1 Parati 16 U JTX 9407 – gasolina;
b) 1 Motocicleta JVN 7755 – gasolina;
c) 1 mitsubshi NTC 9510 – diesel;
d) 1 trator New Holland (68.837) – diesel.

Avulsos

a) 1 Toyota Hilux – JTO 1144 – Projeto Peixe Boi – diesel;
b) 1 Motocicleta JVN 8695 – Instituto de Ciências Agrárias ICA/*Campus* Belém – gasolina.

EMENDA PARLAMENTAR

A Universidade tem um reforço significativo de orçamento para cumprir as suas finalidades institucionais; são as Emendas Parlamentares, atribuídas por deputados da bancada federal paraense, em reconhecimento explícito do papel desta Instituição na preparação de mão de obra profissional de nível superior, notadamente na área das Ciências Agrárias. Outras ações caracterizam sua missão como órgão de ensino nesse importante segmento que compõe a agricultura, pecuária e as ciências florestais, que são destacados setores da economia de nosso Estado, sem dúvida, o mais importante entre todas as unidades federativas do Norte do País.

As Emendas Parlamentares como fonte de recursos financeiros, teve início em passado relativamente recente, com destinação de recursos de certa forma elevada, para recuperação parcial do Prédio Central, imóvel símbolo da Universidade, principalmente na reforma da Ala B, que se encontrava um tanto comprometida para o bom exercício de suas atividades de ensino e de pesquisa, face ao longo tempo sem uma manutenção adequada, tempo esse que já excedia a três décadas do término de sua construção.

A Emenda Parlamentar de autoria do então Deputado Federal Anivaldo Vale, no expressivo valor de R$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais), viabilizou a reforma dessa Ala, que situa-se a direita de quem acessa o prédio, recuperando integralmente todas as dependências dessa área, que hoje é uma das mais conservadas desse imóvel, abrigando várias salas de aula e laboratórios.

Essa Emenda foi atribuída à UFRA ainda no início da década de 2000, na administração do Professor Marco Aurélio Leite Nunes.

Outra Emenda, que também data dessa época, foi a do Deputado Federal Wladimir Costa, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), que foram empregados na reforma e melhoramento do Portão Principal da Universidade.

A partir das primeiras Emendas concedidas à Universidade, nos idos dos anos 2000, a instituição continuou a receber dotações orçamentárias dessa modalidade por vários anos seguintes, através da

concessão de alguns parlamentares da bancada paraense, em claro sinal de que acreditavam nas gestões que se conduziam na UFRA e na confiança que depositavam na oferta de serviços que a Universidade presta à sociedade, enquanto que, para a instituição, essas verbas contribuíram positivamente para o fortalecimento da infraestrutura acadêmica, de pesquisa e administrativa do *Campus* Belém e de suas unidades interiorizadas.

Como exemplo e destaque de quanto foram importantes as Emendas Parlamentares para a consolidação da UFRA como instituição de ensino superior nas Ciências Agrárias será feita a seguir uma pequena análise, a partir de 2010, das Emendas concedidas pelos Deputados Federais Lúcio Vale, Wandenkolk Gonçalves, pelo ex-deputado Zenaldo Coutinho e atual Prefeito de Belém, e pelo ex-senador Mário Couto, no total de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), totalmente liberados em proveito da Universidade, conforme pode ser verificado na Tabela 17, abaixo:

Tabela 17 - Relação de Emendas Parlamentares Individuais no ano de 2010 – UFRA

Autor	Funcional	Título	Valor (R$) Emenda	Valor (R$) Executado	Destinação
Lúcio Vale	12.364.1073.2E14.0128	Reforma e Modernização de Infraestrutura Física das IFES no Estado do Pará	550.000,00	498.771,83	FEIGA/ISPA
Wandenkok Gonçalves	12.364.1073.2E14.0128	Reforma e Modernização de Infraestrutura Física das IFES no Estado do Pará	400.000,00	400.000,00	Gabinetes de Professores
Zenaldo Coutinho	12.364.1073.7L83.0134	Ampliação da Infraestrutura Física das IFES - Construção do Núcleo de Tomé Açu.	500.000,00	500.000,00	Núcleo de Tomé Açu / PA
Zenaldo Coutinho	12.363.1073.4009.0015	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado do Pará	250.000,00	190.466,72	Reforma FUNPEA
Mário Couto	12.363.1073.6368.0130	Instrumental para Ensino e Pesquisa destinado a IFES e Hospitais de Ensino-Aquisição de Equipamentos -	300.000,00	299.160,00	ICIBE-Rádio Aquisição de Equipamento de Informática
Total			**2.000.000,00**		

Fonte: UFRA (2010a)

Em 2011, com emendas dos Deputados Federais Bel Mesquita, Gerson Peres, José Nery, Zenaldo Coutinho e dos ainda Deputados Federais Wandenkok Gonçalves e Lúcio Vale, foram concedidas emendas no valor de R$ 2.950.000,00 (dois milhões, novecentos e cinquenta mil reais), dos quais apenas R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) foram liberados, face ao contingenciamento do governo federal, cujas destinações constam na Tabela 18, a seguir:

Tabela 18 - Relação de Emendas Parlamentares Individuais no ano de 2011 – UFRA

Autor	Funcional	Título	Valor (R$) Emenda	Valor (R$) Executado	Destinação
Bel Mesquita	12.364.1073.2E14.0108	Reforma e Modernização de Infraestrutura Física das IFES no Estado do Pará - *Campus* Parauapebas	250.000,00		*Campus* de Parauapebas - Aquisição de Equipamento
Gerson Peres	12.364.1073.2E14.0025	Reforma e Modernização de Infraestrutura Física das IFES no Estado do Pará	500.000,00	98.484,00	Aquisição de Equipamento
José Nery	12.364.1073.2E14.0015	Reforma e Modernização de Infraestrutura Física das IFES no Estado do Pará	300.000,00		
José Nery	12.364.1073.4004.0015	Serviços à Comunidade por meio da extensão Universitária - no Estado do Pará	600.000,00		Reforma do Ginásio
Wandenkok Gonçalves	12.364.1073.2E14.0015	Reforma e Modernização de Infraestrutura Física das IFES no Estado do Pará	500.000,00		Laboratório do Pesquisador Wilson Maia
Zenaldo Coutinho	12.364.1073.2E14.0120	Reforma e Modernização de Infraestrutura Física das IFES no Estado do Pará - *Campus* Tomé Açu	400.000,00	390.510,65	Núcleo de Tomé Açu / PA Aquisição de Equipamento
Lúcio Vale	12.364.1073.2E14.0015	Reforma e Modernização de Infraestrutura Física das IFES no Estado do Pará - *Campus* Capanema	400.000,00		*Campus* de Capanema
Total			**2.950.000,00**	**488.994,65**	

Fonte: UFRA (2011)

No ano de 2012, não foi possível levantar informações junto à Pró-Reitoria de Finanças, se houve destinação de emendas à UFRA pelos Deputados Federais que compunham, à época, a bancada federal paraense.

Para o ano de 2013 a Universidade recebeu recursos de quatro Emendas Parlamentares no total de R$ 1.800.000,00 (hum milhão e oitocentos mil reais), sendo liberado apenas R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) de uma única Emenda. Mais detalhes podem ser vistos na Tabela 19.

Tabela 19 - Relação de Emendas Parlamentares Individuais no ano de 2013 – UFRA

Autor	Funcional	Título	Valor (R$) Emenda	Valor (R$) Executado	Destinação
	12.364.2032.8282.0015	Restauração e Expansão das Universidades Federais - REUNI - No Estado do Pará	500.000,00		
	12.364.2032.8282.0015	Restauração e Expansão das Universidades Federais - REUNI - No Estado do Pará	500.000,00		
	12.364.2032.20GK.0015	Fomento às ações de graduação, ensino, pesquisa e extensão - No Estado do Pará	300.000,00	299.161,66	Aquisição de Equipamento
	12.364.2032.8282.0284	Restauração e Expansão das Universidades Federais - REUNI - No Estado do Pará - Campús Capanema	500.000,00		
Total			**1.800.000,00**	**299.161,66**	

Fonte: UFRA (2013)

O ano de 2014, o último ano em que os arquivos da UFRA acusam a concessão de Emendas, houve apenas uma única Emenda Parlamentar, a do ex-Deputado Federal Zequinha Marinho, atual Vice-Governador do Estado, no valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), totalmente liberados, cuja destinação consta da Tabela 20, a seguir discriminada.

Tabela 20 - Emenda Parlamentar Individual no ano de 2014 – UFRA

Autor	Funcional	Título	Valor (R$) Emenda	Valor (R$) Executado	Destinação
Zequinha Marinho	12.364.2032.8282.0015	Reforma e Modernização de Infraestrutura Física das IFES no Estado do Pará	400.000,00	399.958,00	Aquisição de Equipamentos e condicion. de ar
Total			**400.000,00**	**399.958,00**	

Fonte: UFRA (2014b)

Em 2015, com a vigência das Emendas impositivas, não foi possível conseguir informações a respeito dessas emendas à UFRA, porém tudo leva a crer que elas não foram disponibilizadas à instituição pelos Deputados Federais da bancada paraense.

Por outro lado, a situação de quase insolvência da economia brasileira, acarretando muitas dificuldades ao governo federal no cumprimento do orçamento de 2015 e certamente nos anos seguintes, não alimentam qualquer esperança que essa situação orçamentário-financeira melhore a curto a médio prazos.

RESPONSABILIDADE SOCIAL DA UNIVERSIDADE

Ao lado de sua missão institucional, a Universidade esteve sempre presente perante a comunidade, no exercício de sua responsabilidade social.

Em toda ação da Universidade, de certa forma está embutida a noção de sua responsabilidade social como empresa que é, voltada para a nobre função de preparação de mão de obra profissional em Ciências Agrárias.

A própria localização de sua sede, implantada na região periférica da cidade, adjacente ao bairro da Terra Firme, reconhecidamente um dos mais pobres da capital, aflora de maneira significativa no cotidiano da Universidade, a sua responsabilidade junto a uma população extremamente carente que habita esse bairro, dotado de altos índices negativos de segurança pública, de saúde, de educação e de renda, além de outros indicadores sociais igualmente baixos. A Universidade não pode ficar indiferente a essa situação, sobretudo por dispor de uma área extensa em seu *Campus* Belém, dotada de vários equipamentos sociais e esportivos, todos eles adquiridos com recursos públicos que devem ser usufruídos por muitos e não só para aqueles que esses recursos inicialmente foram destinados.

São vários os segmentos em que a Universidade pratica a sua missão social, desde o atendimento daqueles que se vinculam diretamente com a missão institucional da instituição, ou seja, a educação superior em Ciências Agrárias e suas atividades correlatas, até ao apoio, sempre que possível, à comunidade externa e vizinha ao *Campus*, que ainda não teve acesso direto às ações de ensino, pesquisa e extensão ofertadas pela Universidade.

Entre as ações mais significativas da Universidade, em obediência a sua indelegável responsabilidade social, destacam-se as seguintes, desenvolvidas, por enquanto, em sua maioria no *Campus* Belém mas que, tão logo se consolide o Programa de Interiorização da Universidade, que já disponibilizou cinco *Campi*, essas ações, naquilo que couber e que haja condições de apoio comunitário a essas unidades interiorizadas sendo implementadas nessas unidades

Bases físicas

A Universidade Federal Rural da Amazônia sempre foi consciente de sua responsabilidade perante a sociedade e a comunidade na qual desenvolve as suas atividades, desde os tempos longínquos de suas duas antecessoras, a Escola de Agronomia da Amazônia implantada em 1951 e, posteriormente, em 1972, a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará.

A Universidade sempre participou de ações nas comunidades não só com os programas que são desenvolvidos em seu *Campus* Belém, como em suas Bases Físicas, principalmente a Fazenda Escola de Igarapé-Açú e a Estação Experimental de Piscicultura de Água Doce, em Castanhal, unidades experimentais que gozam de grande prestígio técnico nas comunidades as que estão inseridas, resultantes da oferta cada vez maior de treinamentos de estudantes e profissionais de um modo geral, em assuntos em que as duas unidades marcaram presença e, hoje ainda permanecem como difusora de conhecimentos através de demonstrações sobre práticas agrícolas, pecuária, florestais e de pesca, que pratica com sucesso em suas instalações.

Cabe destacar que, por muitos anos e mais precisamente antes das instalações dos *Campi* da UFRA no interior, no expressivo número de cinco *Campi*, todos em pleno funcionamento, cabiam a essas Bases Físicas a responsabilidade de cumprir com a missão institucional das duas antecessoras de forma interiorizada, realizando práticas e demonstrações permanentes nos setores específicos de atribuições de cada uma, que eram oferecidas aos discentes em aulas extra-classe de diversas disciplinas dos cursos, inicialmente de graduação, por cerca de vinte e um anos na EAA e, em uma fase posterior, também o de Engenharia Florestal e Medicina Veterinária, tanto na Escola de Agronomia quanto na Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, como, também, eram procurados por vários técnicos de diversas organizações afins, na busca de conhecimento que eram produzidos nessas unidades.

Ginásio de Esportes

No *Campus* Belém, principalmente no aproveitamento do ginásio de esportes e de todo o complexo esportivo, constituído de piscina, campo de futebol, quadra de vôlei e outras modalidades, estão sempre à disposição da comunidade do bairro adjacente à UFRA, o da Terra Firme, em programas de assistência à jovens e adultos, estes em caminhadas em trilhas conservadas, assistidas por professores em educação física do quadro permanente da Universidade, apoio social de ampla repercussão na comunidade (Figura 21).

Figura 21 - Vistas do complexo esportivo do *Campus* Belém

Fonte: ASCOM

Hospital Veterinário

O Hospital Veterinário, localizado no *Campus* Belém, é outro grande exemplo de responsabilidade social da UFRA junto à comunidade, pois além de servir de apoio ao ensino e formação profissional dos alunos do curso de Medicina Veterinária, atende a comunidade na assistência a cães, gatos, cavalos e outros animais, em uma demanda expressiva da comunidade em geral e, principalmente, do bairro da Terra Firme (Figura 22).

Figura 22 - Hospital Veterinário – HOVET *Campus* Belém

Fonte: ASCOM

Restaurante Universitário

O *Campus* Belém, onde localiza-se a sede da Universidade, está implantado na periferia da cidade, tendo como bairro adjacente, o da Terra Firme, um dos mais pobres de Belém, constituído de uma população de baixa renda e indicadores sociais e econômicos que não deixam dúvidas sobre as condições de vida de seu contingente populacional, no limite do suportável.

É claro que a clientela da Universidade reflete um pouco as condições do bairro onde está localizada, contingente esse que soma alguns milhares de pessoas, entre os discentes, servidores e o público que demanda diariamente os serviços da Universidade.

Os estudantes da UFRA, na sua grande maioria, são originários de escolas públicas e de famílias cuja a renda oscila entre a considerada baixa e a média.

Vários discentes e servidores, em geral, incluindo os docentes, moram em lugares distantes da UFRA, o que os obriga a permanecer na Universidade nos horários intermediários às jornadas de aulas e de

trabalho, situação que compromete ainda mais os discentes, pois a carga horária dos cursos de graduação é distribuída em três turnos, o matutino, o vespertino e o noturno, sendo que a concentração de aulas se dá nos dois primeiros turnos, ou seja, o matutino e o vespertino.

Considerando toda essa situação e analisando a responsabilidade social da UFRA, a Universidade começou a pensar uma forma de dotar a então Escola de Agronomia da Amazônia de um restaurante para atender a uma demanda que crescia a cada ano, entre os discentes e os servidores que igualmente enfrentavam o mesmo problema de se deslocarem até suas residências nos intervalos do almoço, fato que se agravava pelo congestionamento que começou a surgir na BR 316 e na rodovia Augusto Montenegro, principais acessos dos conjuntos e moradias que servem de habitação a essas pessoas, bem como, respondia a um clamor generalizado que a falta de um restaurante representava, motivo e razão permanente de insatisfação entre os demandantes.

Assim, com enormes dificuldades orçamentárias, a EAA conseguiu construir um prédio de 2 andares, sendo que no primeiro andar, continha um grande salão, com capacidade de 320 lugares, bem como dispunha de área para uma cozinha industrial, pequena câmara frigorífica, escritório de administração e sanitários completos, femininos e masculinos e, no segundo andar, uma extensa área com gabinetes destinados a lazer dos usuários como visto nas Figuras 23 e 24.

Figura 23 - Vista externa do restaurante universitário - prédio antigo

Fonte: ASCOM

Figura 24 - Vista do interior do restaurante universitário - prédio antigo

Fonte: ASCOM

Este prédio foi inaugurado em setembro de 1967, porém não foi possível obter informações de quantas refeições fornecia diariamente, bem como o cardápio oferecido e o valor cobrado das refeições aquela época. Há, no entanto, uma única informação digna de registro que é a de que o restaurante só funcionava para o almoço.

Em 1985, assumiu a responsabilidade do Restaurante a Nutricionista Maria do Socorro Paredes Santos, após concurso público a que se submeteu, tendo a referida servidora, que até hoje permanece na direção do serviço, desenvolvido à época de sua contratação de excelente trabalho, cuja gestão se estende com a mesma eficiência e competência.

Quando a nutricionista ficou com o encargo de dirigir o estabelecimento, o restaurante fornecia cerca de 100 refeições/dia no almoço, com oferta de três cardápios diferenciados, para uma demanda representada pelos alunos de agronomia, engenharia florestal, veterinária, servidores e docentes. O valor cobrado por refeição, à época, era de R$ 1,00 em valores atuais.

O Restaurante, hoje (dezembro de 2015) está apto a oferecer, no almoço, cerca de 500 refeições, com cardápio diferente a cada dia, e a um preço diferenciado em que o estudante de graduação não paga, o aluno de pós-graduação paga R$ 1,00, enquanto servidores, técnicos, professores e visitantes pagam R$ 1,80 (Figura 25).

Figura 25 - Vistas do refeitório com a presença de alunos e servidores no antigo restaurante universitário

Fonte: ASCOM

O antigo restaurante se tornou pequeno para atender a demanda que aumentou significantemente com o programa de expansão da Universidade e com aumento expressivo do número de cursos de graduação e pós-graduação e o estabelecimento de vários projetos de pesquisas, bem como de servidores terceirizados, que desenvolvem suas atividades dentro do *Campus* Belém da UFRA, envolvendo uma quantidade bastante elevada de pessoas usuárias do restaurante.

Em face disso, a administração do Professor Sueo Numazawa conseguiu recursos descentralizados de Brasília para construção de um novo Restaurante, de concepção moderna e projetado em obediência aos vários requisitos de um restaurante público. A construção foi iniciada em 2013 e já está inteiramente concluída.

Os utensílios e equipamentos de cozinha já estão adquiridos, faltando apenas ser interligado o sistema de água e esgotos, para o restaurante entrar em funcionamento, o que estima-se que será a médio prazo, dada a situação econômica da nação brasileira, o que obrigou a um programa de substancial redução de gastos de manutenção e de recursos para investimento da máquina pública, abalando enormemente a capacidade operacional da Universidade e a sua missão institucional.

Os principais eventos que marcaram o restaurante, o antigo e o novo, são os seguintes:

a) Inaugurado em setembro de 1967 – Restaurante antigo;
b) Recuperado em 1984, na gestão do Professor Libonati;
c) Reformado em 1996, na gestão do Professor Bemergui;
d) Reforma da cozinha em abril de 2009, na gestão do Professor Marco Aurélio;
e) Início da construção do Restaurante Novo, em 2013, na gestão do Professor Sueo Numazawa;
f) Conclusão da construção civil do Restaurante Novo, em 2015 na gestão do Professor Sueo Numazawa.

Projeto Carroceiro

Uma das atividades técnicas desta Universidade é o Projeto Carroceiro, desenvolvido pelo seguimento da medicina veterinária que tem dado grande visibilidade à instituição, quanto a sua missão.

O Projeto Carroceiro surgiu da constatação dos maus tratos envolvendo animais de tração, sobretudo equinos, e por ser, também, uma situação de baixa qualidade socioeconômica, obriga os carroceiros a viverem na clandestinidade e, assim, violando o Decreto nº 52.453/2006, que trata dos serviços de transportes no município de Belém, de atribuição da Prefeitura Municipal.

Por outro lado, outro grave problema que envolve a comunidade é a utilização do trabalho infantil, tão noticiado e combatido pela imprensa falada, escrita e televisada nacional, pois essas crianças, trafegam pelas ruas conduzindo carroças na busca de aumento da precária renda familiar, o que gera problemas de responsabilidade social para o município e para a sociedade.

Neste Estado, como acontece em todas as unidades federadas da nação, a maioria dos animais utilizados na tração dessas carroças encontra-se em péssimo estado de saúde, trabalhando diariamente com excesso de carga e horários extenuantes, bem como recebendo alimentação insuficiente e de baixa qualidade nutricional, além do fato dos carroceiros não possuírem estrutura física adequada de instalações para abrigar e manter esses animais, por isso, após a rotina diária de trabalho, os soltam nas ruas ou os abandonam quando não têm mais condições de exercerem o trabalho.

Uma outra situação que agrava o problema da atividade é a convivência de machos não castrados com fêmeas com idade ainda reprodutiva, contribuindo para um alto índice de fêmeas gestantes na atividade de tração.

O modelo de carroça utilizado é feito de forma artesanal, com madeira rústica atrelada a um eixo de automóvel, muito pesado, sem coletor de dejetos, freios e descanso, com arreios confeccionados com materiais não adequados, o que causa ferimentos graves nos animais.

Nesse contexto, o Projeto Carroceiro, do Instituto de Saúde e Produção Animal assumiu a responsabilidade de integrar uma rede multidisciplinar, para tratar desse assunto, de natureza grave e social. O Projeto fornece gratuitamente, assistência clínica, cirúrgica, laboratorial e de capacitação aos carroceiros.

O Projeto Carroceiro da UFRA obteve financiamento do Ministério da Justiça, em Brasília, através de Edital do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (CFDD), no ano de 2007, pedido esse que foi classificado em primeiro lugar naquele Conselho.

O financiamento se destinou à contratação da estrutura física do Projeto, constante de 6 baias de internamento, 3 troncos de contenção, 1 laboratório com dispensário, 1 depósito de ração, 1 depósito de equipamentos, áreas de solário e de bombas, bem como 12 piquetes de pastejo, dotados de comedouros, bebedouros e cochos de sal.

A equipe técnica do Projeto é constituída de dois médicos veterinários, servidores da UFRA, e outros residentes do Hospital Veterinário, dois bolsistas de extensão, 6 treinandos e 1 tratador de animais, além de contar com todo apoio técnico e laboratórios de professores e médicos veterinários do ISPA/UFRA.

O Projeto Carroceiro (Figura 26), tem como Diretor Técnico desde o início de suas atividades o Médico Veterinário M.Sc. Heriberto Ferreira de Figueiredo, do quadro de servidores efetivos da Universidade.

Figura 26 - Portal do Projeto Carroceiro

Fonte: ASCOM

Os resultados alcançados no ano de 2014, foram da ordem de 264 animais, não só na sede do Projeto Carroceiro, no *Campus* Belém da UFRA, e mais três municípios parceiros, conforme discriminado na Tabela 21 a seguir:

Tabela 21 - Equídeos atendidos no Projeto Carroceiro no ano de 2014

	Local de Atendimento/Município	Qtde
1	Projeto Carroceiro – Belém	49
2	Ilha de Cotijuba – Belém	41
3	Bairro Maguari - Ananindeua	9
4	Fazenda Vale do Sol - Peixe Boi	30
5	Fazenda Escola de Igarapé-Açu - FEIGA/UFRA	10
6	Fazenda Duíza - Peixe Boi	34
7	Fazenda Tainá - Peixe Boi	29
8	Fazenda Pedro Elias - Peixe Boi	62
Total		**264**

Fonte: UFRA (2014a)

Os 49 equídeos atendidos diretamente no Projeto Carroceiro no *Campus* Belém, em Belém, tiveram as mais diferentes procedências como discriminado na Tabela 22.

Tabela 22 - Procedência de equídeos atendidos diretamente no Projeto Carroceiro, em Belém no ano 2014

	Procedência	Qtde
1	Trazidos pelos proprietários	24
2	Apreensão pela Divisão Especializada de Meio Ambiente	4
3	Apreensão conjunta entre DEMA/IBAMA/CCZ/BPA	5
4	Resgate pelo Centro de Controle de Zoonoses	6
5	Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua	4
6	Corpo de Bombeiros Militar do Pará	5
7	Batalhão de Policiamento Ambiental	1
Total		**49**

Fonte: UFRA(2014a)

Com referência aos 49 equídeos atendidos diretamente no Projeto Carroceiro no *Campus* Belém, em Belém, 30 deles necessitaram de internamento, 14 foram destinados para fiéis depositários após reabilitados e, face a dificuldade de tratamento das enfermidades, houve necessidade de se realizar 7 eutanásias e por complicações durante o tratamento mais cinco animais foram eliminados.

Durante o ano de 2014, também foram realizados 2978 procedimentos, entre clínicos e cirúrgicos, como pode ser observado na Tabela 23 a seguir:

Tabela 23 - Procedimentos clínicos e cirúrgicos durante o ano de 2014 no Projeto Carroceiro no *Campus* Belém

	Procedimentos	Qtide
1	Administração de antibiótico	177
2	Administração de antifúngico	30
3	Administração de anti-inflamatório	131
4	Administração de expectorante	5
5	Administração de hemoparasiticida	6
6	Administração de repelente e cicatrizante	829
7	Administração de soro antitetânico	1
8	Administração de vacina	3
9	Administração de vermífugo	104
10	Administração de vitaminas e minerais	214
11	Coleta de material biológico	284
12	Casqueamento corretivo	50
13	Crioterapia	115
14	Curativos e bandagens	939
15	Fluidoterapia	38
16	Massagem	18
17	Procedimento anestésico	34
Total		**2978**

Fonte: UFRA(2014a)

O Projeto Carroceiro mantém ampla parceria com diversos órgãos, não só da rede federal, como estadual e municipal, indicando o elevado grau de parceria com a comunidade, conforme é demonstrado na Tabela 24.

Tabela 24 - Relação dos órgãos federais, estaduais e municipais parceiros do Projeto Carroceiro

	Órgãos parceiros
1	Ministério da Justiça - Brasília (DF): Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos
2	Ministério Público Estadual: Promotoria de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural de Belém
3	Tribunal de Justiça do Estado do Pará: Juizado Especial Criminal do Meio Ambiente
4	Polícia Civil do Estado do Pará: Divisão Especializada em Meio Ambiente
5	Policia Militar do Estado do Pará: Batalhão de Policiamento Ambiental
6	Governo do Estado do Pará: Corpo de Bombeiros do Estado do Pará
7	Prefeitura Municipal de Belém: Centro de Controle de Zoonoses
8	Prefeitura Municipal de Belém: Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana
9	Prefeitura Municipal de Ananindeua
10	Prefeitura Municipal de Capanema: Secretaria Municipal de Agricultura
11	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará
12	Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado do Pará
13	Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua
14	Federação de Agricultura do Estado do Pará
15	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

Fonte: UFRA(2014a)

Enfim, ao lado de dezenas de outras realizações de caráter comunitário, a UFRA exerce, com dignidade e competência, a sua missão institucional de ensino superior, em graduação e pós-graduação, inclusive especialização, formando e capacitando mão de obra profissional, que lança no mercado de trabalho para participar do processo de desenvolvimento socioeconômico da região.

Saúde e qualidade de vida

Entre as atividades mais importantes desenvolvidas pela Universidade com relação à sua responsabilidade social com a comunidade externa e referente à sua missão institucional, destacam-se as ações sobre saúde e qualidade de vida, que constitui atribuição da Divisão de Saúde e Qualidade de Vida – DSQV, vinculada à Superintendência da Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

Os dados referentes ao ano de 2014, dão conta de 281 atendimentos, distribuídos entre 157 acolhimentos, 42 atendimentos sociais, 56 atendimento psicológicos, 20 atendimentos psicossociais e 6 plantões de atendimento psicossocial.

Quanto ao acompanhamento psicossocial, as ações foram da ordem de 78, entre visitas domiciliares, hospitalares e institucionais, acompanhamento à Junta Médica Oficial e abordagens telefônicas, esta em número expressivo de 48.

Os setores mais demandados foram os da Junta Médica Oficial, os vários Centros de Especialidades e Hospitais, Secretarias de Saúde e Meio Ambiente, Laboratórios Clínicos, Unidades Básicas de Saúde da rede pública, entre outros.

O número de atendimentos do Serviço Médico atingiu um total de 821, entre servidores e discentes, conforme pode ser observado na Tabela 25, abaixo:

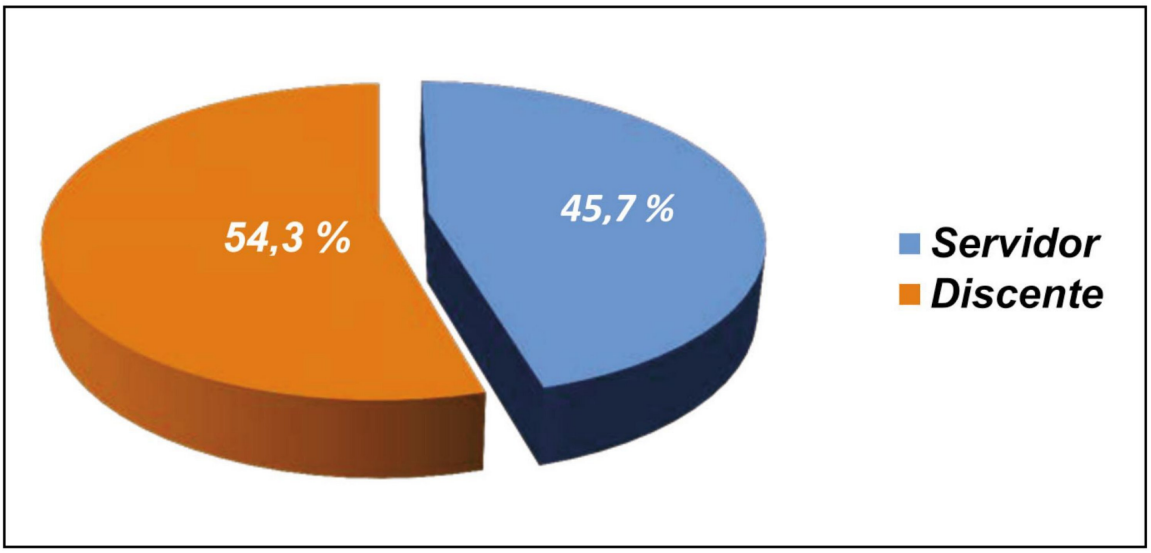
Tabela 25 - Número de atendimentos, discriminado por procedimento, pelo Serviço Médico, em 2014

	Procedimento	Servidor	Discente	Total
1	Perícia Singular (Licença à saúde)	72	-	72
2	Encaminhamento à Junta Médica Oficial	8	-	8
3	Exame Médico Periódico	191	-	191
4	Exame Admissional	94	-	94
5	Homologação de Atestados Médicos (Justificativas de faltas)	-	422	422
6	Avaliação Médica para Ingresso no Programa de Residência de Medicina Veterinária	-	23	23
7	Consultas Médicas	8	-	8
8	Visita Domiciliar	2	1	3
Total geral		**375**	**446**	**821**

Fonte: UFRA(2014c)

A Figura 27 mostra a participação relativa das comunidades de discentes e servidores da UFRA que tiveram atendimento pelo Serviço Médico em 2014.

Figura 27 - Taxa de participação dos discentes e servidores nos atendimentos do Serviço Médico em 2014



Fonte: UFRA (2014c)

Quanto ao atendimento odontológico que, também, é uma ação de grande expressão prestada pela Divisão de Saúde e Qualidade de Vida da UFRA, o total dessa atividade junto à comunidade chegou a 622 atendimentos, conforme detalhamento apresentado na Tabela 26 a seguir:

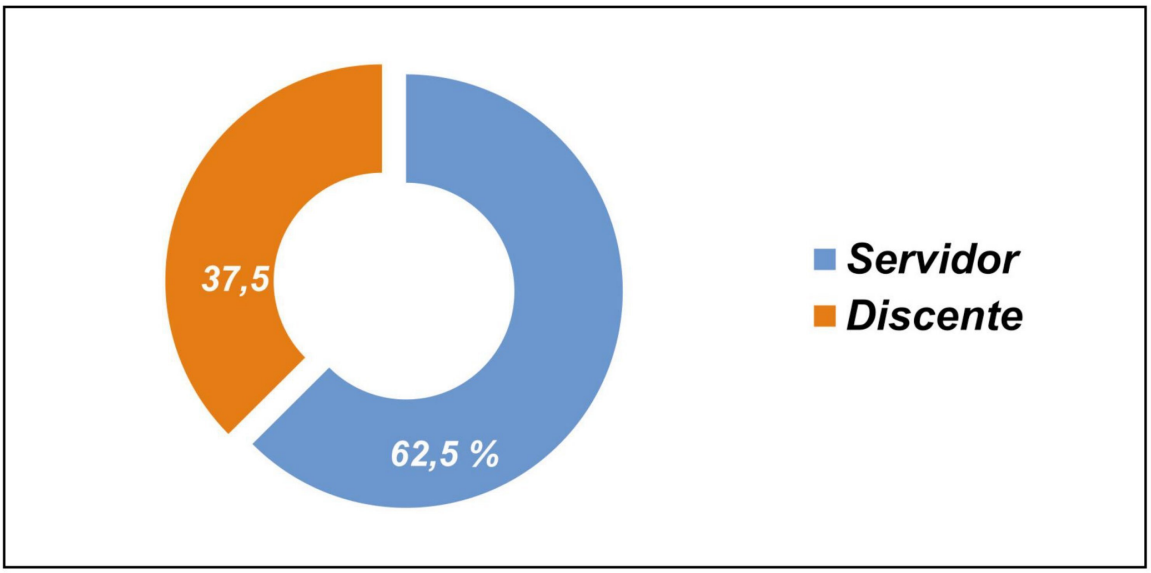
Tabela 26 - Número de atendimentos prestados pelo Serviço Odontológico da UFRA, em 2014

	Procedimento	Servidor	Discente	Total
1	Consulta Odontológica	165	55	220
2	Atividade Educativa	72	121	193
3	Profilaxia e Raspagem	73	19	92
4	Restauração	28	24	52
5	Cirurgia Oral	13	4	17
6	Encaminhamentos	38	10	48
	Total geral	**389**	**233**	**622**

Fonte: UFRA (2014c)

Na Figura 28 é mostrada a participação percentual das comunidades de discentes e servidores da UFRA que tiveram atendimento pelo Serviço Odontológico, em 2014, mostrando que 37,5 % dos atendimentos foram aos discentes, e os demais foram servidores do quadro efetivo da UFRA.

Figura 28 - Taxa de participação dos discentes e servidores nos serviços de atendimento Odontológico em 2014



Fonte: UFRA(2014c)

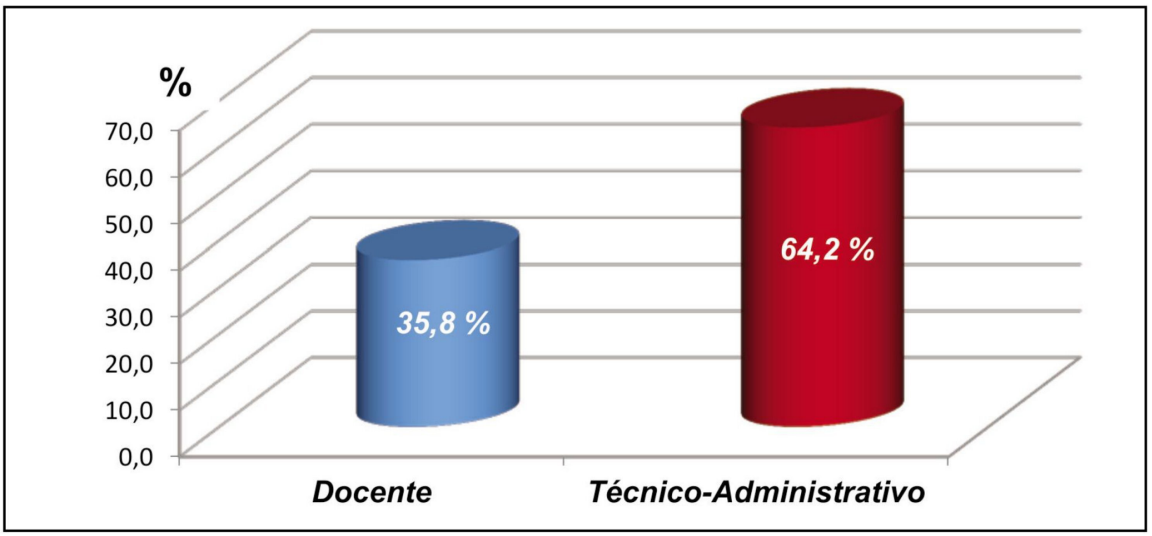
No que se refere ao Serviço de Engenharia de Segurança do Trabalho, as ações em saúde e as visitas aos *Campi* da UFRA, com os respectivos detalhamentos, estão apresentados nas Tabelas 27 e 28 e Figura 29 a seguir:

Tabela 27 - Número de ações desenvolvidas pelo Serviço de Engenharia de Segurança no Trabalho, em 2014

	Procedimento	Docente	Técnico-Administrativo	Total
1	Elaboração de Parecer - Adicional ocupacional	15	19	34
2	Elaboração de Parecer - Atividade especial	2	-	2
3	Elaboração de Pareceres diversos	-	2	2
4	Orientações aos servidores	26	56	82
	Total geral	**43**	**77**	**120**

Fonte: UFRA (2014 c)

Figura 29 - Participação da comunidade docente e técnico-administrativo da UFRA nos procedimentos realizados pelo Serviço de Engenharia de Segurança no Trabalho no ano de 2014



Fonte: UFRA (2014c)

A Divisão de Saúde e Qualidade de Vida – DSQV, durante o ano de 2014, realizou visitas a alguns *Campi* (Capitão Poço, Capanema, Parauapebas e Paragominas), e Unidades interiorizadas (Estação Experimental de Piscicultura de Água Doce em Castanhal e a Fazenda Escola em Igarapé Açú), com o objetivo de divulgação da importância dos exames médicos periódicos, bem como de realização desses exames. No *Campus* Capitão Poço, além desses objetivos, também, foi realizado a 1ª Ação em Saúde.

Tabela 28 - Número de atendimentos em ações de saúde desenvolvidos pelo Serviço de Engenharia de Segurança no Trabalho, em 2014

	Ações em Saúde	Número Participantes	Técnico-Administrativo	Total
1	Exame Médico Periódico	280	10	290
2	Campanha de Vacinação Contra a Gripe	262	4	266
3	1ª Ação em Saúde no *Campus* Capitão Poço	90	2	92
4	Grupo Viver com Qualidade: Campanha Nacional de Combate ao Câncer	17	2	19
6	1ª Campanha de Luta contra a AIDS	307	2	309
	Total geral	**956**	**20**	**976**

Fonte: UFRA (2014c)

O número de visitas realizadas por *Campi* pelos técnicos do Serviço de Engenharia de Segurança no Trabalho vinculados ao DSQV, durante o ano de 2014, é apresentado na tabela 29, a seguir.

Tabela 29 - Número de visitas da DSQV nos *Campi* e unidades interiorizadas da UFRA, em 2014

	Campus/Unidades Interiorizadas	Nº Visitas
1	Capitão poço	3
2	Capanema	1
3	Castanhal	3
4	Igarapé Açú	2
5	Parauapebas	2
6	Paragominas	2
Total geral		**13**

Fonte: UFRA (2014c)

Além dessas atividades apresentadas nas tabelas anteriores, a DSQV desenvolve, igualmente, diversos projetos de grande interesse para a comunidade, cujo total atingiu o número de 5, em 2014, bem como realizou sete eventos, com a presença expressiva de 637 participantes, além da presença de 22 servidores da Divisão, o que eleva o quantitativo para 659 presentes, conforme expresso na tabela 30 a seguir:

Tabela 30 - Projetos desenvolvidos pela DSQV, em 2014 e o respectivo número de participantes

	Tipo de Evento	Número de Participantes	Nº Servidores do DSQV	Total
1	Dia do Servidor Público	425	8	433
2	Caminhada Ecológica/Dia do Idoso: (Parceria com GEAP)	43	2	45
3	Dia internacional do Idoso30/08/2015: (Parceria com GEAP)	40	4	44
4	Café da Manhã/Dia internacional da Mulher: Grupo Viver com Qualidade	19	3	22
5	Oficina de Material Reciclável: Grupo Viver com Qualidade	8	1	9
6	Atividade de Relaxamento: Grupo Viver com Qualidade	19	3	22
7	Bazar de Natal	83	1	84
Total geral		**637**	**22**	**659**

Fonte: UFRA (2014c)

A DSQV, em 2014, executou 5 projetos, sendo 4 deles acessíveis a todos os servidores do quadro efetivo da Universidade, quais sejam saúde do servidor, parceiros da UFRA, servidor valorizado e vigilância no ambiente de trabalho da UFRA, o projeto viver com qualidade, foi oferecido para os servidores com idade igual ou superior a 55 anos.

Capacitação de servidores

Um dos mais importantes programas em proveito dos servidores é o de capacitação, desenvolvido pela Universidade, com grande sucesso nos últimos anos.

A reciclagem de servidores é um fato digno de registro nos anais desta casa de ensino, pois esse era um segmento pouco atendido pela política de governo, o que acarretou inúmeras dificuldades ao desempenho administrativo da universidade, em razão dos servidores não terem evoluído, em termo de conhecimento, com as conquistas tecnológicas ou do aparato legal que rege a forma com que se relaciona esse contingente, com a moderna técnica de planejamento e legislação, compatíveis com a missão institucional da entidade.

O pessoal técnico ganhou novo alento, pois lhe foi permitido cursar pós-graduação, principalmente a nível de especialização, mas, também, hoje, pode cursar a nível de mestrado e doutorado.

Essa nova política de pessoal possibilitou não só o amplo conhecimento dos servidores nas matérias e assuntos que praticam na Universidade como, também, permite que o servidor incorpore ao seu salário os percentuais previstos na legislação específica para os portadores de cursos de pós-graduação, principalmente os de especialização, mestrado e doutorado, elevando de forma acentuada as suas remunerações, de maneira mais equitativa com o mercado de trabalho, especialmente no que se refere aos servidores públicos que não têm tido aumento de retribuição financeira pelo seu trabalho ou, quando ocorre essa possibilidade, é concedido abaixo dos índices inflacionários.

O programa de Capacitação na UFRA está sob a responsabilidade da Divisão de Capacitação e Desenvolvimento - DCAD, que tem feito um excelente trabalho em favor da capacitação dos servidores técnico-administrativos, que vem sendo reciclados e aperfeiçoados frequentemente, bastando citar que nos últimos quatro anos, o número de servidores que participaram de treinamentos 1,5 vezes, significando que servidores foram treinados mais de uma vez.

O DCAD realiza sua tarefa contratando diretamente o treinamento com recursos orçamentários específicos para esse tipo de atividade, incentivando sempre a parceria com outros órgãos, como se mostra a seguir, referente ao ano de 2014:

a) Termo de Parceria com a UFPA que oferece 2 vagas em nível de mestrado; e
b) Termo de Parceria com o IFPA que oferta 31 vagas a servidores em turmas de graduação.

Para o ano de 2014 foram planejados os cursos conforme apresentados na Tabela 31 a seguir:

Tabela 31 - Cursos planejados pelo DCAD oferecidos aos servidores da UFRA, durante o ano de 2014

	Atividade/Curso	Vagas
1	Ambientação (legislação Básica no Serviço Público)	25
2	SIG Cadastro IFPA	9
3	Termo de Referência	25
4	Gestão de Pessoas: Módulo 1 - Lei nº 8.112/90 e legislação correlata	25
5	Gestão Orçamentária e Financeira	4
6	Pensão e Aposentadoria: Módulo Sistema	1
7	Elaboração de Relatórios Anuais	5
8	Elaboração e Gestão de Projetos	25
9	SIAP Folha	12
10	Gestão Orçamentária e Financeira: Turma 2 IFPA	4
11	Impostação vocal: A arte de falar em público	2
12	Formação de Facilitadores	1
13	Noções de Desenvolvimento Sustentável	25
14	Primeiros Socorros – FEIGA	13
15	Gestão de Pessoas: Módulo 2	25
16	Segurança no Trabalho: Turma 1 (FEIGA)	13
17	Processo Administrativo e Disciplinar – PAD	2
18	Segurança no Trabalho: Turma 1 (SEDE) - Módulo 1	20
19	Desenvolvimento de Equipes	25
20	Relações Humanas no Trabalho	25
21	Segurança no Trabalho -Turma 1 (SEDE) - Módulo 2	20
		306

Fonte: UFRA (2014d)

Os resultados alcançados no ano de 2014 estão discriminados na Tabela 32 a seguir:

Tabela 32 - Resultados alcançados no ano de 2014 - DCAD

Discriminação	Qtde
Número de cursos previstos	21
Número de cursos realizados	20
Número de vagas ofertadas	306
Número de servidores inscritos	216
Número de servidores capacitados	161

Fonte: UFRA (2014d)

No dia 14 de agosto de 2015, diplomou-se a primeira turma de 31 servidores, no Curso de Gestão Pública, curso de nível superior que foi oferecido a um contingente de servidores selecionados mediante a realização de entrevista e prova de seleção e que passaram 5 semestres participando do referido curso, até a sua finalização, na data acima referida, que teve ampla repercussão positiva na comunidade. A turma de diplomados é composta dos seguintes servidores:

Servidores da UFRA diplomados em 14.08.2015					
1	Adelino Corrêa de Brito	12	Genoveva Siriaca R. da Silva	23	Maria Sulamita Freitas
2	Antônio Corrêa do Couto	13	Gentil Machado Mendes	24	Nazaré de Fátima L. de Sousa
3	Antônio Fernando M. da Silva	14	Inácia Faro Libonati	25	Orivaldo Pereira da Paixão
4	Antônio Santos de Souza	15	Ivan Luiz de O. e Silva	26	Paulino Batista Estumano
5	Carlos Alberto de Souza	16	Iza Maria Dias e Souza	27	Paulo da Silva Ladeira
6	Celina Gonçalves de Moura	17	José de Ribamar dos S. Reis	28	Paulo Sérgio Gaspar A. da Silva
7	Cristina do Socorro L. Bentes	18	José Ricardo Oliveira e Silva	29	Raimundo Nonato Silva de Castro
8	Dilermando Pereira Silva	19	José Trajano de Souza	30	Rane do Socorro S. de Souza
9	Douglas de Souza Morais	20	Kátia Lúcia B. de Figueiredo	31	Ronaldo Pacheco Costa
10	Edivaldo Lima Frazão	21	Lúcia de Fátima A. da Silva		
11	Ezequiel Souza dos Santos	22	Maria do Socorro F. da Silva		

Fonte: UFRA (2014d)

Subprojeto Monitor Rural

A implantação do Projeto "Unidade Demonstrativa do Uso Alternativo de Áreas de Várzeas", UD-Várzea, às margens do Rio Guamá, na área do *Campus* Belém, a partir do final do ano de 1997, tem entre os objetivos, o de capacitar a mão de obra dos ribeirinhos de toda a região do Baixo Acará.

Desse modo, o então Diretor da FCAP, Professor Paulo Contente, juntamente com o chefe da Unidade de Apoio a Extensão - UAEx, Professor Sérgio Pinheiro, bem como o responsável pela implantação do Projeto UD-Várzea, o Professor Luiz Haroldo Melo e Silva, além de outros professores, fizeram uma expedição de visita à comunidade quilombola Itacoã e às comunidades Guajará, Boa Vista e Ilha Grande, todas localizadas nas ilhas da região do Baixo Acará, nas proximidades do projeto UD-Várzea. Nessas comunidades vivem, aproximadamente, 280 famílias, as quais constituem o público alvo do referido Projeto.

Durante a visita às comunidades foi verificado, que entre os jovens que completavam o 1º grau do ensino fundamental, correspondente a 4ª série, por total falta de opção em continuar seus estudos no local de suas residências e sem condições financeiras que pudessem proporcionar a continuidade de seus estudos, em Belém, os mesmos repetiam a 4ª série por vários anos.

Por outro lado, a então FCAP, ainda, com foco na sua responsabilidade social, com relação a população do bairro da Terra Firme, na periferia de Belém, também localizado em seu entorno, verificou que não havia nenhuma Escola Estadual em nível de 2º grau, pois essas escolas, na sua quase totalidade, localizavam-se só nos bairros centrais da cidade.

Assim, o Professor Fernando Bemergui, à época Diretor da FCAP, procurou o governo do Estado, na gestão do Sr. Jader Barbalho, na pessoa de seu Secretário de Educação, o Professor Romero Ximenes, para firmar parceria através de convênio de cessão, por parte da FCAP, de área para construção de uma Escola Estadual de 2º grau, para atender a comunidade do bairro da Terra Firme, o que foi prontamente atendido, e hoje é a Escola Estadual de 2º Grau Mário Barbosa.

Ao firmar essa parceria, a FCAP passou a ter, a sua disposição, um determinado número de vagas de matrículas na citada escola, de modo a atender aos filhos dos servidores, especialmente, aqueles que residiam no bairro da Terra Firme e em áreas adjacentes. Ao passar do tempo, essas vagas que a FCAP tinha por direito, ficaram ociosas.

Por essa razão, a FCAP passou a lançar mão dessas vagas para viabilizar a execução do Subprojeto Monitor Rural, com a cessão para os jovens participantes desse subprojeto.

Desse modo, o Subprojeto Monitor Rural, teve como partes fundamentais de seus objetivos, o transporte diário de 30 jovens, devidamente selecionados, entre as comunidades envolvidas no Projeto UD-Várzea, até a FCAP, sendo 15 deles, pela parte da manhã, frequentavam as aulas das turmas do 2º grau na Escola Mário Barbosa e, pelo turno da tarde, eram distribuídos entre os diferentes setores da FCAP, realizando estágios nas mais diferentes áreas como de Zootecnia, Veterinária, Fruticultura, Olericultura, Silvicultura (Viveiros Florestais), noções de informática e nas secretarias das unidades didáticas e administrativas. O mesmo procedimento era realizado para os demais 15 alunos que estudavam no período da tarde.

Para viabilizar o transporte dos alunos, de suas comunidades até o porto da FCAP, em Belém, cada participante do projeto, recebia da FCAP uma bolsa de ajuda de custos, para financiar a compra de combustível e os serviços do barqueiro, que era selecionado pelas comunidades, que tinha a tarefa de apanhar os alunos nas 4 comunidades envolvidas e trazer até o porto da FCAP e, no fim do dia, leva-los de volta até suas comunidades. Durante o dia os alunos faziam suas refeições no Restaurante Universitário da FCAP, de modo gratuito.

Na execução desse Subprojeto, a FCAP entendia estar contribuindo com a comunidade do seu entorno e, portanto, exercendo sua responsabilidade social com relação e esse público alvo.

Ao término do subprojeto, é de ressaltar que com a participação de várias lideranças locais nesse subprojeto, na organização e seleção de alunos e barqueiro, ficou a experiência, a qual foi levada como reinvindicação ao Governo do Estado, de modo que hoje, é realizado com outras Escolas Estaduais, em Belém.

CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS/LIBRAS

A Lei nº 10.436/2002 dispõe sobre as ações para estabelecer os direitos linguísticos das pessoas que viviam marginalizadas da sociedade em razão dessa deficiência de linguagem e audição. (BRASIL,2002)

Consciente dessa responsabilidade, o Ministério da Educação elegeu algumas universidades federais, para abertura de curso de graduação em Letras/Libras, à nível de Licenciatura, para formação de professores que assumissem o encargo de ministrar disciplinas e preparação de mão de obra especializada para ocupar um espaço tão carente de pessoal docente, cenário que se apresentava aos deficientes dessa natureza.

Assim, através do Programa "Viver sem Limite", o MEC, via Secretaria de Ensino Superior, alocou recursos financeiros para viabilizar a implantação desses cursos de graduação nas Universidades brasileiras selecionadas para esse objetivo e, para o Estado do Pará, a escolha recaiu em nossa Universidade que, desse modo, passou a integrar o conjunto das Universidades engajadas na nobre missão de abrir novos horizontes de vida aos portadores de deficiência auditiva e de linguagem, que até então eram segregados do restante da comunidade, constituindo verdadeiros "guetos", vivendo um mundo próprio e solitário.

A Secretaria de Ensino Superior, em razão da adesão ao Programa "Viver sem Limites", garantiu à UFRA os recursos necessários à implantação e continuidade do curso de graduação, desde a construção de um prédio, de dois pavimentos, com todos os requisitos necessários e específicos para essa destinação, como assegurou a contratação de pessoal docente, técnico e de apoio indispensável a essa modalidade de capacitação, muito diferente daquela que a Universidade vinha desenvolvendo em proveito da sociedade.

Deste modo, a administração da UFRA aprovou *ad referendum* do Conselho Universitário (CONSUN), a criação do Curso de Graduação em Libras, formalizado através da Resolução nº 99, de 2 de dezembro de 2013, e iniciou os procedimentos acadêmicos e administrativos para implantação do referido curso.

Essa Resolução de nº 99, *ad referendum*, teve a aprovação formal do CONSUN, segundo Resolução nº 194, de 17 de junho de 2014, legitimando em definitivo a criação do novo curso.

Desde 2013 a UFRA vem tentando realizar concurso para preenchimento das vagas liberadas para esta Universidade e para este curso de Licenciatura em Libras, porém sem sucesso, pois a exigência era para candidatos a nível de doutorado, conforme determina a legislação.

A realidade é a de que a formação de profissionais dessa área de ensino é extremamente carente no país, devido as peculiaridades do curso, o que se agrava, ainda mais, quando se requer que os interessados sejam portadores do título de Doutor, o que determinou que o concurso com essa exigência não tivesse candidatos, obrigando a Universidade a cancelar o certame.

O assunto foi amplamente discutido na Universidade, resultando na apresentação de uma proposta pela Reitoria ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), em que, através de uma ampla exposição de motivos, solicitou a abertura de concurso público para provimento do cargo de Professor do curso de Letras Libras, com requisito mínimo do título de especialização, conforme previsto na Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013, tendo sido aprovado pelo referido Conselho, com a expedição da Resolução nº 187, de maio de 2013.

Uma Comissão, especialmente designada, está trabalhando na elaboração do Edital para o Concurso Público, cuja publicação estaria prevista para o primeiro semestre de 2016, com a realização das provas entre 30 a 60 dias a partir da data de inscrição e, igualmente, providências estão sendo tomadas para a formulação de Edital para contratação de técnicos e servidores e como esta Universidade não dispõe de pessoal capacitado para essa função, a administração superior estuda a possibilidade de contratar empresa especializada, através de licitação pública.

O início do curso de graduação, inclusive com a respectiva seleção de candidatos ainda não foi determinado, em razão de todas as dificuldades narradas, hoje sensivelmente agravadas pela crise econômica que atravessa o País, com o comprometimento do orçamento público, principal fonte de financiamento das atividades da Universidade, daí haver uma previsão pessimista sobre a realização das principais ações da missão institucional da instituição.

Quanto ao "prédio endereço" do novo curso, a sua construção foi iniciada em maio de 2014, com os recursos não tendo sido afetados pela crise econômica e se encontra concluído.

O prédio é de linhas modernas, amplo e tem dois pavimentos, dispondo de sete salas de aulas, laboratórios, dependências administrativas e de apoio (Figura 30).

Figura 30 - Vistas lateral e interna do prédio do Curso de Letras/Libras com detalhe do elevador

Fonte: ASCOM

CENTRO DE PESQUISAS EM CAPRINOS E OVINOS DO PARÁ – CPCOP

Na área de pesquisa, um dos projetos mais importantes que atualmente está sendo desenvolvido por esta Universidade é o de caprinos e ovinos.

Caprinos e ovinos, como se sabe, são fontes de proteína animal, considerada uma alternativa ao consumo de carne bovina, proteína de larga utilização na gastronomia, hoje, produto presente na mesa dos paraenses, e da população citadina dos Estados da Federação. No Estado do Pará, a caprinocultura e a ovinocultura, são incipientes, com problemas a pesquisar, inclusive em relação aos aspectos sanitários, principalmente dos ovinos.

Esta necessidade de pesquisas influenciou os dirigentes da SAGRI e da UFRA a firmar Convênio de Colaboração Técnica entre as duas organizações visando, sobretudo, desenvolver pesquisas, criar estratégias de manejo, sanitário e reprodutivo, para o Estado e, também, por meio da implantação de um modelo técnico-educativo integrando o ensino, a pesquisa e a extensão, promover cursos de formação técnica, de capacitação de produtores e outras ações, de sorte a fortalecer, através da geração de conhecimento, a formação e o aprimoramento técnico profissional e a capacidade produtiva e empreendedora dos produtores rurais.

Como estratégia para implantação do Convênio são focalizadas quinze ações importantes, destacando-se a construção do Centro de Pesquisa em caprinos e ovinos do Pará, como pólo de desenvolvimento de pesquisas para a geração e transferência de tecnologias adaptadas à região. O Centro de Pesquisas relatado anteriormente foi totalmente construído de acordo com o projeto arquitetônico que foi estabelecido, estando em pleno funcionamento e servindo de apoio às demais ações constantes dos termos do Convênio.

Os primeiros resultados produzidos pelas pesquisas resultantes do Convênio assinado entre as duas partes, figuram os seguintes objetivos que foram alcançados em 2011:

a) Correlacionar níveis de Adenosina Desaminase (ADA) com o perfil citológico do muco vaginal nas diferentes fases do ciclo estral;
b) Determinação da capacidade reprodutiva de machos ovinos em estação seca e chuvosa e sua correlação com a atividade enzimática da ADA seminal;
c) Desenvolvimento de produção de borregos em diferentes sistemas de aleitamento;
d) Estudo da capacidade reprodutiva de ovelhas da raça Santa Inês, criadas sob condições climáticas do Nordeste do Pará, nos períodos seco e chuvoso.

Além desses resultados de pesquisa já obtidos e disponíveis no CPCOP, estão a disposição outras, constantes em publicações já editadas pela Universidade, bem como algumas pesquisas encontram-se em andamento, em complemento às metas estabelecidas no Plano de Trabalho.

O Centro de Pesquisa em Caprinos e Ovinos do Pará, resultante do Convênio anteriormente referido, está sob a coordenação, desde o início de sua vigência, até hoje, do Professor Luiz Fernando de Souza Rodrigues, a quem a UFRA e a SAGRI devem o sucesso obtido pelo Convênio.

PROJETO UNIDADE DEMONSTRATIVA DE ALTERNATIVAS DE USO DE ÁREAS DE VÁRZEAS – UD-VÁRZEA

Antecedentes do uso de áreas de várzeas

A atividade denominada nesta Universidade, desde tempo de suas duas antecessoras, de Unidade Demonstrativa de Várzea, é uma das mais importantes realizadas nesta instituição, especialmente quanto àquelas da área de extensão rural, um dos pilares da missão institucional da UFRA que se completa com a pesquisa e, fundamentalmente, com o ensino de Ciências Agrárias.

O objetivo da UD-Várzea se avulta em razão de estar dirigida a um público alvo de grande expressão para o desenvolvimento da produção agropecuária e formação de renda dos chamados ribeirinhos, parcela da população estadual que reside e explora áreas de várzeas dos rios, chegando a ocupar extensões de terra firme, que se encontram logo após essas várzeas inundáveis.

Os ribeirinhos constituem contingente significativo e, no caso dos moradores nas diversas ilhas do estuário, que margeiam as terras de propriedade da UFRA, dotados de uma facilidade adicional de estarem às proximidades do maior centro de consumo da região, que é a cidade de Belém, para onde é dirigida a produção da incipiente agricultura que praticam nessas áreas.

Por essa razão, as antecessoras da UFRA resolveram aproveitar os estudos dos cultivos de subsistência que foram realizados pelo IPEAN, antigo detentor da área, para transferir aos ribeirinhos, que somam milhares, em todo o Estado, a tecnologia então desenvolvida por aquele Instituto de pesquisa, bem como, levar a essa clientela, outras práticas agrícolas e pecuárias que estavam sendo pesquisadas por ambas instituições.

Como se trata de atividade que foi desenvolvida pelas duas antecessoras da UFRA e, também, parcialmente continuada pela Universidade, os autores resolveram apresentar esses estudos, com todos os detalhes de sua implantação, como forma de resgatar os seus aspectos operacionais, para mostrar a viabilidade de estender esse tipo de cultivo a outras áreas em idênticas condições ambientais.

Desde o ano de 1956, portanto, passado um pouco mais de meio século, as áreas de várzeas do estuário amazônico já despertavam o interesse do Instituto Agronômico do Norte — IAN, como uso alternativo para o desenvolvimento da lavoura de subsistência, conforme relato do pesquisador Rubens Rodrigues Lima, já falecido. Rubens Lima pesquisador e, também, professor da disciplina Agricultura Geral, parte integrante da grade curricular do curso de Agronomia da Escola de Agronomia da Amazônia – EAA, foi autor do Boletim Técnico nº 33, publicado pelo IAN, em 1956, no qual, fez registros importantes, hoje históricos, sobre o Desenvolvimento da Lavoura de Subsistência nas Várzeas do Estuário, referindo-se que não é fácil precisar a época em que teve início a agricultura de subsistência nas várzeas, mas refere-se, também, que desde as expedições das missões religiosas dos padres Jesuítas, Carmelitas e Franciscanos, talvez fossem eles os precursores de implantação das primeiras fazendas dotadas de engenhos, plantações de cana de açúcar e de cacau.

Mais tarde, outras culturas de subsistências tiveram seus cultivos introduzidos nas várzeas do estuário amazônico, tais como o arroz, banana, milho, melancia e jerimum. Segundo o pesquisador, essas culturas, especialmente, o arroz da Região das Ilhas, foi cultivado exclusivamente na várzea, desde 1917 e, em dezembro de 1945, em um trecho de várzea às margens do Rio Guamá, ao lado do Igarapé Murutucu, foram semeadas, pela primeira vez nas várzeas pertencentes ao IAN, 15 variedades de arroz, ao lado da semeadura de juta, o que resultou em uma excelente produtividade para a época, quando comparado com a produtividade do arroz de sequeiro.

Viabilização para o uso de áreas de várzeas

O solo das várzeas, embora apresente alta fertilidade, decorrente da deposição de partículas sedimentares trazidas pela água por efeito das marés, também proporciona que esse solo seja pouco arejado, dado o excesso de umidade que apresenta.

Por essa e outras razões, as más qualidades físicas do solo de várzea, para uso em atividades produtivas, podem ser melhoradas pela eliminação do excesso de água, aumentando significantemente a aeração desses solos, o que pode ser feito pela implantação de um sistema de drenagem, com drenos principais e secundários.

Os principais são drenos abertos e dispostos no sentido perpendicular ao eixo do rio e os secundários tem como finalidade proporcionar o escoamento das águas para os drenos principais.

Desse modo, o IAN iniciou o trabalho de drenagem nas várzeas do Rio Guamá, com a abertura do primeiro dreno, com uso de uma escavadeira do tipo "Bucyrus Erie" de 40 toneladas, vinda de Belterra, entre os igarapés Murutucu e Catú, e portanto, antes mesmo da criação da EAA, que só ocorreu em 1951.

Com a criação da EAA, antecessora da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, o seu *Campus* Belém, em Belém, ficou localizado às margens do Rio Guamá, dispondo de um total de 192 ha, dos quais em torno de 40 % são de várzeas que margeiam o Rio Guamá, e 60 % de terra firme que, até então, pertencia ao IAN.

A recém-criada Escola tinha como missão formar mão de obra qualificada, não só para atender às demandas de pesquisadores do IAN, que pudessem a vir substituir, no decorrer do tempo os pesquisadores vinculados a convênios internacionais, como, também, de servir de propulsora do desenvolvimento da agricultura e pecuária de toda a região Amazônica. Desse modo, na grade curricular do curso de agronomia constava entre outras tantas disciplinas das diferentes áreas da agronomia, especialmente nas áreas de solos e agricultura, as disciplinas Agricultura Geral e a disciplina Trabalhos Práticos de Agricultura-TPA, sendo que a primeira, especificamente, focava os conceitos e técnicas teóricas da agricultura tropical e a segunda tinha, entre outros objetivos, o de proporcionar o conhecimento prático aos futuros agrônomos.

Na consolidação do conhecimento profissional, o cultivo do arroz irrigado, plantado nas áreas de várzeas da EAA, às margens do Rio Guamá, contava em suas ações com a participação efetiva dos professores das disciplinas Agricultura Geral e Trabalhos Práticos de Agricultura-TPA, tendo como orientadores os professores Rubens Lima e Murilo Monteiro, respectivamente, ações essas que foram desenvolvidas por muitos anos.

Desse modo, o desenvolvimento dos trabalhos realizados nas áreas de várzeas do *Campus* Belém da UFRA usufruiu de toda uma infraestrutura existente desde a época do IAN, isto é, a área já era dotada de um sistema de drenagem constante de dois drenos principais, de aproximadamente 600 metros de comprimento por dois metros de largura e 2 metros de profundidade cada um, e os respectivos drenos secundários, proporcionando o escoamento das águas logo após a vazante das marés e, principalmente, no período do inverno amazônico.

Mais tarde, os trabalhos se concentraram nas proximidades do dreno principal, localizado à direita do prédio central da UFRA onde, desde a época da abertura desse dreno, foi construída uma estrada entre a terra firme e a margem do rio, paralela ao dreno principal, além da abertura de tabuleiros de cultivo do arroz irrigado e da instalação de bomba d'água que possibilitava o bombeamento do drena para outro tabuleiro que tanto serviu para aula prática aos alunos.

Como já referido, não obstante a importância das atividades desenvolvidas nas áreas de várzeas do *Campus* Belém da UFRA, na formação profissional dos agrônomos egressos da EAA, de modo a servirem de multiplicadores na formação de mão de obra dos ribeirinhos, a atenção dispensada para a manutenção dessa área como produtiva pode ser considerada como cíclica, isto é, épocas em que os administradores da UFRA dispensaram mais ou menos apoio para execução das atividades ali desenvolvidas.

Por oportuno, é justo lembrar do esforço pessoal do professor Pedro Gazel e do servidor Manoel do Carmo dos Santos, mais conhecido como Mimi, que mesmo sem dispor muitas vezes de apoio e de recursos financeiros para custear as mais simples ações, mas tão somente com dedicação e colaboração efetiva dos discentes de agronomia, que a cada semestre por ali realizavam suas aulas práticas e estágios, sempre mantiveram as pesquisa com arroz em sistema irrigado, buscando cada vez mais aumentar a produtividade, bem como a implantação de rizopsicultura, que consistia no consórcio do cultivo de arroz com a criação de peixe.

Essa situação de quase abandono perdurou por muitos anos, até que, em 1997, já na administração do Professor Paulo Contente, se deu início a mais um ciclo, quando foi desenvolvido um grande esforço no sentido de recuperar a infraestrutura existente e dotar a área de várzea do *Campus* Belém da UFRA de um aparato capaz de dar suporte a realização de ações que pudessem demonstrar o potencial das várzeas do estuário amazônico, na produção de alimentos aos ribeirinhos.

Implantação do Projeto UD-Várzea

Para dar início a este novo ciclo de utilização dessas áreas foi, então, iniciado um projeto intitulado de UD-Várzea - Unidade Demonstrativa de Alternativas de Uso de Áreas de Várzeas, com o objetivo de demonstrar diferentes maneiras de uso de áreas de várzea, de modo a propiciar a produção de alimentos e de conhecimentos que pudessem ser repassados aos ribeirinhos visando alcançar melhoria na qualidade de vida das pessoas que vivem nessas áreas.

O Projeto UD-Várzea não teve a intenção de ser um projeto de pesquisa, mas tão somente demonstrar o que os ribeirinhos poderiam aplicar em suas áreas e locais de moradia. Portanto, a principal premissa do Projeto era demonstrar a realização de ações, razão pela qual procurou-se utilizar ao máximo os recursos naturais que, também, encontram-se disponíveis em locais onde moram os ribeirinhos.

Ao iniciar o Projeto UD-Várzea, tomou-se como símbolo do Projeto um exemplar de um Miritizeiro ali existente, como é conhecido, no Estado do Maranhão, o Buritizeiro, espécie típica dessas áreas, que apresenta um grande potencial de uso (Figura 31).

Figura 31 - Área de várzea às margens do Rio Guamá, onde está implantado o Projeto UD-Várzea e o símbolo adotado para o projeto

Fonte: ASCOM

O Projeto UD-Várzea visou, especialmente, atingir três grandes objetivos:

a) Revitalizar a área, através da recuperação de toda a infraestrutura existente, mas que não se encontrava em condições de atender as necessidades do projeto;
b) Demonstração das diferentes possibilidades de uso das áreas de várzeas; e
c) Capacitar o público alvo, os ribeirinhos, de modo a atender as premissas do projeto, através da promoção e realização de cursos, palestras, cartilhas entre outras ações de apoderamento do saber por parte desse público.

Ações de revitalização da área do Projeto UD-Várzea

A revitalização da infraestrutura que já existia na área antes do projeto UD-Várzea, se deu inicialmente pela realização, entre outras das seguintes ações:

a) Limpeza da área:

Como já referido anteriormente, a área onde foi instalado o projeto se encontrava já há algum tempo em quase completo abandono, razão pela qual foi necessário, em primeiro lugar, realizar uma limpeza completa através da roçagem, especialmente no sub-bosque, da vegetação localizada às margens do rio, bem como das áreas onde já existia alguma infraestrutura (Figura 32).

Figura 32 - Limpeza, recuperação e plantio do sub-bosque da área do Projeto UD-Várzea

Fonte: ASCOM

b) Limpeza e desassoreamento do dreno principal;

Para o início do uso dessa área de várzea, às margens do rio Guamá para o plantio do arroz em sistemas irrigado, foram necessárias ações que possibilitassem escoar o excesso de água trazidas pelas marés. Como esses drenos ao longo do tempo foram assoreados, houve a necessidade de se realizar a limpeza e desassoreamento para torná-lo apto o fornecimento de água para atender os ribeirinhos, quanto para possibilitar a criação de peixes. Foi necessária, ainda, a recuperação da ponte de madeira existente sobre o dreno principal (Figura 33)

Figura 33 - Recuperação da ponte de madeira e do dreno principal

Fonte: ASCOM

c) Recuperação da bomba d'água;

Para o uso dessa área, desde o seu início, em 1948, ainda pelo Instituto Agronômico do Norte – IAN, já havia a necessidade de se dispor de fornecimento de energia elétrica, de modo a permitir o bombeamento de água para o tabuleiro de arroz. Embora várias bombas já tivessem sido usadas ao longo do tempo, quando da implantação do Projeto UD-Várzea foi necessária a aquisição de uma nova bomba mais potente para atender os novos tanques construídos para criação de peixe e os tabuleiros de arroz.

d) Recuperação do microtrator;

Para o cultivo de arroz em sistema irrigado é fundamental a preparação do terreno do tabuleiro para receber a semeadura, quanto para o futuro plantio das mudas no restante da área. Para essa tarefa, normalmente, é usado um microtrator com implementos que facilitam a realização da tarefa. O microtrator existente quando da implantação do Projeto UD-Várzea não se encontrava em condições de uso, como também, o implemento acoplado, desse modo, foi feita a recuperação da parte mecânica do trator, bem como adquiridos os implementos necessários.

e) Reforma das marachas, limpeza e desassoreamento do tabuleiro para cultivo do arroz irrigado;

Revitalizar a área de cultivo de arroz irrigado foi uma das principais ações do Projeto UD-Várzea, isso porque garantia a participação dos discentes do curso de agronomia, nas aulas práticas e estágios nessa atividade produtiva (Figura 34).

Figura 34 - Recuperação do tabuleiro de cultivo de arroz irrigado e fases de desenvolvimento e colheita, na área do projeto UD-Várzea

Fonte: ASCOM

f) Recuperação da estrada de terra de acesso ao projeto UD-Várzea;

Parte da infraestrutura do Projeto UD-Várzea foi construída às margens do rio Guamá, distante aproximadamente 600 metros da área de terra firme. Desse modo, paralelamente ao dreno principal, foi construída uma estrada de terra que servia para acessar a margem do rio. Com o decorrer do tempo e, principalmente, em razão das condições de submersão em que essa estrada é submetida no período do inverno amazônico, de grandes cheias, sua deterioração foi inevitável. Assim, ainda no ano de 1997, quando da implantação do Projeto UD-Várzea, foi realizada a revitalização total dessa estrada, com o aterramento de seu leito, bem como a limpeza dos tubos que permitem o escoamento das águas de grande parte da área para o dreno principal (Figura 35)

Figura 35 - Estrada de acesso recuperada, no trecho em frente ao alojamento UD-Várzea

Fonte: ASCOM

Novas instalações na área do Projeto UD-Várzea

Para que as ações desenvolvidas na fase de revitalização da infraestrutura existente possibilitasse a retomada das atividades, tanto de produção quanto de pesquisa, que ali se desenvolviam, ainda era sentida a necessidade de dotar a área do projeto UD-Várzea de novas instalações, que permitissem atingir o objetivo ao qual se propunha, isto é, capacitação da mão de obra dos ribeirinhos, ao mesmo tempo em que demonstrasse os mais diferentes usos das áreas de várzea, na produção de alimentos e serviços que pudessem refletir em um aumento da renda e de produção de proteína de origem animal e vegetal com vistas à melhoria das condições de vida dos ribeirinhos.

Para realizar tais tarefas, tanto as já referidas, quanto as construções de novas instalações, o projeto contou com o inestimável e competente conhecimento sobre administração do professor Luís Haroldo de Melo e Silva, das orientações técnicas do Engenheiro Florestal Alberico Lopes de Araújo, das atividades do servidor Manoel do Carmo dos Santos (Mimi), além de servidores terceirizados que realizam tarefas específicas e serviços de manutenção da área.

Assim, as principais ações de expansão desenvolvidas no âmbito do projeto UD-Várzea, necessárias para alcançar o principal objetivo, foram as seguintes:

a) Construção do Centro de Treinamento

A capacitação de mão de obra, nas mais diferentes possibilidades de uso alternativo das áreas de várzeas do estuário amazônico, como objetivo do Projeto UD-Várzea, levou a necessidade de promover cursos e palestras, que inicialmente eram realizadas nas salas de aulas localizadas no prédio central da UFRA, e as refeições dos treinandos eram feitas no restaurante central da UFRA. No entanto, pelos costumes e características dos alunos/ribeirinhos, o local das aulas e das refeições foi responsável em uma alta taxa de evasão durante a realização dos cursos.

Por essa razão, achou-se por bem, construir um Centro de Treinamento, localizado na própria área do projeto, isto é, às margens do rio Guamá, para que pudessem ser realizadas as atividades de formação.

O Centro de Treinamento foi construído em madeira, especialmente selecionada para uso em áreas de várzeas, de modo a garantir uma durabilidade ao longo do tempo, coberto com telhas de barro, dotado de uma ampla sala de aula com carteiras e quadro branco, uma sala para coordenação dos cursos com mesas, cadeiras e microcomputador e uma sala para servir de depósito dos materiais de consumo e permanente.

A Figura 36 abaixo ilustra as diferentes fases de construção do Centro de Treinamento, desde a limpeza do terreno até a conclusão da obra.

Figura 36 - Limpeza do terreno e fases da construção do centro de treinamento do Projeto UD-Várzea

Fonte: Projeto UD-Várzea

b) Construção do Alojamento

Para os cursos oferecidos, cujo o tempo de duração era mais de um dia (2 ou 3 dias), havia a necessidade de que os alunos/ribeirinhos permanecessem no local não precisando se deslocar durante o período de realização dos cursos. Assim, foi construída uma instalação de madeira, coberta de telhas de barro, com uma ampla copa, cozinha, dotada de fogão a gás, freezer, mesa, cadeiras e banheiros, como também seis quartos, todos dotados de camas tipo beliche e armadores de redes, com capacidade de alojamento para 30 pessoas, simultaneamente.

A construção desse alojamento possibilitou atender a um maior número de ribeirinhos nos mais diferentes cursos de formação de mão de obra oferecidos. A Figura 37, a seguir, mostra o alojamento na sua fase inicial e final de construção.

Figura 37 - Fases inicial e final da construção do alojamento na área do Projeto UD-Várzea

Fonte: Projeto UD-Várzea

c) Construção da barragem

Como já referido anteriormente, quando da implantação do Projeto UD-Várzea, na área já existia, desde o tempo do IAN, um sistema de drenagem, o qual foi devidamente revitalizado durante a primeira fase do projeto. Como é sabido, as várzeas das margens do rio Guamá, onde se localiza o projeto, sofrem efeito das marés, portanto, o dreno principal, como tantos outros drenos naturais (igarapés) existentes nos mais diferentes locais do estuário, enchem e vazam todos os dias.

Assim, o projeto procurou uma alternativa de usar esses drenos para criação de peixes. Para tanto havia a necessidade de construir uma barragem, de modo a permitir a manutenção da água em um nível de profundidade suficiente para garantir a quantidade de oxigênio própria à sobrevivência dos peixes, ao mesmo tempo em que essa água pudesse renovar a cada alternância das marés.

Por essa razão, foi idealizada a construção de uma barragem, no limite do dreno principal com o rio Guamá, e que pudesse ser construída com materiais, sempre que possível, disponíveis no próprio local da construção.

Assim, a barragem foi construída com largura de 1 metro, entre as paredes de madeira laterais, dentro

da qual foi inicialmente preparada a base, com grandes blocos de cimento, feitos em sacos de 60 kg cheios de areia e cimento, posteriormente batidas para dar forma retangular e deixadas para secar ao ar livre.

Acima dessa base, até uma certa altura, foi completado com o próprio barro (argila) tirado do leito do dreno principal. A partir dessa altura foi colocada uma tela em aço inox, conhecida como tela moeda, facilmente encontrada no mercado.

A altura da barragem, com paredes feitas com tábuas de madeira, foi determinada em função da altura máxima atingida pela maré cheia no período em que ocorre a maior preamar do ano, garantindo que durante esse período, a água consiga atingir a altura da barragem e, assim, mantendo-se renovada garantindo o oxigênio necessário para a sobrevivência dos peixes (Figura 38).

Figura 38 - Fases da construção da barragem

Fonte: Projeto UD-Várzea

Outro aspecto considerado durante a construção da barragem foi a necessidade de se fazer uma ”saia” de tábuas de madeira no pé da barragem e do lado de entrada da água, isto é, no sentido do rio para o interior do dreno, com a finalidade de evitar que a base da barragem pudesse ser danificada devido a “cachoeira” que se forma durante o período de saída de parte da água do dreno.

d) Recuperação e construção de novos viveiros de criação de peixes

Ainda, antes da implantação do Projeto UD-Várzea, no ano de 1996, já existia na área do Projeto, um viveiro de criação de peixes, contíguo a área que sempre foi utilizada para o plantio de arroz irrigado, o que possibilitou, em tempos atrás, sob a coordenação do Professor Pedro Gazel, a implantação de um sistema de rizopsicultura como demonstrativo dessa técnica para os alunos do curso de graduação em agronomia. Todavia, o viveiro encontrava-se assoreado e sem condições de uso e a bomba d'água estava sem funcionar.

Desse modo, foram necessárias ações para recuperar o viveiro de peixes, bem como expandir a área de lâmina de água, com a construção de novos quatro viveiros de peixes, de modo a ampliar a capacidade de criação de diferentes espécies, juntamente com a área do dreno principal que já era usada para esse fim.

Essas ações possibilitaram conhecer as características da construção dos viveiros de piscicultura e desenvolver atividades de manejo, com respeito a alimentação, peso e a quantidade de peixes por viveiro.

Na primeira foto, da Figura 39, vê-se o viveiro pré-existente recuperado, e as demais fotos são das diferentes fases de construção dos novos viveiros que foram implantados que foram implantados para criação de tambaqui, tilápia, curimatã e camarão na área do Projeto UD-Várzea.

Figura 39 - Viveiro recuperado e fases da construção de novos viveiros

Fonte: Projeto UD-Várzea

e) Muro de arrimo

Com a implantação do Projeto UD-Várzea, o movimento de pessoas que se deslocavam até a área por meio de transporte fluvial, utilizando canoas e barcos de pequeno e médio porte aumentou substancialmente.

Com a revitalização da área, o CPNOR- Centro de Pesquisas Pesqueiras do Norte, vinculado ao IBAMA, mas que tem suas atividades desenvolvidas no *Campus* Belém da UFRA por força de Convênio de Cooperação Técnico-Científico, passou a utilizar o trapiche como porto para ancorar, com apoio de uma grande balsa, o navio de pesquisa pesqueira Almirante Paulo Moreira, pertencente a esse Centro.

Por essas razões e, igualmente, pela força da correnteza das águas do Rio Guamá, iniciou-se um processo de erosão das margens das áreas de várzea do Projeto UD-Várzea. Por isso, houve a necessidade da construção de um muro de arrimo, como defensas dessas áreas, que desta feita foi construído com vigas, peças e tábuas de madeira da espécie maçaranduba (*Manilkara uberi*), pois é extremamente durável nas condições em que foram usadas.

f) Construção de ponte de madeira

Como parte das ações, entre outras, a de apoderamento do saber por parte do público alvo, foi idealizado um novo subprojeto como atividade do Projeto UD-Várzea, o qual foi denominado de Subprojeto Monitor Rural, que será tratado com mais detalhes em um próximo item. Todavia, esse subprojeto tinha como uma das ações a de transportar os filhos dos ribeirinhos da outra margem do Rio Guamá, para desenvolver suas atividades no *Campus* Belém da UFRA.

Assim, muitas vezes, quando da chegada dos barcos no porto do Projeto UD-Várzea a maré se encontrava baixa, ocorrendo que esses alunos tivessem muita dificuldade de se locomover nas margens cheias de lama, o que demandava um tempo ainda maior para a devida limpeza de seus pés, roupas e demais matérias escolares. Por essa razão, para proporcionar condições mais adequadas e, assim, facilitar o desembarque, foi construída uma ponte, igualmente, de madeira da mesma espécie utilizada no muro de arrimo (Figura 40).

Figura 40 - Ponte de madeira para dar suporte ao embarque e desembarque dos alunos do subprojeto "Monitor Rural"

Fonte: Projeto UD-Várzea

Mais tarde, com a realização do Fórum Social Mundial, no *Campus* da UFRA, essa ponte de madeira foi substituída por uma ponte de concreto, para atender as necessidades de embarque e desembarque de pessoas durante a realização desse encontro (Figura 41).

Após a realização do Fórum Social Mundial, a ponte de concreto por muito tempo passou a ancorar o navio de pesquisa pesqueira, pertencente ao Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte/IBAMA.

Mais recentemente, durante o ano de 2015, foi construída uma nova ponte de madeira pelo CPNOR para aportar o navio Alm. Paulo Moreira e, assim, deixar livre a ponte de concreto para acesso de outros barcos que chegam à UFRA por meio fluvial (Figura 42).

Figura 41 - Ponte de concreto às margens do Rio Guamá, na área do Projeto UD-Várzea

Fonte: Projeto UD-Várzea

Figura 42 - Ancoradouro do navio de Pesquisa Almirante Paulo Moreira do CPNOR/IBAMA

Fonte: Projeto UD-Várzea

g) Fornecimento de água potável

Com a construção da ponte de madeira foi possível disponibilizar água potável, da Universidade, levada até a margem do rio por meio de canos de plásticos, devidamente apoiados nas vigas de sustentação da ponte.

Essa ação se tornou como o único ponto de fornecimento de água potável ao longo de um extenso trecho de margens do rio Guamá, o que possibilitava o fornecimento para um grande número de ribeirinhos que se deslocavam em canoas, trazendo "carotes" e grandes garrafões de plástico, para transportar a água potável para consumo doméstico.

h) Criação de abelhas sem ferrão (uruçu).

Os ribeirinhos, por seus costumes de vida, dado as condições de seus locais de residência, normalmente não são adeptos a atividades que envolvam a necessidade de usar vestes especiais alheias às suas condições habituais de vida. Desse modo, propor aos ribeirinhos que possam a vir a ser produtores de mel de abelhas, do tipo africanas, por exemplo, embora apresentem alta produtividade na produção de

mel, mas que demandaria para seu manejo e produção o uso de aparatos especiais, o que dificilmente essa população adotaria, como ação de uso alternativo para aumentar sua renda pela venda da produção de um produto com efeitos medicinais. Por outro lado, também, é de se observar que os ribeirinhos têm acesso ao mel produzido por abelhas selvagens, ditas do mato (nativas do local), quando encontram suas colmeias nas árvores de suas matas.

Assim, foi pensado a produção de mel, porém de abelhas (uruçu), sem ferrão, o que permitiria o manejo de suas colmeias e produção de mel, sem uso de vestes especiais, mesmo considerando que a produção é bem menor do que a de outros tipos de abelhas, porém o preço por litro no comércio do produto é muito superior, quando comparado com outros tipos de mel, viabilizando essa atividade, sob o ponto de vista econômico.

Por essas razões, na área do Projeto UD-Várzea foi construída uma pequena infraestrutura de madeira, suspensa do solo, sendo acessada por passarela de madeira, igualmente, suspensa, ao mesmo tempo em que foram introduzidas colmeias de abelhas sem ferrão, trazidas da Fazenda Escola de Igarapé-Açú, com a finalidade de se verificar a aceitação, por parte dos ribeirinhos, dessa atividade como alternativa no aumento de suas rendas.

Embora tenha tido uma grande aceitação e interesse por essa atividade por parte dos ribeirinhos, demonstrada pela grande procura aos cursos de apicultura oferecidos, demonstrando sua viabilidade, essa ação foi posteriormente abandonada por parte das administrações do Projeto.

i) Criação de patos denominados Payssandu

Pela localização das casas dos ribeirinhos, próximo à margem dos rios, existem disponibilidade de água e espaços apropriados para criação de patos, tornando-se uma atividade frequentemente utilizada por essas pessoas, até porque esse produto tem preço e mercado garantido, quando da época do Círio de Nazaré, realizado no segundo domingo de outubro, na capital paraense.

No entanto, os patos criados pelos ribeirinhos são nativos do local, apresentando um baixo crescimento em tamanho e ganho de peso, o que torna a produção anual de baixa produtividade e lucratividade.

Com o objetivo de manter esse costume de criar patos para o Círio de Nazaré, ao mesmo tempo tornar uma atividade mais lucrativa, o Projeto UD-Várzea, introduziu a criação de patos Payssandu, com uso de ração apropriada e de vacinação dos animais, de modo a demonstrar a viabilidade econômica dessa atividade, uma vez que nesse sistema de produção um pato adulto atinge aproximadamente 3,5 kg em um período de 4 a 6 meses, e que se poderia obter duas safras por ano, ao contrário da criação de patos no sistema adotado pelos ribeirinhos, no qual um pato adulto atinge no máximo 2 kg ao final de um ano.

Desse modo, foi selecionada uma área para construção de um aviário de patos, pequena de madeira, coberta de palhas, de acordo com as formas e padrões que pudessem ser replicados em novas áreas, localizado na faixa entre as margens do dreno principal e viveiro de peixes, de modo a reproduzir as condições ambientais das áreas de moradia dos ribeirinhos.

Nessa atividade de criação de patos eram, então, selecionadas as matrizes para compor o plantel de reprodutores, com (6 patas para 1 pato), bem como manejo dos patos, a separação por faixa etária, limpeza dos ninhos e vacinação.

A Figura 43 ilustra a construção do aviário de patos com subdivisões, necessárias para reprodução e, manejo dos patinhos à medida em que estes vão crescendo, visando impedir que morram devido ao pisoteio pelos patos maiores.

Figura 43 - Vista geral externa e interna do aviário rústico para criação de patos

Fonte: Projeto UD-Várzea

A Figura 44 apresenta as diferentes divisões internas do aviário de patos, como a área de reprodução e áreas em que os patos recém-nascidos são colocados e manejados à medida em que vão crescendo, até atingirem a fase adulta, quando passam a pastar na área descoberta.

Figura 44 - Divisões internas do aviário de patos com áreas para as diferentes fases de crescimento.

Fonte: Projeto UD-Várzea

Com esse sistema de produção e uma pequena infraestrutura, é possível produzir mais do que 150 patos adultos em 6 meses, portanto, aproximadamente 300 patos em ponto de comercialização em um ano. Essa produção mostra a viabilidade econômica da atividade que pode ser facilmente introduzida na vida cotidiana do ribeirinho.

j) Criação de gado

Com o intuito de tentar introduzir na dieta alimentar dos ribeirinhos, a proteína animal, através da produção de leite, resguardando os costumes de seu cotidiano, portanto sem que que estes se transformassem em pecuaristas, mas tão somente que fossem capazes para produzir uma quantidade de leite que atendesse o seu consumo familiar, o Projeto UD-Várzea procurou demostrar a viabilidade dessa ação.

Para isso, seria necessário atender algumas exigências técnicas que possibilitasse a criação de gado por ribeirinhos em áreas de várzeas, como: a seleção do local de implantação dos pastos, de modo que durante o período das cheias os animais tivessem uma área de refúgio em terra firme; a seleção de uma raça de bovino que fosse ao mesmo tempo bom produtor de leite e dócil, de modo a ser facilmente manejado pelos ribeirinhos; e o tipo de forrageira a ser plantada já que teria que suportar as condições de umidade da várzea bem como, do pisoteio dos animais.

Desse modo, o local selecionado foi de transição entre a várzea e a terra firme, sendo que na área de várzea foi plantada, a forrageira Canarana (*Canarana erecta lisa)* e na área de terra firme, o Quicuio (*Brachiaria decunbens*). Quanto ao gado foi escolhida a raça Sindi, que apresenta a característica comprovada para ser criado nessas condições.

As Figuras 45, 46 e 47 mostram a fase do preparo da área, o pasto dividido em piquetes e o estábulo.

Figura 45 - Vista parcial da área para implantação de pastagem no Projeto UD-Várzea

Fonte: Projeto UD-Várzea

Figura 46 - Vista parcial do pasto dividido em piquetes na área de várzea no Projeto UD-Várzea

Fonte: Projeto UD-Várzea

Figura 47 - Vista parcial do pasto na área de transição entre a terra firme e a várzea e o estábulo

Fonte: Projeto UD-Várzea

Formação e capacitação dos ribeirinhos

As comunidades ribeirinhas, notadamente as residentes na região do Baixo Acará, careciam de apoio técnico que pudesse contribuir no processo produtivo, e na geração de renda para suas próprias famílias.

Com esse propósito, o Projeto UD-Várzea, além dos objetivos de revitalização através da recuperação da infraestrutura que existia na área às margens do Rio Guamá, também tinha como objetivo principal, a formação e capacitação dos ribeirinhos, de modo a possibilitar a melhoria de sua qualidade de vida, através do aumento de suas rendas.

Deste modo, o Projeto UD-Várzea, procurou realizar uma série de cursos e treinamentos voltados exclusivamente à formação de mão de obra, capaz de desenvolver ações de produção em áreas de várzeas.

Em primeiro lugar foram realizadas visitas nas comunidades Itacoã, Guajará, Boa Vista e Ilha

Grande, localizadas na região das ilhas do Baixo Acará, onde residiam 259 famílias ribeirinhas, sendo 75 na comunidade Itacoã, 62 na Guajará, 95 na Boa Vista e 27 na comunidade Ilha Grande, todas muito carentes de informações e apoio técnico para o desenvolvimento de suas atividades produtivas.

Assim, no âmbito do Projeto UD-Várzea, foi desenvolvido um programa de capacitação, que abrangia, principalmente, as áreas de sistema de produção em várzeas, educação ambiental, fruticultura, olericultura e plantas medicinais. Desse modo, a Tabela 33 apresenta a relação e número de cursos realizados, bem como o número de ribeirinhos capacitados, que constituíram o programa de capacitação e formação de mão de obra dos ribeirinhos da região do Baixo Acará, desenvolvido no período compreendido entre os anos de 1997 e 2000.

Tabela 33 - Relação dos cursos oferecidos no âmbito do Projeto UD-Várzea (1997 – 2000)

	Cursos	CH	Nº Turmas	Nº alunos por Turma	CH Total	Total de Capacitados
1	Implantação de hortas comunitárias	30	4	15	120	60
2	Comercialização de produtos agrícolas	30	3	20	90	60
3	Preparo de solo para plantios agrícolas	25	4	20	100	80
4	Implantação de viveiros: formação de mudas frutíferas e florestais	30	5	20	150	100
5	Implantação de coleção de plantas medicinais: farmácia viva	30	4	10	120	40
6	Implantação de aviários e manejo na criação de patos Paissandu	30	6	20	180	120
7	Implantação, manejo e características de viveiros de piscicultura	30	3	15	90	45
8	Criação de galinha caipira	25	4	20	100	80
9	Manejo de colmeias de abelhas Uruçu (sem ferrão)	20	2	15	40	30
10	Implantação e manejo de açaizais	30	4	20	120	80
11	Prepara de área, pastagem, manejo de bovino da raça Sindi.	30	2	10	60	20
12	Educação Ambiental: trilhas interpretativas (oferecido somente para os participantes do subprojeto "Monitor Rural")	20	4	15	80	45
13	Introdução à informática* (Oferecido somente para os participantes do subprojeto "Monitor Rural")	45	3	15	135	45
	Total		**48**		**1385**	**805**

Fonte: Projeto UD-Várzea

Os dois últimos cursos da tabela 33 foram oferecidos somente para os alunos participantes do Subprojeto "Monitor Rural", no âmbito da UD-Várzea. Assim, foram oferecidas 48 turmas, totalizando 1385 horas de aulas teóricas e práticas ministradas, para um total de 805 ribeirinhos capacitados, embora nesse total, alguns participaram de vários entre os cursos que foram oferecidos.

Situação atual da UD-Várzea

A UD-Várzea está completamente desativada e as razões são muitas para essa discutível decisão.

Alegam-se dificuldades orçamentárias para continuação da referida atividade de tão grande expressão, não só pelo aspecto de orientação técnica aos alunos dos diversos cursos praticados pela Instituição como, e sobretudo, pelo grande alcance social e econômico em relação aos ribeirinhos, que constituem um contingente expressivo, que recebiam, não só, noções de práticas agrícolas e pecuárias para aplicação nas propriedades que possuíam como, também, garantia a todos eles, um aumento substancial de renda, pela prática dos ensinamentos que incorporavam nas diversas tarefas que compunham o elenco de atividades do programa de treinamento do projeto.

Assim, não há como entender, a paralização quase total das atividades da UD-Várzea, unidade demonstrativa de baixo custo de manutenção, face ao grande objetivo a que se propunha e aos resultados alcançados.

É fácil verificar, em ligeira visita o Projeto UD-Várzea, que todo o esforço de revitalização das antigas dependências, bem como, a deterioração das instalações construídas para melhor aparelhar a unidade demonstrativa para cumprir com seus objetivos, estejam parcialmente abandonadas, algumas com sinais evidentes de má conservação e outras já completamente destruídas, dando a qualquer observador, uma visão que não cabe na missão institucional da Universidade.

A estrada de acesso se encontra quase intransitável. As *marachas* dos tabuleiros, para pesquisa com arroz irrigado estão destruídas. O dreno principal se encontra assoreado, assim como os secundários. O pavilhão que servia de Centro de Treinamento está com aspecto de abandono, enquanto que o alojamento e a denominada casa de residência, também estão desativados. O aviário, que era a principal instalação da UD-Várzea construído de material rústico, para servir à produção de patos e orientação e ensinamentos da prática de criação dessa ave aos ribeirinhos, está completamente deteriorado, enquanto que a área como um todo encontra-se repleta de plantas invasoras, o que comprometeu completamente os pastos e, ao mesmo tempo, o próprio estábulo, enfim, a UD-Várzea perdeu completamente o seu objetivo, pelo abandono a que foi relegada pelos responsáveis pela sua manutenção.

Na visão dos autores da presente publicação, é fundamental que essa UD-Várzea seja completamente revitalizada e consiga incentivo para retornar aos seus objetivos iniciais, de instrumental de extensão rural, incluindo a retomada dos objetivos que atingiam os ribeirinhos.

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DOS *CAMPI* E BASES FÍSICAS DA UNIVERSIDADE

A UFRA dispõe de *Campi* interiorizados e Bases Físicas para o exercício de sua missão institucional.

As áreas onde estão localizadas essas unidades didáticas e administrativas foram se integrando ao patrimônio da Instituição ao longo dos anos, desde as suas duas antecessoras, a EAA e a FCAP, até aos dias atuais da Universidade.

As áreas dessas unidades estão sob a posse ou propriedade da UFRA, em razão de vários procedimentos fundiários praticados pelos cedentes originais, porém algumas delas necessitam, ainda, de providências complementares para serem legalizadas, em definitivo, em nome da UFRA enquanto entidade autárquica ou pertencente ao patrimônio da União, após análise e estudo aprofundado ao tempo em que foram concedidos, sem que tivesse havido, a formalização da transferência e considerado o modelo jurídico da entidade destinatária.

Os órgãos de controle interno e externo têm cobrado, frequentemente, que a Universidade faça uma análise da situação fundiária das áreas ocupadas por seus *Campi* e Bases Físicas e adote, no que couber, as providências a que se fizerem indispensáveis para a completa regularização dessas áreas, à luz da legislação vigente.

Em razão disso, o Reitor Sueo Numazawa designou, através de Portaria, que tomou o nº 670/2015, o Professor José Maria Hesket Condurú Neto, para proceder os estudos necessários para a legalização fundiária das áreas da UFRA, de modo a atender não só a necessidade de se ter perfeitamente definida a documentação da situação fundiária desses imóveis, como, também, cumprir com as exigências dos órgãos de controle.

O Professor Condurú não foi escolhido por acaso. O citado docente possui amplo conhecimento da legislação fundiária e agrária brasileira e, especialmente a do Estado do Pará, por se dedicar, há muitos anos, a esse instrumental legal e, também, por ter sido, por longa temporada cedido ao Serviço de Patrimônio da União –SPU, como Diretor Técnico, bem como Diretor Técnico do Instituto de Terras do Pará-ITERPA, por um longo período, durante a administração da Drª Ana Júlia Carepa, Governadora do Estado, de 2007 a 2010, funções onde se destacou por seus conhecimentos da legislação, capacidade de trabalho e analista de grande competência.

O Professor Condurú apresentou Relatório ao Reitor da Universidade, em agosto de 2015, no qual fez competente e primorosa análise da situação fundiária das áreas dos *Campi* e Bases Físicas da instituição, trabalho que os autores desta publicação resolveram, com autorização do professor, divulgar, praticamente em sua integra, notadamente quanto a situação documental e situação no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União-SPIUnet, de cada área, conforme será apresentado a seguir:

Campus **Belém**

a) Situação documental

A área do *Campus* Belém da Universidade Federal Rural da Amazônia tem origem na cessão realizada pelo Ministério da Agricultura, através de Portaria Nº 752, de 15 de setembro de 1964, publicada no DOU de 23/09/1964 - Seção I - Parte I, de área maior pertencente àquele Ministério e ocupada então pelo Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Norte – IPEAN, com área total de 192 hectares à então Escola de Agronomia da Amazônia – EAA, sucedida em 1972 pela Faculdade de Ciências Agrárias do Pará – FCAP e, finalmente, em 2002, pela atual UFRA.

O ato de criação da FCAP, Decreto Lei nº 70.686, de 07/06/1972, da Presidência da República, consolida a propriedade da área cedida originalmente à EAA. Essa cessão determina que a área é delimitada geograficamente pelos rios Guamá e Tucunduba, pelo córrego Santo Antônio e por terras do IPEAN. Posteriormente, a Prefeitura de Belém efetuou a cessão de uma área complementar de 5 hectares para que a então FCAP implantasse ali seu Centro Esportivo. Desta forma, o patrimônio fundiário da UFRA no *Campus* Belém, apresenta uma área registrada de 196 hectares 78 ares e 17 centiares.

Esta área encontra-se registrada no Cartório de Registro de Imóveis matriculado sob o número 081, fls. 081 do Livro 2-H.U, no Cartório de Registro de Imóveis do Segundo Ofício de Belém, com registro anterior no Livro 3-H, fls. 314-315, sob o nº 17.774, em 14/10/1926, e no Arquivo de Primeiro Ofício de Imóveis da Comarca de Belém. Tal Registro foi efetuado por solicitação da FCAP e a Certidão foi expedida, em 26/10/2000, pela SPU/GRPU-PA, em 09/11/2000.

Atualmente, a EMBRAPA, sucessora do IPEAN, reclama a regularização da área em nome da Universidade, apresentando uma série de argumentos, entre os quais o de que ao suceder o Instituto de Pesquisas, teria recebido seu patrimônio físico, publicado em DOU, com área de 2.670 ha.

Originalmente adquirida pelo Governo Federal do Sr. Álvaro Adolpho da Silveira, a área possuía uma Gleba, ou seja, 4.356 ha. O fato da EMBRAPA haver herdado 2.670 ha, 63% da área original, indica claramente que algumas áreas cedidas pelo Ministério da Agricultura para órgãos federais como a EAA, a UFPA, o INCRA e o CNPq e para órgãos estaduais como a COSANPA, CEASA, SEMA e outros, fizeram com que a EMBRAPA passasse a ter como patrimônio apenas parte da área original, confirmando a propriedade da outra parte por outros órgãos públicos.

b) Situação no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União-SPIUnet

A área do *Campus* Belém está regularmente inscrita no SPIUnet sob o RIP nº 0427 00726.500-7, porém consta como não certificada.

Campus **Capanema**

a) Situação documental

A Certidão foi expedida pelo cartório Sulamita Diniz – Tabelionato e Registro de Imóveis, matrícula nº 7.591, fls. 062, Livro 2-T Registro Geral, sob o nº 3-7591, expedida em 22/03/2011. Tal

documento certifica a doação de uma área de 108.967,69 m² ou 10,8968 ha, feita pela Prefeitura Municipal de Capanema à UFRA. Há informações de que parte da área foi invadida por terceiros, havendo dúvidas quanto a exata localização dos limites da área doada.

Outro problema advém da informação de que o Município de Capanema não possui Gleba Patrimonial Urbana regularmente transferida para a municipalidade, o que pode levar à nulidade de todo o ato de doação da Prefeitura, assim como de seu respectivo registro.

b) Situação no SPIUnet

A área do *Campus* Capanema está regularmente inscrita no SPIUnet sob o RIP nº 0443 00028.500-4, porém consta como não certificada.

Campus **Capitão Poço**

a) Situação documental

Escritura Pública de Doação, de 13/05/2008, 1º Traslado - Livro Nº 02 - fls. 147v.-148, consta a doação da Prefeitura Municipal de Capitão Poço de uma área urbana de 88.530 m² ou 8,8530 ha, sob autorização da Lei Municipal nº073/2008. Nessa Certidão está expresso: ..."II - Que o terreno acima descrito e caracterizado é patrimônio da Prefeitura Municipal desde a fundação do Município de Capitão Poço, não tendo documento algum a mencionar..." O Cartório de Registro de Imóveis, informa que o documento está registrado sob o nº 4.824, fls. 92v., L-001 e Matriculado sob o nº 2.337, fls. 55 e v., L 2-M.

Neste momento, não se tem a informação se o Município de Capitão Poço possui Gleba Patrimonial Urbana regularmente transferida para a municipalidade, o que pode levar a nulidade de todo o ato de doação da Prefeitura, assim como de seu respectivo registro. Tal informação será buscada nos órgãos fundiários para tomar-se então as medidas cabíveis.

b) Situação no SPIUnet

A área do *Campus* Capitão Poço está regularmente inscrita no SPIUnet sob o RIP nº 0445 00001.500-3, porém consta como não certificada.

Campus **Paragominas**

a) Situação documental

O Decreto Municipal Nº 246/2007, de 18 de maio de 2007, declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel de propriedade do espólio de Manoel Nahor de Lima, com área de 20 ha 04 a 76 ca, registrado no Cartório de Registro de Imóveis, sob o nº 173, fls. 173, Livro 2-A.

O Projeto de Lei nº 250/2008, de 18/02/2008, autoriza a Prefeitura Municipal de Paragominas a celebrar convênio com a UFRA para implantação do curso de Agronomia no município.

Em 21/02/2008 a Prefeitura Municipal de Paragominas declara para fins de direito, que a UFRA

detém a posse mansa, pacífica e legal de um imóvel situado na Rodovia PA-256, km 06, Zona Rural, contendo 12.600 m², ou seja, 1,26 ha.

Declara que a posse do mencionado imóvel tem origem na cessão pela Prefeitura Municipal de Paragominas. Declara, ainda, que a aquisição do imóvel pela Prefeitura se deu através de doação outorgada por herdeiros de Manoel Nahor de Lima.

O Professor Condurú declara, em sua análise, que não dispõe de nenhum documento oficial acerca da regularização da área do *Campus* Paragominas da UFRA

Também não se tem informações acerca da regularidade fundiária da área supostamente de propriedade do Sr. Manoel Nahor de Lima. A afirmação da Prefeitura de Paragominas que que a área é Zona Rural já é, por si só, um impedimento legal para processos de desapropriação pela Prefeitura, salvo se estiver contida na zona urbana ou de expansão urbana, que será objeto de pesquisa para saber a exata situação daquela área.

Informação recente passada por e-mail à Chefia de Gabinete da Reitoria, pela professora Izabelle, Diretora daquele *Campus*, informa sobre nova área cedida pela Prefeitura à UFRA, contendo cerca de 4,8413 ha, com levantamento georreferenciado e topográfico de campo realizado pela própria UFRA, mas sem que tenham sido anexados quaisquer documentos oficiais referentes a essa nova área.

b) Situação no SPIUnet

A área do *Campus* Paragominas está regularmente inscrita no SPIUnet sob o Registro Imobiliário da União-RIP nº 0509 00025.500-4, porém consta como não certificada.

Campus **Parauapebas**

a) Situação documental

Em 18 de abril de 2008 a UFRA recebeu do Instituto de Terras do Pará – ITERPA, o Título Provisório de Terras de uma área de 48,4002 hectares, para implantação do *Campus* Parauapebas.

Naquele momento entendia o ITERPA que a área requerida pela UFRA estava inserida na Gleba Estadual denominada Ampulheta.

A partir de então a Universidade deveria proceder a demarcação de precisão da área através de seu georreferenciamento, para que posteriormente viesse a receber o título definitivo.

Nesse intervalo, por inconsistências nas demarcações e plotagens de glebas oficiais, federais e estaduais, descobriu-se que a área ocupada pela UFRA estava em verdade inserida na Gleba Federal Rio Novo, arrecadada pelo Governo Federal, através da Portaria GETAT nº 98, de 10/08/1983.

Dessa forma, tornou-se, sem efeito a titulação provisória efetuada pelo órgão fundiário estadual.

Dois caminhos poderiam ser seguidos pela Universidade para regularizar a área daquele *Campus*: convalidar através do TERRA LEGAL o título provisório estadual ou regularizá-lo diretamente na SPU-PA.

Para ambos, é necessário que se tenha o georreferenciamento oficial da área (já efetuado, inclusive Declarações de Reconhecimento de Limites) assim como a confecção de mapa contendo a plotagem da Gleba Rio Novo, comprovando a inserção da área pretendida. Esses trabalhos já estão realizados e prontos a serem apresentados a quem de direito. Vale ressaltar que não se dispõe das peças originais do georreferenciamento realizado.

b) Situação no SPIUnet

A área do *Campus* Parauapebas não está regularmente inscrita no SPIUnet, encontrando-se dependente de documentação legal de propriedade.

Campus Tomé-Açu

a) Situação documental

Escritura Pública de Doação, registrada no Cartório Samuel Cruz – Único Ofício da Comarca de Tomé-Açu, anotado no Livro Nº 22, fls. 076, 1º Traslado, em 11/02/2011, onde é doada pela Prefeitura Municipal de Tomé-Açu, uma área de 82.000 m², ou seja 8,2 ha, para implantação do *Campus*, conforme Lei nº 1996/2010, de 07/12/2010, registrada no Cartório de Registro de Imóveis através do protocolo Livro 1-A, Nº 18.201, Matrícula Livro 2-O 4.206 e R-1-4.206, fls. 006, em 16/02/2011.

Tal área foi adquirida por desapropriação de bens da Companhia Nipônica de Plantações do Brasil S/A, através da Escritura Pública lavrada às fls. 30v a 33, do Livro 2, em 12/03/1960, transcrita no Registro de Imóveis sob o nº 959, fls. 55, Livro 3-A, em 03/03/1970.

b) Situação no SPIUnet

A área do *Campus* Tomé-Açu está regularmente inscrita no SPIUnet sob o RIP nº 0559 00030.500-8, porém consta como não certificada.

Área de Benfica (Município de Benevides/PA)

a) Situação documental

Título Definitivo de Terras nº 028, Cadastro nº 8647, talonário 012, concedido pelo Instituto de Terras do Pará – ITERPA, em 16/01/2002, com área total de 112,5972 hectares.

A UFRA aguarda a arrecadação e matrícula da área pelo ITERPA para que se promova o respectivo registro junto ao cartório de Registro de Imóveis na Comarca de Benevides.

b) Situação no SPIUnet

A área da Estação Experimental de Benfica está regularmente inscrita no SPIUnet sob o RIP nº 0429 00014.500-2, devidamente certificada.

Estação Experimental de Piscicultura de Água Doce de Castanhal

a) Situação documental

Título Provisório de Terras expedido pelo ITERPA em 25/06/2009, com área total de 65,8669 hectares.

Georreferenciamento oficial da área realizado pelo professor Everaldo Carmo da Silva, em 10/12/2008.

b) Situação no SPIUnet

A área da Estação Experimental de Piscicultura de Água Doce de Castanhal não está regularmente inscrita no SPIUnet, encontrando-se dependente de documentação legal de propriedade.

Fazenda Escola de Igarapé-Açu

a) Situação documental

A área da Fazenda Escola de Igarapé-Açu - FEIGA é originária de doação feita pelo Ministério da Agricultura, através de sua Superintendência no Estado do Pará, à Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, antecessora da atual Universidade.

Inicialmente a área seria composta de 4 lotes agrícolas da Colônia Jambu-Açu, a saber: Lotes 52, 54, 184 e 186, com 25 ha cada um.

Os Lotes 52 e 54 foram doados ao Ministério da Agricultura pelo Governo do Estado do Pará, conforme Escritura Pública de Doação, de dois Lotes Agrícolas no Núcleo Colonial Jambu-Açu, em 23/04/1960, Livro 165, fls.73.

O Lote 184 foi doado ao Ministério da Agricultura por Célio Dacier Lobato e sua mulher, conforme Traslado no Livro 183, fls. 66 no Cartório do 2º Ofício, nesta Comarca de Belém.

Tal área havia sido adquirida pelo doador junto ao casal Bartolomeu Ferreira de Souza, consoante escritura particular de 20/11/1943, estando a transmissão devidamente transcrita no Registro de Imóveis da cidade de Igarapé Açu, no Livro 3-B, fls. 23, sob o nº 359, na mesma data.

Não se possui qualquer informação fundiária da origem do lote 186.

A UFRA recebeu em 07/01/2013 uma notificação do cidadão Everton da Ponte Lima, que se diz possuidor de diversos lotes naquele Núcleo Colonial Jambu-Açu, dentre os quais o lote 184.

A documentação apresentada pelo Sr. Everton contem divergência no número do lote 184, que aparece no interior da Certidão do Registro de Imóveis como lote 188, suscitando dúvidas quanto a sua veracidade. O lote 184 aparece no formal de partilha realizado em 07/06/2004. O registro no Conselho de Registro de Imóveis-CRI foi efetivado pelo Sr. Everton em 11/06/2004. Nesse instrumento o CRI informa sobre o cancelamento de matrículas anteriores, mas não faz referência ao documento de regularização do Ministério da Agricultura (Livro 3-B, fls. 23, sob o nº 359, 20/11/1943).

b) Situação no SPIUnet

A Fazenda Escola de Igarapé-Açu não está regularmente inscrita no SPIUnet, encontrando-se dependente de documentação legal de propriedade.

Área de Cuiarana

a) Situação documental

Escritura de Doação feita por Ana de Jesus Rodrigues, registrada no Cartório de 1º Ofício, Matrícula nº 12.987, Livro nº 2-I, fls. 142.

Não há original ou cópias daquela escritura, nem se conhece a procedência fundiária daquela área.

b) Situação no SPIUnet

A área da Estação Experimental de Cuiarana, no município de Salinópolis, está regularmente inscrita no SPIUnet sob o RIP nº 0523 00005.500-0, porém não está certificada.

Outras Áreas

Santarém

a) Situação documental

Portaria nº 21, de 24/07/2009, da Gerência Regional de Patrimônio da União no Pará – GRPU-PA, publicada no DOU nº 149, de 06/08/2009, pag. 49, que autoriza a doação de um imóvel um com área de 25.150,00 m², de propriedade da União, situado à Rua Vera Paz, s/n, Bairro do Salé, município de Santarém, Estado do Pará, matriculado sob o nº 11.647, fls. 01, do Livro nº 2-RG, de 06/12/2005, no Cartório de 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Santarém, PA.

Portaria nº 22, de 24/07/2009, Portaria nº 23, de 30/07/2009, da Gerência Regional de Patrimônio da União no Pará – GRPU-PA, publicada no DOU nº 149, de 06/08/2009, pag. 49, que autoriza a doação de um imóvel com área de 11.663,54 m², de propriedade da União, situado à Rua Vera Paz, Quadra 14, Bairro do Salé, município de Santarém, Estado do Pará, matriculado sob o nº 2.971, Ficha nº 2.971, do Livro nº 2-RG, de 19/06/2009, no Cartório de 1º Ofício de Registro de Imóveis, da Comarca de Santarém, PA.

Portaria nº 23, de 30/07/2009, da Gerência Regional de Patrimônio da União no Pará – GRPU-PA, publicada no DOU nº 149, de 06/08/2009, pag. 49, que autoriza a doação de um imóvel com área de 1.164,12 m², de propriedade da União, situado à Rua Dr. Lauro Sodré, s/n, Bairro de Alter do Chão, município de Santarém, Estado do Pará, matriculado sob o nº 8.589, fls. 01, do Livro nº 2-RG, de 27/10/2008, no Cartório de 1º Ofício de Registro de Imóveis, da Comarca de Santarém-PA.

b) Situação no SPIUnet

As áreas do antigo *Campus* Santarém estão inscritas no SPIUnet sob os RIP nº 0535 00078.500-2 e nº 0535 00103.500-7.

Curuçá

Situação documental

Em 28/12/2012 a Prefeitura Municipal de Curuçá emitiu um Título Definitivo de terras em favor de CAMPASA – Camarões do Pará, com as seguintes características técnicas: área de 3.000 m², perímetro com 220 metros lineares, localizada na localidade conhecida como Abade, Processo nº 471/2012, Registro no Livro nº 001/2012, folha 080/2012, Título Definitivo nº 070/2012.

Tal Título Definitivo foi registrado no Cartório de 1º Ofício de Notas e Imóveis da Comarca de Curuçá, Matrícula Nº 874 – Livro Nº 2-BE – Folhas 075 – Data: 24/01/2013.

O imóvel apresenta área construída de 503 m² contendo: 3 salas de aulas, 1 conjunto de banheiros, 1 recreio coberto, 1 cozinha/depósito, 1 sala de administração, 1 lavabo, 1 depósito, 3 áreas de circulação, além de muro de fechamento.

Em virtude de demandas judiciais e contratempos administrativos, a CAMPASA fez a doação da área com suas benfeitorias à Prefeitura Municipal de Curuçá, sendo que por determinação do Ministério Público do Trabalho, através do Dr. Marcelo Freire Sampaio Costa, Procurador do Trabalho, foi autorizada a doação do referido imóvel em favor da UFRA.

Através do Ofício Nº 0230/2014-Gab/REITORIA, de 29/08/2014, a Universidade comunicou que concordou em receber a doação do imóvel antes referido advindo da empresa CAMPASA.

Através da Resolução nº 116, de 20/08/2014, o CONSUN/UFRA concordou em receber a citada doação, condicionando a apresentação da documentação legal para posteriores providências legais, ficando no aguardo da escritura definitiva de propriedade do Imóvel junto ao Cartório de Imóveis, em nome da UFRA.

Em 26 de fevereiro de 2015, a UFRA protocolou exposição de motivos ao Secretário de Estado da Fazenda do Pará para reconhecimento de imunidade para efeito de cobrança do Imposto sobre Transmissão "*Causa Mortis*" ou Doação – ITCD sobre o imóvel doado pela CAMPASA, para que possa ser finalizado o processo de doação em favor da Universidade. Tal processo ainda aguarda posicionamento oficial da SEFA-PA.

Providências junto à SEFA-PA para agilizar o processo de imunidade devem ser tomadas, para que possa, finalmente, ser expedida a Escritura Pública de Doação do Imóvel para posterior registro junto ao SPIUnet/SPU.

Conceição do Araguaia

Situação documental

Área urbana, com Escritura Pública de Doação Onerosa, datada de 25 de abril de 2008, com valor fiscal declarado de R$50.000,00, tendo como outorgante doador a Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia, com área de 26,7921 hectares. A Escritura Pública foi registrada no Serviço Notarial e de

Registros Públicos do Único Ofício – Registro de Imóveis, sob o nº 103.715. E 103.716, do Livro Protocolo 1J, folhas 064 verso, averbada sob o nº Av.M.22.2356, no livro (ficha) 2-CI de Registro Geral e Registrada sob o nº R.01, na Matrícula 26.092, do livro 2-CO de Registro Geral em nome do Governo Federal, através da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, em 28/04/2008.

Foi firmado um Protocolo de Intenções Nº 01/2007 entre a UFRA e a Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia para cooperação entre os partícipes. Tal protocolo possui prazo de cinco anos, já transcorridos sem que se tivesse implementado qualquer projeto seja de ensino, pesquisa ou extensão universitária naquele município, embora conste um Plano de Trabalho orçado em R$4.662.960,00, datado de 14/08/2007, para implantação de um Curso de Agronomia, com ingresso anual de 50 discentes. Importante ressaltar que o referido Plano está assinado apenas pelo Prefeito Municipal de Conceição do Araguaia. Processo UFRA 23084.00004597/2007.

Em 02/07/2012, através do Ofício nº 0179/2012, o Magnífico Reitor informou da ciência do CANCELAMENTO DO REGISTRO DE DOAÇÃO ONEROSA, motivado pela promulgação da Lei Municipal nº 1.105, de 11/12/2009. Aquela área foi cedida então à EMATER-PA.

Dessa forma, segundo informações da Reitoria, não há sob interesse ou guarda da UFRA, qualquer imóvel no município de Conceição do Araguaia.

ÁREAS DE EXCELÊNCIA NA FCAP/UFRA

Muitas são as áreas do conhecimento, especialmente em Ciências Agrárias e, principalmente, das Ciências Agronômicas e Florestal, além da medicina Veterinária, que são desenvolvidas há muito tempo na Instituição.

A área agronômica teve seu desenvolvimento desde a instalação da EAA, em 1951, com a implantação do Curso de Agronomia e a área de Ciência Florestal e Medicina Veterinária, na FCAP, tiveram seus estudos iniciados a partir de 1972 e 1973, respectivamente. Como referido, muitas são as áreas desenvolvidas, em nível de excelência na Universidade, mas no presente documento, serão apresentados apenas algumas de maior significado perante a comunidade científica.

Mogno como área de excelência

Evolução e Manejo de Florestas Nativas com Ocorrência de Mogno (*Swietenia macrophylla* King)

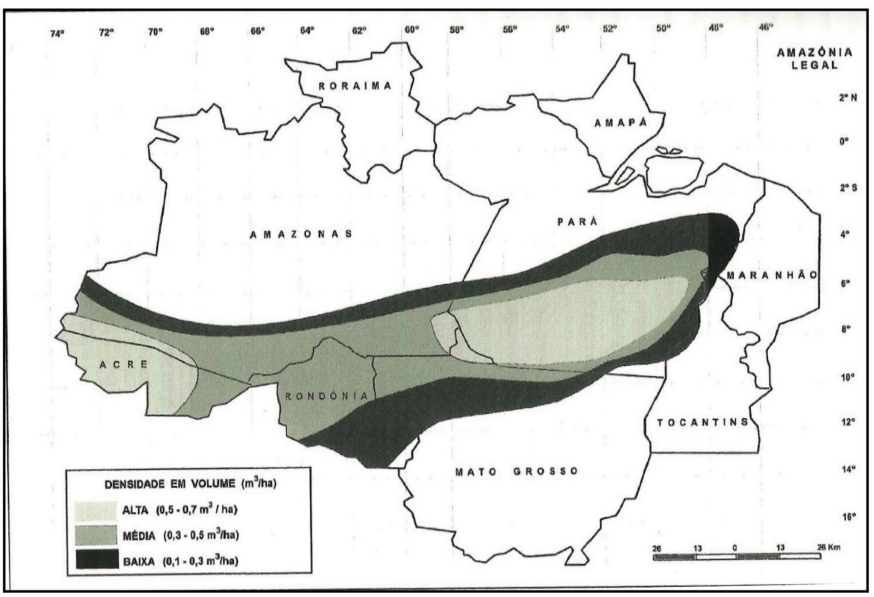
A espécie *Swietenia macrophylla* King, conhecida como "mogno amazônico" ou simplesmente "mogno", denominada na língua inglesa de "mahogany" e na espanhola de "caoba", foi por muito tempo considerada a mais importante madeira no mercado de exportação da Amazônia brasileira. O alto valor comercial dessa espécie no mercado internacional, que nos dias de hoje (2015), chega a atingir a cifra de 6 a 7 mil dólares por metro cúbico de madeira serrada, desencadeou, no final dos anos 80 e toda a década

90, uma exploração desordenada, chegando a atingir uma intensidade, no Estado do Pará, da ordem de 90 a 95%, dos estoques de árvores maduras existentes da espécie.

Em 1992, a Associação dos Exportadores de Mogno - AIMEX, solicitou à FCAP a realização de um estudo que permitisse estimar os estoques de mogno ainda existentes, bem como avaliar a área de distribuição geográfica da espécie na Amazônia Legal. Desse modo, o Professor Paulo Contente coordenou e participou da elaboração do Relatório Técnico[1] (não publicado). Esse Relatório Técnico, foi um dos primeiros trabalhos desenvolvidos na região que tratou especificamente, a situação do mogno na Amazônia brasileira, apresentando as estimativas dos estoques, tanto nas reservas naturais quanto nas áreas reflorestadas com a espécie. Apresentou, também, o mapa com a área aproximada da distribuição da espécie, sendo a primeira e, talvez, até hoje, a única espécie que tem sua área de distribuição geográfica determinada.

A *Swietenia macrophylla* King se distribui em uma extensa área geográfica nos Neotrópicos. No Brasil, a espécie ocorre nas florestas do sul da Amazônia Legal e segundo o relatório apresentado por Barros *et al*, 1992, a área de ocorrência do mogno é estimada em aproximadamente 1,5 milhão de km², passando pelos Estados do Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins, em proporções que variam de 0,27 % do Estado de Tocantins a 46,7 % da área do Estado do Pará, conforme se verifica na (Figura 48).

Figura 48 - Área de ocorrência do mogno (*Swietenia macrophylla* King) na Amazônia Brasileira



Fonte: Relatório técnico - AIMEX

Esses estoques, à época, demonstravam ser suficientes para manter a espécie sob regime de manejo e, assim, garantir o suprimento do mercado consumidor, desde que fossem mantidas as medidas protetivas, como o contingenciamento, e continuasse a ampliação das áreas com novos reflorestamentos da

[1] BARROS, P.C. de, et al. Natural and artificial reserves of *Swietenia macropylha* King in the Brasilian Amazon Perspectives for conservation. Belém,1992. 35 pp. (Unpublished document).

espécie, bem como, a manutenção e controle da broca do mogno dos plantios já realizados e os existentes.

Por outro lado, inventários florestais realizados em florestas com ocorrência de mogno na Bolívia, no México e no Brasil, como demonstrado no citado estudo, apontam que a espécie apresenta como característica uma distribuição diamétrica com baixa ocorrência de indivíduos entre varas, varetas e mudas, que, porém, aumenta para árvores adultas, o que acarreta certa preocupação considerando a conservação da espécie, uma vez que a exploração se dá exatamente nas árvores adultas, não deixando, na floresta remanescente, estoque de regeneração natural que possa garantir o manejo para futuras explorações.

Assim, na tentativa de conter essa exploração desordenada do mogno, medidas restritivas foram adotadas com o objetivo de reduzir a quantidade de exportação de madeira serrada, através do contingenciamento, onde era definido, por lei, cotas de exportação anual para as empresas exportadoras da espécie. Por várias outras razões, apenas a medida de contingenciamento não foi o suficiente para diminuir as pressões de exploração do mogno. Assim, em 1996, o Decreto nº 1.963, de 25. 07.1996, estabeleceu a Moratória proibindo a exploração, transporte e comercialização do mogno na Amazônia Brasileira, a qual foi renovado, em 1998 e 2000, estendendo-se seus efeitos até o ano de 2002.

Com a inclusão do mogno no Anexo II da CITES (Convention on International trade in Endangeresd Species of Wild Fauna and Flora, também conhecida por "Whashington Convention"), se fazia necessário o estabelecimento de políticas públicas que garantissem a exploração do mogno e, assim, o comércio internacional, através de um manejo sustentável que diminuíssem os riscos e as ameaças de extinção, garantindo, desse modo, a conservação da espécie.

Desde o ano de 2003, quando da inclusão da espécie mogno na lista das espécies ameaçadas de extinção, Anexo II da CITES e a edição da Instrução Normativa-IN nº 07, de 22.08.2003, Planos de Manejo Florestal Sustentável - PMFS para área com ocorrência de mogno, tinha que ser aprovado pelo Comitê Científico da CITES/IBAMA e ser elaborado segundo a IN nº 07, de 22 de agosto de 2003, que regulamentou a elaboração dos Planos de Manejo Florestal Sustentável para áreas com ocorrência natural de mogno, a qual encontra-se em vigor até a presente data.

Por outro lado, embora o Brasil já disponha de uma legislação específica (IN nº 07 do MMA/IBAMA), que possibilita a exploração do mogno de forma legal, juntamente com o México e a Guatemala, que deixam esses países fora da categoria punitiva de Comércio significativo, ainda persiste o grande desafio de comprovar como manejar essas florestas de forma a garantir a sustentabilidade e a conservação da espécie, sem os riscos de ameaças de extinção.

Isso justifica plenamente a necessidade de pesquisas que contribuam para a definição de políticas públicas, que possam, de fato, garantir a sustentabilidade da espécie e a consequente diminuição dos riscos de extinção.

Assim, a oportunidade que se apresentou à UFRA, de conseguir o apoio financeiro por parte da International Tropical Timber Organization-ITTO, o apoio técnico, através da disponibilidade e interesse dos professores/pesquisadores da Universidade, juntamente com o apoio administrativo da FUNPEA e, principalmente, o interesse de uma empresa privada, a BASTIFLOR, foi possível desenvolver o único projeto de pesquisa em floresta com ocorrência de mogno hoje desenvolvido na Amazônia.

Esse projeto tem como objetivos estabelecer práticas silviculturais que possibilitem a exploração da espécie mogno em florestas naturais e sugerir melhorias na atual regulamentação do Governo Federal (IN nº 07, de 22 de agosto de 2003), para a elaboração dos planos de manejo florestal com vistas à conservação da espécie *Swietenia macrophylla*, King.

A Universidade, não só contribui com o desenvolvimento de pesquisas com a espécie mogno, mas, também, forma multiplicadores com essa missão, como o trabalho da Engenheira Florestal Anadilza M. Valente Baima, formada e pós-graduada em Ciências Florestais na UFRA, que tem sua dissertação reconhecida internacionalmente, motivo pelo qual foi convidada a apresentar seus resultados em congressos nacionais e internacionais, (BAIMA, A. M. V. 2001. O Status de *Swietenia macrophylla* King *(*Mogno) em duas florestas exploradas no Estado do Pará: O caso de Marabá e Rio Maria. FCAP, Belém, Pará, Brasil. Dissertação de Mestrado, 174 pp)*,* da qual foi possível extrair e publicar inúmeros artigos científicos sobre a espécie.

Também, os pesquisadores da EMBRAPA José Natalino Macedo Silva e João Olegário Pereira de Carvalho, professores do Curso de Mestrado em Ciências Florestais, em parceria com outros professores da UFRA, são autores de vários trabalhos referentes a espécie. Desse modo, a UFRA dispõe de alguns pesquisadores florestais, todos com largo conhecimento sobre a dinâmica da conservação do mogno, o que a torna uma autoridade de excelência no mundo.

Com o objetivo de difundir os resultados obtidos em suas pesquisas entre o público alvo, ou seja, produtores, estudantes, professores, técnicos e engenheiros florestais, empresários e autoridades vinculadas aos órgãos ambientais, como IBAMA e SEMAS, a UFRA realizou o 1º SEMINÁRIO do MOGNO: Legislação, Reflorestamento, Manejo e Controle da Broca do Mogno na Amazônia Brasileira, no período de 25 e 26 de maio de 2011, em seu *Campus* Belém com grande sucesso.

Evolução e Controle da Broca do Mogno em Florestas Plantadas

A Universidade detém como área de excelência, o conhecimento sobre o mogno em florestas nativas e, também, e principalmente, o conhecimento sobre a forma de controle do ataque da broca do mogno, *Hypsipyla grandella* (Zeller), que tanto tem afetado o reflorestamento com a espécie como atividade econômica, na região Amazônica.

As altas taxas de exploração das árvores maduras de mogno, ocorrentes nas florestas nativas, levou a espécie ser incluída no Anexo II da CITES, como espécie ameaçada de extinção. Por essa razão, a saída para recuperar os estoques da espécie, vem a ser o plantio puro, pois apresenta rápido crescimento e, em pouco tempo, poder-se-ia propor a retirada da espécie do Anexo II da CITES.

Todavia, sucessivos fracassos do plantio de mogno em escala comercial têm ocorrido devido o ataque da Broca das Meliáceas, a *Hypsipyla grandella* (Zeller). Esta praga é considerada a mais importante para o mogno, causando perda que muitas vezes atingem até 90 % devido ao broqueamento e morte do broto apical, como também, nas brotações secundárias.

Por essa razão, o Professor Doutor Orlando Shigueo Ohashi, ex-titular da disciplina Entomologia Florestal da FCAP/UFRA, coordenou uma série de pesquisas para as quais, formou uma numerosa equipe

de trabalho, constituída de alunos dos cursos de mestrado e doutorado, orientando suas dissertações e teses, todas defendidas e, muitos dos quais, hoje, também, são professores da UFRA. O objetivo era equacionar o controle da broca do mogno, de modo que cada membro da equipe estudava um determinado tema para ao final, fosse possível viabilizar tecnicamente plantios puros, de mogno, que outrora eram impraticáveis na Amazônia.

Dada a importância da praga como fator limitante da expansão da área cultivada, tornou-se imprescindível formar mão de obra especializada para realizar pesquisas básicas sobre a *H. grandella*. Essa é uma praga de difícil controle e, por isso, tem sido estudada, a combinação de diversos métodos, tais como: físico, silvicultural, biológico, químico e uso de plantas resistentes. Assim, a UFRA tornou-se um centro de excelência nos estudos do controle da broca do mogno, em plantios puros, não só na Amazônia, mas, também, em outras áreas, como no interior do Estado de São Paulo.

Desse modo, sob a coordenação do Professor Doutor Orlando Shigueo Ohashi, inúmeros estudos foram realizados, entre os quais podemos citar:

Em 2000, a mestranda Merilene do Socorro Silva Costa, estudou e defendeu sua dissertação intitulada "Controle de *Hypsipyla grandella* Zeller (Broca do Mogno) Utilizando a Planta Resistente *Toona ciliata* Roem (Cedro Australiano) e os Métodos Mecânico e Cultural no Plantio de *Swietenia macrophylla* King (MOGNO)".

Em 2001, o mestrando Rogaciano Gemaque Sarmento Júnior, estudou e concluiu seu trabalho de dissertação intitulada "Biologia de *Hypsipyla grandella* (Zeller, 1848) e avaliação da resistência de *Swietenia macrophylla* King, *Cedrela odorata* L, *Toona ciliata* Roem e *Toona sp*. à Broca das Meliáceas em laboratório".

Em 2002, a mestranda Maria Zanandréa Nascimento Alves, realizou estudos em sua dissertação intitulada "Efeito letal de *Toona ciliata* M.J.Roem, folhas maduras de mogno (*Swietenia macrophylla* King) e seus extratos à lagarta de *Hypsipyla grandella* (Zeller) em laboratório".

Em 2005, o mestrando Daril Ziso Lima Hidaka, estudou o "Efeito da adubação de cálcio e boro na indução de resistência do mogno (*Swietenia macrophylla* King) à broca *Hypsipyla grandella* Zeller"

Ainda em 2005, a doutoranda, hoje professora da disciplina de Entomologia Florestal da UFRA, Telma Fátima Coelho Batista, defendeu sua tese de doutorado intitulada "Resistência induzida ao mogno brasileiro *Swietenia macrophylla* King por Meliáceas resistentes no controle da broca *Hypsipyla grandella* Zeller, em consórcio e em sistema agroflorestal".

Além desses estudos, muitos outros foram desenvolvidos por mestrandos e doutorandos, todos orientados pelo professor Ohashi, como também, estudos realizados pelo próprio professor, possibilitaram obter uma gama de conhecimentos, desde as questões fisiológicas da broca até o efeito dos diferentes métodos já referidos, especialmente, o método químico.

Tais estudos possibilitaram o professor Ohashi a desenvolver um inseticida, produto esse denominado por Colacide em gotas e, muito recentemente, foi desenvolvido o Colacide em *spray*, de modo a facilitar e tornar mais econômica sua aplicação, na medida em que as plantas crescem.

Pela eficiência do produto no controle do ataque da broca do mogno em plantios puros, pode-se

dizer que esse problema foi tecnicamente equacionado, estando no momento em fase de patenteamento e aguardando uma produção em escala industrial.

Por todas essas razões a Universidade Federal Rural da Amazônia é hoje (2015), considerada como um Centro de Excelência no conhecimento silvicultural e do controle da Broca das meliaceas.

Manejo florestal como área de excelência na FCAP/UFRA

Em 1972, teve início na Faculdade de Ciências Agrárias do Pará – FCAP, o curso de formação profissional em Ciências Florestais, para a 1ª turma do Curso de Engenharia Florestal, a qual foi inicialmente constituída de 30 alunos, mas que motivos de força maior, só concluíram o curso, 27 formandos, no dia 29 de novembro de 1975, portanto há 40 anos passados.

Dos 27 formados, inicialmente 3 foram contratados como Professores Colaboradores e, mais tarde, através de concurso público, passaram a compor o quadro permanente de docentes do recém-criado curso.

Em 1978, a FCAP através de Programa Institucional de Capacitação Docente a nível de pós-graduação, possibilitou a saída dos primeiros docentes para cursarem o Mestrado em outras instituições nacionais ou internacionais.

Desse modo, em 4 de janeiro de 1980, o primeiro professor formado pelo curso de Engenharia Florestal da FCAP, defendeu sua dissertação na área de Manejo Florestal, concluindo seu Mestrado na Universidade Federal do Paraná – UFPR e retornou à FCAP para dar continuidade às suas atividades de docência, no referido curso.

Naquela época, 1980, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, órgão federal responsável pelo desenvolvimento florestal, fiscalização e controle da exploração das florestas primitivas da bacia amazônica, exigia das empresas do setor de base florestal, a obrigatoriedade de apresentar o Plano de Exploração, documento tecnicamente elaborado de modo a garantir a sustentabilidade dos recursos florestais.

Entretanto, o Plano de Exploração, exigido pelo IBDF, determinava, também, a responsabilidade técnica de um Engenheiro Florestal, porém o referido documento consistia apenas de uma lauda, onde na sua primeira metade era explicitado o item identificação da empresa detentora do plano e, na 2ª metade da lauda, era apresentada apenas uma pequena tabela, em que na 1ª coluna constava o nome dos poucos parâmetros estatísticos, tipo Média, Variância, Desvio Padrão, Coeficiente de Variação, e na 2ª coluna, constavam as respectivas fórmulas matemáticas, correspondentes às estatísticas apresentadas na 1ª coluna, e por fim na 3ª coluna, indicava apenas os valores que expressavam a média do volume por hectare ($m^3.ha^{-1}$) e sua variabilidade expressa pelas demais estatísticas.

Passados uns poucos anos, o "Plano de Exploração" passou a ser denominado pelas expressões "Manejo Florestal", "Manejo Auto-Sustentado" ou simplesmente por "Manejo Sustentado", os quais foram usados por muitos anos no Brasil, especialmente, na Amazônia.

Dada essa situação, em que o Manejo Florestal era muito pouco entendido ou interpretado, a FCAP através da reformulação da grade curricular do Curso de Engenharia Florestal, definiu o perfil dos

seus egressos, como profissional detentor de forte base técnica na área do Manejo das Florestas Nativas da Amazônia, para o que houve revisão do conteúdo programático das disciplinas, e a inclusão de novas disciplinas da área do Manejo de Florestas, tais como: Silvimetria (hoje, Dendrometria), Planejamento e Exploração Florestal, Mecanização, Máquinas e Motores, Inventário Florestal, Silvicultura Tropical, Ecologia Florestal, Manejo de Florestas Nativas e Legislação e Administração Florestal.

Esse elenco de disciplinas proporcionou uma melhoria na formação técnica, especialmente, na área de maior demanda do mercado, a de Manejo Florestal.

Desse modo, a FCAP/UFRA passou a ser vista como um centro formador e disseminador das bases técnicas do Manejo Florestal, não só pela sua opção de tornar essa área prioritária em sua grade curricular, mas, também, decorrente da capacitação, à nível de pós-graduação, de seu quadro docente.

Entretanto, embora o Artigo 15 do Código Florestal Brasileiro, à época, a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, estabelecesse que:

> Fica proibida a exploração sob forma empírica das florestas primitivas da bacia amazônica que só poderão ser utilizadas em observância a planos técnicos de condução e manejo a serem estabelecidos por ato do Poder Público, a ser baixado dentro do prazo de um ano.

Como vemos, a Lei 4.771 datava de 1965, e que em um prazo de um ano, após ser promulgada, esse artigo deveria ser regulamentado através de Decreto e normatizado por Ordem de Serviço, que instruísse a elaboração dos Planos de Manejo Florestal Sustentável das Florestas da Bacia Amazônica.

Passados 25 anos da promulgação do Código Florestal, o artigo 15 ainda não havia sido regulamentado. Esse fato, praticamente, inviabilizava as ações do IBDF, quanto as exigências técnicas que deveriam constar do não cumprimento do artigo 15, pois eram canceladas pelo Poder Judiciário, sob as alegações da defesa da não regularização do tal artigo, que tratava da proibição da exploração das florestas sob forma empírica, como na prática ocorria.

Assim, um Grupo de Trabalho (GT), foi composto por 19 Engenheiros Florestais das mais diferentes instituições voltadas ao ensino, pesquisa, fiscalização e extensão com vistas ao desenvolvimento florestal da Amazônia, dentre as quais: IBAMA (Brasília e Manaus), SUDAM, INPA, FUA, UFPR, UFAM, FCAP, EMBRAPA (Belém e Rio Branco) e CVRD, reuniram-se em Workshop, realizado em Manaus-AM, no período de 10 a 14 de junho de 1991.

A Comissão Organizadora do encontro foi constituída pelos Engenheiros Florestais Niro Higuchi (Coordenador) e membros Antônio Carlos Humel, Paulo Luiz Contente de Barros e José Natalino Macedo Silva. Como Moderador Adalberto C. Meira Filho e como Relator, Paulo Luiz Contente de Barros.

Este Workshop caracterizou-se como marco regulatório, pois tinha como objetivo a elaboração da minuta do Decreto para regulamentação do Artigo 15 da Lei 4.771 (Código Florestal), bem como a minuta da Ordem de Serviço.

Não obstante, a elaboração das duas propostas objetivas e concretas, do Decreto e da Ordem de Serviço, pelo GT, reunido em Manaus-AM, em 1991, a regulamentação só ocorreu 4 anos depois, em 1995,

pelo Decreto nº 1.282, de 19 de outubro de 1995.

O Decreto de Regulamentação do Artigo 15, que trata da exploração das florestas da bacia amazônica, traz em seu conteúdo o novo conceito de "Manejo Florestal Sustentável", sendo:

> ... A administração da floresta para obtenção de benefícios econômicos e sociais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo.

Por outro lado, o Decreto apresentava, ainda, entre os princípios básicos que os Planos de Manejo deveriam atender e que está implícito no próprio conceito, o tripé da sustentabilidade, isto é, os PMFS devem ser viáveis sob os aspectos econômicos, ecológicos e sociais.

Assim, com os princípios básicos do Manejo Florestal Sustentável definidos e as Instruções Normativas determinadas para serem seguidas na elaboração dos PMFS, a FCAP/UFRA, preocupada em melhor formar seus egressos do Curso de Engenharia Florestal, de modo a assegurar a conservação dos recursos florestais, realizou, mais uma vez, a adequação da grade curricular do Curso de Engenharia Florestal, garantindo aos Engenheiros Florestais por ela formados, todas as condições para que pudessem atender as exigências técnicas para a elaboração dos PMFS.

Para isso, foi exigido do corpo docente do curso, uma maior capacitação à nível de pós-graduação (*lacto senso* e *stricto senso*), o que de fato ocorreu ao longo do tempo. Assim, a área de manejo florestal sustentável das florestas nativas da Amazônia foi consolidada como uma área de excelência dentro da FCAP/UFRA.

Participação da FCAP/UFRA na construção das normas de acesso ao recurso florestal da Amazônia

A Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal Brasileiro) através do seu Artigo 15, já previa a proibição da exploração das florestas da Amazônia, sem o estabelecimento prévio de critérios técnicos a serem contemplados nos Planos de Manejo Florestal Sustentável – PMFS, documento este que, após aprovado pelos órgãos ambientais (à época, o IBDF), daria acesso aos recursos florestais na Amazônia brasileira.

Porém, só na década de 90, através do Decreto 1.282, de 19/10/1995, portanto passados 20 anos, foram estabelecidos o conceito e os princípios básicos do Manejo Florestal, bem como seus detalhamentos técnicos por meio de Ordem de Serviço.

Esse Decreto nº 1.282 possibilitou o acesso a propriedades privadas e públicas. Nas terras privadas o acesso se dá de duas formas: a) por autorização de desmatamento (corte raso, para uso alternativo do solo); e b) por autorização de exploração, através da apresentação e aprovação de PMFS.

Para áreas públicas, especialmente, nas Florestas Nacionais e Estaduais, hoje o acesso se dá através de PMFS aprovado e acompanhado pelo IBAMA e Serviço Florestal Brasileiro-SFB, no caso das FLONAS, e pela SEMAS/IDEFLOR para as áreas de FLOTAS, obtidas através de concessões florestais, mediante Licitação

Pública, e de conformidade com o que é preconizado na lei das Concessões Florestais (Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006), que entre outras medidas, introduz o Sistema de Concessões Florestais no Brasil, uma vez que antes dessa Lei, o instrumento legal, até então, utilizado era a Lei nº 8.666/93 (Licitações Públicas), a qual não atendia as peculiaridades do objeto da concessão apresentado nos editais.

Assim, a gestão dos recursos florestais, tanto em áreas privadas quanto públicas, se dá pela elaboração de instrumentos legais, como Leis, Decretos, Decretos-Lei, entre outros, mas, especialmente, pela legislação complementar como as Portarias, Instrução Normativa e Ordem de Serviços.

Todos os instrumentos legais, sempre apresentam como objetivos, assegurar a conservação e proteção das florestas através de medidas e procedimentos que garantam o desenvolvimento do uso sustentável dos recursos florestais.

Deste modo, com a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em 1989, intensificaram-se a elaboração de instrumentos legais específicos (Portarias, IN e Ordem de Serviço), para regulamentar e aprovar diferentes questões relativas a gestão dos recursos florestais, especialmente, as dos PMFS na Amazônia. Como em particular, a IN nº 80/91/IBAMA e a Portaria nº 48/95/IBAMA, que disciplinaram a Exploração Florestal na bacia amazônica, mediante PMFS.

A partir desses instrumentos de gestão do uso racional dos recursos florestais da Amazônia, para os quais tiveram efetiva participação dos representantes da FCAP, juntamente com representantes de outras instituições de pesquisa, extensão e da classe empresarial do setor florestal, todos os outros instrumentos legais, elaborados pelo IBAMA e, mais recentemente, pela SEMAS/PA, tiveram participação efetiva dos professores da FCAP/UFRA, contribuindo com o aperfeiçoamento desses instrumentos à luz das pesquisas desenvolvidas por esta Universidade, de modo que a FCAP/UFRA considera-se importante partícipe na construção das normas de acesso e procedimentos de manejo das florestas da Amazônia.

Por outro lado, importante participação tem tido a Universidade na elaboração e condução dos trabalhos da Rede de Monitoramento da Dinâmica das Florestas da Amazônia – REDEFLOR e na concepção e elaboração do projeto do novo Inventário Florestal Nacional, ambas participações no âmbito do Serviço Florestal Brasileiro – SFB. Também, tem dado sua importante contribuição ao IBAMA, especialmente no Comitê Técnico Científico CTC-MOGNO, Comitê vinculado ao IBAMA, como Autoridade Científica e Administrativa da CITES.

Programa de Pesquisas sobre Interações Biosfera-Atmosfera na Amazônia – LBA

O Programa de Pesquisas sobre as Interações Biosfera-Atmosfera na Amazônia, denominado simplesmente de LBA, teve início em 1998, sob a Coordenação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA e era apenas um Projeto de Pesquisas Experimentais sobre as mudanças climáticas em grande escala. A partir de setembro de 2007, por sua importância e interesse nacional, transformou-se em um Programa do Governo Brasileiro.

O Programa LBA, abrangendo uma das maiores experiências do mundo na área ambiental, com objetivo de estudar e entender as mudanças climáticas e ambientais em curso, para favorecer um processo

de desenvolvimento sustentável na Amazônia, é desenvolvido por cientistas de 281 instituições nacionais e estrangeiras, dos quais 1400 são brasileiros e outros 900 pesquisadores de países amazônicos, de oito nações europeias e de instituições americanas.

Hoje, o Programa LBA, em sua segunda fase, tem como desafio consolidar e ampliar os estudos sobre o funcionamento dos ecossistemas da região amazônica e, também, integrar as dimensões sociais e econômicas às pesquisas ambientais de ponta, desenvolvidas na primeira fase.

Desse modo, os esforços de cooperação técnica, articulação e compartilhamento de infraestrutura buscam responder duas questões essenciais e, especialmente, complexas:

a - De que modo a Amazônia funciona, atualmente, como uma entidade regional?

b - De que modo as mudanças dos usos da terra e do clima afetam o funcionamento biológico, químico e físico da Amazônia, incluindo sua sustentabilidade e sua influência no clima global?

Para responder a essas questões, o Programa LBA, em sua segunda fase, dispõe de três grandes grupos de pesquisas nos quais são enfocados:

1. O ambiente amazônico em mudança;

2. A sustentabilidade dos serviços ambientais e os sistemas de produção terrestres e aquáticos;

3. A variabilidade climática e hidrológica e sua dinâmica: respostas, adaptação e mitigação.

Dentro deste contexto, a UFRA, como uma das instituições partícipes do programa LBA, formou um grupo de excelência, constituído de professores, alunos de graduação e pós-graduação, brilhantemente coordenado pelo Prof. Dr. Adriano Marlison Leão de Sousa, que tem como objetivo desenvolver três sítios de pesquisa.

Sítio Manguezal

O sítio de estudo, denominado "Manguezal", localiza-se no Ecossistema Manguezal (Figura 49), na Vila de Cuiarana, no município de Salinópolis, no Estado do Pará, nas coordenadas geográficas de 0^0 40' 1,21'' S e 47^0 16' 55,53'' W, 10 m, de propriedade da UFRA.

Figura 49 - Vista parcial da área do sítio Manguezal

Fonte: Programa LBA/UFRA

O estudo tem como objetivo central a medição de gás carbônico (CO_2) em Ecossistema de Manguezal.

Para atender o objetivo proposto, o Programa instalou, em outubro de 2014, uma torre de 12 m de altura, sendo esta a única torre, em ecossistema manguezais, em toda a Costa Norte-Nordeste do Brasil (Figura 50).

Figura 50 - Vista parcial da torre instalada no sítio Manguezal

Fonte: Programa LBA/UFRA

Sítio Mangueiras

O sítio de estudo, denominado "*Mangueiras*", localiza-se em uma área de Pomar de Mangueiras, plantado para fins comerciais em 1993, com a cultivar Tommy Atkins em fileiras, com espaçamento de 10 x 10 m, perfazendo uma área total de aproximadamente 25 hectares (Figura 51), na Vila de Cuiarana, no município de Salinópolis, no Estado do Pará, nas coordenadas geográficas de 0^0 39' 49,72'' S e 47^0 17' 03,41'' W, 17 m, adjacente a área de manguezais, de propriedade da UFRA.

Figura 51 - Vista parcial da área do sítio Mangueiras

Fonte: Programa LBA/UFRA.

No presente sítio o estudo tem como objetivo principal a avaliação do potencial produtivo e ecológico de pomares na recuperação de áreas adjacentes à manguezais degradados, localizados no litoral nordeste do Estado do Pará, como estratégia de mitigação dos efeitos antropogênicos das alterações climáticas locais.

Os dados deste ecossistema são inéditos para a região e completaram em setembro de 2012, uma série temporal de dois anos completos. De um modo geral, é raro se encontrar séries temporais longas, além de se ter um ponto adicional de informações meteorológicas em uma região remota e desprovida de dados. Pode-se justificar sua permanência pelo fato de se ter estudantes de graduação e pós-graduação das instituições envolvidas (UFRA e UFPA) realizando seus trabalhos neste tipo de agrosistema.

Para atender o objetivo proposto no estudo do sítio Mangueiras, foi construída, em agosto de 2010, uma torre de 10 m de altura, sendo esta a única torre, em pomar de mangueiras adjacentes ao ecossistema Manguezal (Figura 52).

Figura 52 - Vistas da torre no sítio Mangueiras, Vila de Cuiarana, Salinópolis

Fonte: Programa LBA/UFRA

A manutenção da torre neste local reforçaria e garantiria a possibilidade de instalação do novo sítio do LBA em ecossistema de manguezal, o qual se localiza bem próximo do pomar de mangueira e ainda dentro dos limites físicos da UFRA, garantindo a segurança mínima para a execução deste planejamento já idealizado há anos. Logo se terá dois sítios funcionando em locais próximos o que reduziria custo e aumentaria a eficiência logística de manutenção e coleta dos dados.

Adicionalmente pode-se destacar a importância de se continuar desenvolvendo estudos sobre as características agrometeorológicas e hidrológicas neste tipo de agrosistema em regiões que sofreram impactos pela ação do homem, a fim de se avaliar a sua potencialidade econômica associada a sua eficiência ecológica, como estratégia de recuperação ambiental. Dessa forma, a fruticultura no Estado do Pará se traduziria numa importante alternativa de retorno econômico e ambiental principalmente para a comunidade local, diante da baixa sustentabilidade das atividades que são desenvolvidas sem acompanhamento técnico e da necessidade de se diminuir a pressão econômica sobre o ecossistema primitivo.

Sítio Floresta de Terra Firme

O sítio de estudo, denominado Floresta de Terra Firme, localiza-se no Ecossistema de Floresta Tropical Úmida, de terra firme, com precipitação anual de 2.500 mm e altura média do dossel da floresta de 35 m (Figura 53), na Estação Experimental de Caxiuanã, no município de Melgaço, no Estado do Pará, nas coordenadas geográficas de 01^0 43’ 3,5” S e 51^0 27’ 36” W, 60 m.

Figura 53 - Vista parcial do ecossistema do sítio Floresta

Fonte: Programa LBA/UFRA

O objetivo original dos estudos deste sítio era testar a hipótese de que a troca líquida de carbono do ecossistema amazônico é sazonal, ou seja, reduzida durante a estação seca e maior na estação chuvosa, conforme demonstrado em estudos prévios. Os dados obtidos neste sítio, são, também, utilizados para calibrar modelos de transferência e processos entre a vegetação e a atmosfera e para alimentar modelos em combinação com sensoriamento remoto para a simulação de cenários futuros da cobertura vegetal e do funcionamento climático regional e global.

Para atender o objetivo proposto no estudo do sítio Floresta de Terra Firme foi construída, em fevereiro de 1999, uma torre de 60 m de altura (Figura 54).

Figura 54 - Vista parcial da torre de 60m de altura no sítio Floresta de Terra Firme, Caxiuanã, Melgaço-PA

Fonte: Programa LBA/UFRA

CADEIAS PRODUTIVAS, MERCADOS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA

A produção acadêmica, técnica e científica gerada pela equipe deste Grupo de Pesquisa, a partir de 1994, demonstra a contribuição da UFRA para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, formando profissionais, produzindo inovações metodológicas e científicas e orientando a implementação de políticas públicas em benefícios de milhares de produtores rurais e empresários das diversas cadeias produtivas do agronegócio regional, como fruticultura (açaí, banana, coco-da-baía, cupuaçu, laranja e maracujá), culturas permanentes (dendê, pimenta-do-reino, cacau e café), culturas temporárias (arroz, feijão caupi, milho, mandioca e soja), pesca artesanal e industrial, pecuária de corte e de leite, avicultura, madeira, móveis e artefatos, produtos florestais não madeireiros (castanha-do-brasil, óleo de andiroba e óleo de copaíba) e agroindústrias.

Estes estudos consolidaram a contribuição da UFRA na área socioeconômica por meio dos seguintes trabalhos:

a) Formação de doutores, mestres, especialistas e graduados para aplicar métodos quantitativos e qualitativos no desenvolvimento de pesquisas e estudos sobre mercado, elaboração e avaliação de projetos

de investimentos, análise de competitividade das cadeias produtivas, identificação de arranjos produtivos locais e orientação para a implementação de políticas, valoração ambiental, bem como a avaliação da eficiência e eficácia de políticas públicas e do seu retorno social;

b) Desenvolvimento de metodologia e treinamento de técnicos em análise de projetos, estudos de mercado, de cadeias produtivas e arranjos produtivos locais para orientar a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), gerenciado pelo Banco da Amazônia;

c) Desenvolvimento de estudos sobre os efeitos do FNO no desenvolvimento ambiental e socioeconômico da Amazônia, como forma de justificar a contribuição desta política de crédito e assistência técnica para a região e manter sua continuidade em benefício da sociedade amazônica;

d) Desenvolvimento de estudos sobre as cadeias produtivas da pecuária de corte, café e mandioca para definir a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e beneficiar os produtores e toda a cadeia produtiva desses produtos no estado do Pará;

e) Desenvolvimento de estudo sobre segurança alimentar e desenvolvimento humano na Amazônia para o Órgão das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e a capacitação de técnicos de diversos órgãos públicos em métodos quantitativos para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD);

f) Desenvolvimento de metodologia para estimar o preço da madeira em pé e valoração dos recursos florestais para viabilizar a política de concessões florestais no estado do Pará e Brasil;

g) Desenvolvimento de metodologia para valoração de recursos naturais com e sem preço de mercado para viabilizar a política de compensação pela supressão da cobertura florestal nos projetos de extração mineral no estado do Pará;

h) Desenvolvimento de estudo de mercado de produtos da agricultura familiar para orientar o planejamento socioeconômico e ambiental dos projetos de assentamento da Reforma Agrária no estado do Pará, aumentar a eficiência e eficácia das políticas de crédito rural, de assistência técnica, de aquisição de alimentos, de alimentação escolar, de preços mínimos e de investimento na agregação de valor aos produtos;

i) Desenvolvimento de metodologia em análise de cadeias produtivas e arranjos produtivos locais para orientar as políticas de desenvolvimento da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), atual Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e aplicação dos recursos do FNO pelo Banco da Amazônia;

j) Elaboração da matriz de insumo-produto do estado do Pará com o objetivo de modernizar o planejamento e orientar as decisões de investimento para estimular a economia paraense e torná-la mais competitiva;

k) A equipe do Grupo de Pesquisa publicou mais de 30 livros didáticos e técnicos, mais de 100 capítulos de livros e mais de 400 artigos científicos, como resultado da formação de capital humano e de capital social, visando criar capacidade para compartilhar conhecimento com a sociedade e contribuir com o desenvolvimento sustentável da Amazônia, que é a diretriz da UFRA para beneficiar a população presente e as gerações futuras;

l) O Grupo de Pesquisa recebeu vários prêmios, títulos honoríficos e homenagens em reconhecimento do trabalho desenvolvido e a contribuição para a formação de recursos humanos e pesquisadores, destaque das pesquisas e orientações, contribuição para o desenvolvimento e relevantes serviços prestados.

Por esse conjunto de contribuições metodológicas e científica já inseridos na economia regional, cujos resultados estão sendo aplicados por instituições governamentais e não governamentais em âmbito regional, nacional e internacional, o GEDADS é o centro de excelência na área socioeconômica da UFRA.

A PÓS-GRADUAÇÃO NA UFRA

O início do ensino de pós-graduação na FCAP ocorreu em 1976, com o curso de Especialização em Heveicultura, que foi oferecido em 17 turmas, capacitando um total de 425 profissionais, entre Engenheiros Agrônomos e Florestais. Porém, o primeiro curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* na FCAP, se deu no ano de 1984, com o curso de Mestrado em Agropecuária Tropical e Recursos Hídricos, com área de concentração em Manejo de Solos Tropicais, com todas as dificuldades, à época, de se formar um quadro docente com Mestres e Doutores. Desse modo, o referido curso de mestrado permaneceu sendo único por 10 anos, no período de 1984 a 1994, sem conseguir ser reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Como marco histórico, o ensino de pós-graduação "*Stricto Sensu*", na FCAP, teve seu início de fato em 1994, ano em que ocorreu uma forte decisão, por parte da administração superior da FCAP, em fortalecer e consolidar a pós-graduação na instituição, já com vistas a dar início ao atendimento das exigências do Ministério da Educação – MEC, para permanecer como Faculdade e posteriormente poder pleitear uma transformação em "Universidade Especializada", tendo em vista a possibilidade de uma possível transformação da FCAP em "Centro Universitário", modalidade criada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em que, como Faculdade, seria obrigatória as atividades de pesquisa e de extensão e, não somente a ministração do ensino.

Por essa razão a administração central da FCAP, à época, precisava o mais rápido possível consolidar o ensino a nível de mestrado e a pesquisa no âmbito da instituição. Assim, o Professor Fernando Antonio Souza Bemergui, Diretor da FCAP, designou uma Comissão formada por professores mestres e doutores do quadro permanente da FCAP, pesquisadores convidados das instituições parceiras, a Embrapa Amazônia Oriental e o MEPG (CNPq), bem como de um consultor externo, o Professor da Universidade Federal de Viçosa Laércio Couto. Essa Comissão, que foi coordenada pela Professora Irenice Vieira, tinha como missão apresentar uma reestruturação do curso já existente, porém não reconhecido pela CAPES e uma proposta de criação de um novo curso, desta feita na área de Ciências Florestais.

Também, foi apresentado pela Comissão, o Projeto de criação de um novo curso, de Mestrado em Ciências Florestais, com área de concentração em Silvicultura e Manejo Florestal. Assim, os documentos foram encaminhados para a apreciação e análise dos técnicos da CAPES e foram integralmente aprovados. Por outro lado, à época, já havia o desejo de uma possível transformação da FCAP em Universidade, anseio de toda a comunidade fcapeana.

Desse modo, a administração superior da Faculdade, no período 1996 a 2000, durante a gestão do Diretor Paulo Contente, desencadeou um novo esforço, desta feita para consolidar a pós-graduação na FCAP, o que culminou com a consolidação dos cursos de Mestrado recém-criados e aprovados pela CAPES que constituíam o Programa de pós-graduação da instituição.

O primeiro curso se deu mediante parceria entre a FCAP e a Embrapa Amazônia Oriental, com a criação do curso *Stricto Sensu* a nível de doutorado, intitulado Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias, com área de concentração em Sistemas Agroflorestais, o qual iniciou com sua primeira turma, em março de 2001, devidamente aprovado pela CAPES. Também, o curso de Mestrado em Botânica foi aprovado pela CAPES, em 2001, e teve seu início no mesmo ano, desta feita com parceria firmada entre a FCAP e o MPEG.

Desta forma, no mesmo período (1996 – 2000), tanto o aumento do número de cursos de graduação, como a consolidação e ampliação dos cursos de pós-graduação até ao nível de doutorado, e a instalação de uma rede de intranet, interligando todos os departamentos didáticos e administrativos e os principais laboratórios de pesquisa, foram atendidas as maiores exigências para viabilizar a transformação da FCAP para a atual UFRA, que ocorreu em dezembro de 2002, após excelente projeto político-administrativo conduzido pelo Professor Manoel Malheiros Tourinho, Diretor da FCAP à época.

Em 2004, o curso de Doutorado em Ciências Agrárias foi reestruturado, passando sua área de concentração para Agroecossistemas da Amazônia.

Essa situação quanto aos Programas de pós-graduação da UFRA perdurou até o ano de 2009, conforme é apresentado na Tabela 34:

Tabela 34 - Programas de pós-graduação, com suas respectivas áreas de concentração, em 2009

	Programas de Pós-graduação	Nível	Área de Concentração
1	Agronomia	Mestrado	1. Produção Vegetal
			2. Solos e Nutrição Mineral de Plantas
2	Ciências Florestais	Mestrado	1. Manejo Florestal
			2. Silvicultura
3	Botânica	Mestrado	1. Botânica Tropical
4	Ciências Agrárias	Doutorado	1. Agroecossistemas da Amazônia

Fonte: UFRA (2010b)

Ainda, em 2009, foram aprovados pela CAPES dois novos cursos *Stricto Sensu* a nível de Mestrado. O curso de Mestrado em "Aquicultura e Recursos Aquáticos Tropicais", com duas áreas de concentração, em Aquicultura e em Ecologia Aquática e Manejo de Recursos Naturais e, também, o curso de Mestrado em "Saúde e Produção Animal na Amazônia", igualmente com duas áreas de concentração, a primeira em Saúde e Meio Ambiente e a segunda em Produção Animal. Esses cursos só foram iniciados no ano seguinte, 2010, tendo em vista que necessitava ser homologado pelo Conselho Nacional de Educação – CNE.

A UFRA, com vistas a ampliar sua participação no ensino de pós-graduação, buscou parcerias com outras Universidades, detentoras de "Programas de Pós-Graduação" já consolidados e de alta qualificação pela CAPES, e criou, nos anos de 2008 e 2009, dois novos Programas, a nível de doutorado, dentro da proposta de Doutorado Interinstitucional (DINTER/CAPES).

O 1º DINTER, em Medicina Veterinária, em 2008, se deu em parceria com a Universidade Federal Fluminense/RJ, com área de concentração em Higiene e Tecnologia de Produtos de Origem Animal.

O 2º DINTER, em Agronomia, em 2009, teve a parceria com a Universidade Estadual Paulista Júlio

de Mesquita Filho/SP, com área de concentração em Agricultura.

Também, em 2009, com os quatro Programas em execução foram envolvidos 52 professores doutores para atender um contingente de alunos que teve suas entradas nos anos de 2007, 2008 e 2009.

No ano de 2009, a UFRA contava com um total de 205 professores, dos quais 50 % eram doutores e destes 52 participaram dos Programas de Pós-Graduação da instituição.

Em 2010, teve início os dois Programas aprovados pela CAPES, no ano de 2009 e, assim, totalizaram 6 programas de pós-graduação em execução durante o ano de 2010.

Para atender um contingente de 310 alunos que teve suas entradas nos seis Programas, durante os anos de 2008, 2009 e 2010, foram envolvidos diretamente 86 professores doutores nas atividades de pós-graduação.

Também, em dezembro do ano de 2010, a UFRA já contava com 225 professores, portanto 8,7 % a mais do que no ano de 2009. Desses, igualmente, 50 % eram doutores.

Em 2011, foi dada continuidade no mesmo programa do ano anterior, UFRA teve um acréscimo de 4,4 %, no número de docentes que passou para 235, dos quais 57 % (134) detinham o título de Doutor.

Para atender à demanda de um total de 334 alunos de pós-graduação que tiveram entrada nos Programas nos anos de 2009, 2010 e 2011, atuaram 87 professores doutores.

Em 2012, a UFRA apresentou à CAPES a proposta de um novo programa, à nível de Mestrado, intitulado de "Biotecnologia Aplicada à Agropecuária", o qual foi aprovado no mesmo ano, porém teve início com uma turma de apenas seis alunos, uma vez que aguardava a homologação pelo CNE.

Neste ano, participaram diretamente das atividades dos programas de pós-graduação, 87 professores doutores, para atender um contingente de 376 alunos, sendo 266 nos programas de Mestrado e 110 nos Programas de Doutorados, que tiveram suas entradas nos programas nos anos de 2010, 2011 e 2012.

Em 2013, teve início a 2ª turma, desta feita com 21 alunos ingressantes no Programa de "Biotecnologia Aplicada à Agropecuária", com área de concentração em Biotecnologia.

Assim, em 2013, o contingente de alunos ingressantes nos Programas no período de 2009 a 2013, foi de 360, sendo 261 nos Programas de Mestrado e 99 nos Programas de Doutorados.

Em 2014, foram mantidos os mesmos Programas realizados no ano anterior, sendo que os alunos matriculados neste ano foram 259 no Mestrado e 104 nos cursos de Doutorados, totalizando 363 alunos.

A transformação da FCAP em UFRA resultou na ampliação da autonomia universitária. Assim, possibilitou implementar seu Programa de Ampliação e Interiorização, criando cinco *Campi* e inúmeros cursos de graduação em diferentes áreas e não apenas as de Ciências Agrárias, ao mesmo tempo que a UFRA continua a ser, a instituição de referência no ensino superior, pesquisa e extensão em Ciências Agrárias em toda a região Amazônica, especialmente, no Estado do Pará.

No período de 2009 a 2014, a UFRA apresentou um quadro docente dos mais qualificados, em suas áreas de atuação, contando com docentes do quadro permanente e na ativa, incluindo todos os docentes lotados nos *Campi*, entre doutores, mestres e especialistas/graduados, conforme apresentado na Tabela 35.

Tabela 35 - Evolução do quadro permanente de docentes, por qualificação no período 2009 a 2014

Ano	Doutores Qtid.	%	Mestres Qtid.	%	Esp./Grad Qtid.	%	Total
2009	103	49.8	98	47.3	6	2.9	207
2010	113	50.2	106	47.1	6	2.7	225
2011	134	57.0	94	40.0	7	3.0	235
2012	154	61.8	88	35.3	7	2.8	249
2013	168	58.5	111	38.7	8	2.8	287
2014	194	56.1	145	41.9	7	2.0	346

Fonte: UFRA (2015b)

A qualificação dos docentes do quadro permanente da Universidade, aliados a participação de outro contingente de professores do Programa de Visitantes e, também, de pesquisadores de outras instituições parceiras, garante o suporte técnico-científico necessário à consolidação e expansão dos programas de pós-graduação da UFRA, que em resumo, atualmente (2015), é constituído dos cursos apresentados na Tabela 36.

Tabela 36 - Programas de pós-graduação da UFRA (ano-2015)

	Cursos de Pós-graduação	Nível	Ano de início	Área de Concentração.
1	Agronomia	Mestrado Doutorado	1995 2011	1.Agronomia
2	Ciências Florestais	Mestrado Doutorado	1993 2013	1.Ciências Florestais
3	Ciências Biológicas-Tropical	Mestrado	2001	1. Botânica Tropical
4	Ciências Agrárias	Doutorado	2000	1. Agroecossistemas da Amazônia
5	Aquicultura e Recursos Aquáticos Tropicais	Mestrado	2010	1. Aquicultura 2. Recursos Aquáticos Tropicais
6	Saúde e Produção Animal na Amazônia	Mestrado Doutorado	2010 2014	1.Saúde e Meio Ambiente 2. Produção Animal
7	Biotecnologia Aplicada à Agropecuária	Mestrado	2012	1. Biotecnologia
8	Biodiversidade e Biotecnologia- REDE BIONORTE	Doutorado	2012	1.Biodiversidade e Conservação 2.Biotecnologia
9	Residência Médica Veterinária	Especialização	2009	1.Diagnóstico por Imagem 2.Clínica de Animais de Companhia 3.Clínica Cirúrgica de Animais de Companhia 4.Laboratório de Análises Clínicas

Fonte: BRASIL (2015)

ASSESSORIA DE COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL E INTERNACIONAL – ACII

Na gestão do professor Fernando Antonio Souza Bemergui (1992-1996), a FCAP encontrava-se em uma fase de consolidação dos cursos de pós-graduação, especialmente, o recém-criado curso de mestrado em Ciências Florestais. Deste modo, a FCAP assinou convênio com a Universidade Técnica de Dresden, Alemanha, através de uma cooperação técnico-científica, onde os professores alemães participavam ministrando aulas no curso de mestrado e os concluintes e/ou professores da FCAP iam até Dresden para realizar seus cursos de doutorado.

Na gestão do Professor Manoel Malheiros Tourinho (2000-2005) foi criado o Escritório de Cooperação Internacional - ECI, dirigido pelo professor Max Steinbrenner. O professor Max exercia suas atividades na FCAP como parte das atividades do convênio com a universidade de Dresden.

Com a transformação da FCAP em Universidade Federal Rural da Amazônia e com o objetivo de promover o estreitamento das relações entre a UFRA e outras instituições de pesquisa e ensino, tanto nacionais quanto internacionais, a fim de produzir conhecimento de ponta, assim como aperfeiçoar a formação dos docentes, discente e técnico-administrativos, o ECI foi transformado em Assessoria de Cooperação Interinstitucional e Internacional - ACII/UFRA, a qual, também, foi dirigida inicialmente pelo Dr. Max Steinbrenner, que passou à condição de Assessor Especial da Reitoria, com o término do convênio com a Universidade de Dresden.

A ACII/UFRA foi criada com a atribuição de articular-se com organismos do país e do exterior, no sentido de estabelecer mecanismos de cooperação mútua com a Universidade, com vistas ao desenvolvimento de projetos e parcerias no campo do ensino, da pesquisa e da extensão. Para isso, as principais atividades desenvolvidas pela ACII/UFRA são:

- Orientação, tramitação e acompanhamento dos documentos de cooperação firmados entre a UFRA e instituições nacionais e internacionais;
- Atendimento a alunos, professores e pesquisadores de outras instituições internacionais interessados em estudar, desenvolver pesquisas ou outras atividades de caráter acadêmico-científico na UFRA;
- Divulgar as oportunidades acadêmicas internacionais junto à comunidade universitária;
- Conduzir o processo de internacionalização na UFRA, como estratégia de crescimento institucional e de qualificação das atividades acadêmicas.

O Dr. Max Steinbrenner ficou à frente da cooperação internacional da UFRA no período de 2000 a 2007. Nesse período as principais ações desenvolvidas pela ACII foram: a) Projeto ForLive; b) Rede UNAMAZ. O primeiro tratava-se de uma cooperação técnico-científica nos moldes do convênio com Dresden, enquanto que o segundo, se dedicava a uma rede de cooperação internacional entre as Universidades da Região Amazônica Sul-americana.

No Início de 2007, o professor Marcel do Nascimento Botelho assumiu a ACII e ficou no cargo até julho de 2008. Durante este período foi dada à continuidade da participação da UFRA na rede UNAMAZ, com o fomento ao intercâmbio de professores, técnicos e estudantes. Ainda neste período foram assinados dois convênios de cooperação internacional: (a) Convênio CAPES/FIPSE, entre a UFRA, UFLA e duas universidades dos EUA: Northern Michigan University e Western Illinois University. Este convênio, coordenado pelo professor Antônio Cordeiro de Santana, possibilitou o intercâmbio de 15 estudantes brasileiros e 10 estudantes dos EUA, além da participação de professores em projetos de pesquisa e extensão; (b) Convênio BRAFAGRI, entre a UFRA, PUC-PR, UFRJ e quatro universidades francesas, coordenado pelo professor Cristian Faturi que, também, possibilitou o intercâmbio de estudantes e professores entre as universidades parceiras.

Em agosto de 2009 assumiu a Assessoria Internacional o Professor Hugo Alves Pinheiro, o qual deu continuidade as ações dos convênios com os EUA e França e, posteriormente, credenciou a UFRA como universidade participante do Programa Ciências sem Fronteiras, do Ministério da Educação/MEC/Governo Federal. Por meio deste programa foram criadas inúmeras possibilidades para o intercâmbio de estudantes e professores para as mais diversas universidades nos países conveniados. Em 2013, ainda na gestão do Professor Hugo, a UFRA aderiu ao Programa Inglês sem Fronteiras, o qual alguns anos após, passou a se chamar Programa "Idiomas sem Fronteiras" (Programa IsF), também vinculado ao MEC/Governo Federal. Por meio do Programa IsF, os alunos de graduação e pós-graduação e os servidores técnicos e docentes da UFRA, podem realizar gratuitamente o exame TOEFL-iTP, que avalia a proficiência em língua inglesa, bem como podem se candidatar a cursos de língua inglesa on-line (My_English _On-line) e cursos presenciais, este último restrito ao *Campus* Belém. Entre 2009 e 2013, também foram assinados diversos convênios com o Santander Universidades (Banco Santander S.A.) disponibilizando à comunidade acadêmica cursos on-line de inglês e espanhol e programas de intercâmbio nacionais e internacionais, com destaque para o Programa Top Espanha sempre muito concorrido.

A partir de novembro de 2013 até (outubro de 2015), a Assessoria de Cooperação Interinstitucional e Internacional – ACII/UFRA, passou a ser coordenada pelo professor Adriano Marlison Leão de Sousa, que desenvolveu importantes ações que culminaram com vários acordos de Cooperação Internacional firmados mediante a ACII/UFRA com Universidades e outros órgãos de oito países, conforme é discriminado na Tabela 37 a seguir:

Tabela 37 - Acordos de Cooperação Internacional assinados com a UFRA, mediante a ACII/UFRA - Agosto de 2015

PAÍS	UNIVERSIDADE	VIGÊNCIA	OBJETO
China	Southwest University of Science and Technology	--	--
Portugal	Universidade do Porto	07/05/2012-2016	Cooperação técnico-científica
Japão	Tokyo University of Agriculture (NODAI)	07/03/2013-2018	Atividades de Pesquisa, intercâmbio de docentes e discentes
Estados Unidos	Universidade da Georgia	06/07/2013-2017	Cooperação educacional e de pesquisa (MoU)
Estados Unidos	Old Dominion	2013-2017	Cooperação técnica, científica, educacional e cultural (GC)
Noruega	Universidade de Oslo	29/11/2013-2018	Consórcio: Pesquisa aplicada e básica. Membros: Oslo, Hydro, UFRA, UFPA, MPEG
Japão	ITTO	Assinado em março/2014	Funpea, UFRA, ITTO
Chile	Universidad de Talca	02/12/2014-vigente	Cooperação acadêmica, intercâmbio de docentes/ pesquisadores
França	Conservatoire National des Arts et Métiers	2014-2017	Cooperação técnica, científica, educacional e cultural (GC)

Fonte: UFRA (2015 a)

A ACII/UFRA, também, desenvolve ações que possibilitam a participação de estudantes da UFRA em Programas de Intercâmbio, tais como:

Programa Ciência Sem Fronteiras

Este Programa busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI e do Ministério da Educação – MEC, por meio de suas respectivas instituições de fomento CNPq e CAPES, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC.

Na UFRA, foram disponibilizadas 111 bolsas, desde 2012, tendo como principal destino universidades renomadas nos Estados Unidos, Canadá, Austrália, Portugal, França, China dentre outros.

Programa Santander Universidades

- Top Espanha: possibilita aos alunos selecionados a oportunidade de aprendizado e/ou aprofundamento de conhecimentos da língua e cultura espanhola por meio de um curso de curta duração (3 semanas) de idiomas e cultura na Universidade de Salamanca, na Espanha.

ANO	QUANTIDADE
2013	03
2014	03
2012	02

- Ibero-Americanas graduação: contribui para a qualidade da formação acadêmica dos estudantes da UFRA por meio da mobilidade estudantil internacional por um período máximo de 01 (um) semestre acadêmico, sem prorrogação.

ANO	QUANTIDADE	PAÍS	UNIVERSIDADE
2013	03	Portugal	Universidade do Porto
2014	05	Portugal	Universidade do Porto
2016	05	...	A definir

- **Programa de Bolsas de Mobilidade Acadêmica Regional:** mobilidade regional de alunos graduandos de instituições de ensino brasileiras conveniadas ao Santander Universidades.

ANO	QUANTIDADE
2015	03

- **Programa de Bolsas de Mobilidade Internacional Livre para Professores:** mobilidade internacional para professores com objetivo de propiciar uma visita técnica de professores da UFRA à Universidades no exterior por um período mínimo de duas semanas

ANO	QUANTIDADE
2015	03

- **Programa de Bolsas de Mobilidade de Jovens Professores e Pesquisadores:** Visa propiciar e contribuir através da mobilidade de jovens professores e pesquisadores de instituições de ensino brasileiras, portuguesas, espanholas, argentinas, chilenas, colombianas, mexicanas, porto-riquenhas e uruguaias a incrementar a qualidade e aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores das instituições de ensino participantes, por um período de 2 (dois) meses.

ANO	QUANTIDADE
2015	03

- **Program International Students Summit (ISS):** Tem por objetivo contribuir para a formação do estudante, através da participação em evento internacional, trazer visibilidade internacional para a UFRA e estreitar as relações com a Universidade de Agricultura de Tóquio.

ANO	QUANTIDADE	PAÍS	UNIVERSIDADE
2014	01	Japão	Universidade de Agricultura de Tóquio
2015	01	Japão	Universidade de Agricultura de Tóquio

A UFRA também recebe alunos estrangeiros para intercâmbios de curta duração. Em 2014 a Instituição recebeu um grupo de 10 alunos da Universidade de Agricultura de Tóquio e em 2015 um grupo de 24 estudantes da Universidade de Michigan (EUA).

AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA DA UNIVERSIDADE

A UFRA experimentou, na última década e especialmente nestes últimos anos, notável expansão de sua estrutura física, tanto na área do *Campus* Belém e dos *Campi* Capitão Poço, Parauapebas, Paragominas. Capanema e Tomé-Açu, como em algumas de suas Bases Físicas, a exemplo da Fazenda Escola de Igarapé-Açu e da Estação Experimental de Piscicultura de Água Doce de Castanhal.

O fortalecimento dessa infraestrutura está representada, principalmente, por prédios para abrigar as novas necessidades criadas pela implantação da Universidade, em 2002, o que exigiu espaços para os serviços administrativos e acadêmicos que foram estabelecidos pela expansão dos cursos de graduação e pós-graduação no *Campus* Belém, em decorrência dos novos segmentos de graduação, cujo número foi aumentando significamente como, também, dos cursos de pós-graduação que surgiram como uma imposição natural da missão institucional da Universidade recém-criada, perante a comunidade regional, além dos cursos nos *Campi* interiorizados.

O *Campus* Belém, que já tinha uma infraestrutura de prédios e instalações que o configurava como um dos mais completos *Campus* das universidades brasileiras, adquiriu uma formidável situação quanto a construções de prédios e reformas de caráter geral de várias dependências e, no que se refere à construções, foram feitas com projetos mais ousados em termos de arquitetura, em contraste flagrante com os projetos das construções antigas, acanhados e sem nenhuma beleza arquitetônica, o que é fácil observar em breve visita na área do *Campus*, onde se destacam os prédios construídos ou em final de construção, com visual agradável aos olhos e de alta racionalidade quanto a destinação para a qual foram designados, como os "endereços" dos diversos cursos que foram criados após a transformação da FCAP em Universidade, em dezembro de 2002.

Com relação aos *Campi*, tanto os mais antigos, como os credenciados mais recentemente pelo Conselho Nacional de Educação, todos eles dispõem de infraestrutura física para fins administrativos, acadêmicos e operacionais, construída a partir de projetos arquitetônicos bem elaborados e de grande beleza visual.

Em todos os *Campi* foram construídos prédios, de concepção moderna e racional, destinados à salas de aula, gabinete de professores, laboratórios, sanitários masculinos, femininos e especiais, copa e cozinha, instalações administrativas e muitas outras dependências, além de garagem para viaturas e implementos, bem como, em alguns *Campi*, instalações agrícolas para fins didáticos e de pesquisa.

OS *Campi*

As diversas funções desenvolvidas pelos *Campi*, como as de ensino, atividades administrativas e as ações em proveito da comunidade, que são próprias da missão institucional da Universidade, estão distribuídas, em cada *Campi* ou nas Bases Físicas, em próprios independentes, de tal forma que, por exemplo, nos *Campi* interiorizados existam, pelo menos três blocos de prédios perfeitamente equipados com instrumental específicos aos fins a que cada uma se destina.

O fortalecimento da infraestrutura física da Universidade teve extraordinário crescimento nos anos mais recentes, especialmente na administração do Prof. Sueo Numazawa, como Reitor eleito e reeleito em mandato subsequente, a partir de 2009, além de ter sido operoso Vice-Reitor, na administração do Prof. Marco Aurélio Leite Nunes, no período 2005 – 2009, que dedicou grande parte de seus esforços de gestão para conseguir em Brasília, junto à Secretaria de Ensino Superior do MEC, recursos para construção de prédios que a Universidade necessitava e era carente, como os "endereços" dos cursos de graduação, além de buscar recursos financeiros de entidades parceiras, como a Secretaria de Agricultura do Pará, o FINEP, o Ministério da Justiça, o CNPq, a CAPES, o Programa LBA, empresas privadas e outras, para a viabilização de construções de infraestrutura para a implantação de projetos de pesquisas que são desenvolvidos pela instituição. A seguir são apresentados os prédios construídos no período aproximado de 10 anos, tanto no *Campus* Belém, como nos *Campi* e nas Bases Físicas.

Campus Belém

O *Campus* Belém da UFRA, em Belém, situa-se na Av. Perimetral, no bairro da Terra Firme, tendo seu pórtico principal voltado para a pista de rolamento da avenida no sentido da UFPA à Embrapa (Figura 55).

Figura 55 - Monumento comemorativo dos 50 anos da FCAP em frente à entrada principal do *Campus* Belém

Fonte: ASCOM

Prédio da Reitoria

A Universidade, desde ao tempo de suas duas antecessoras, não teve instalações adequadas para abrigar as antigas Diretorias da Instituição, como a atual Reitoria da Universidade, que ocupa um gabinete, relativamente amplo, conjugado com sala de reuniões, no prédio denominado de administrativo.

Todavia, não são instalações compatíveis com o nível da função de uma Universidade, levando a que se perca a majestade que a instituição desfruta no cenário das entidades de educação superior da nação.

A direção da UFRA obteve do MEC, em Brasília, recursos financeiros para a construção do Prédio da Reitoria, de acordo com projeto arquitetônico em que foram contempladas com áreas físicas, todas as atividades da Reitoria, e, também, a de representação funcional da Universidade e de seu titular, o Magnífico Reitor.

Feita a licitação e iniciada a construção em área nobre da Universidade, a obra foi paralisada em decorrência de ação judicial de uma das empresas participantes do processo licitatório, insatisfeita com a interpretação de alguns itens do Edital.

Decorridos cerca de 15 meses, a construção do prédio da Reitoria está prevista para ser reiniciada, em futuro próximo, com as seguintes dependências, em quatro pavimentos, totalizando uma área construída de 3.582,65 m² (Figura 56) assim distribuídas:

- pavimento térreo (1079,19 m²): Recepção, sala dos Conselhos, Protocolo, Secretaria, Ouvidoria, sala de fotocópias, Central telefônica, Sanitários, Copa e Sala técnica;
- segundo Pavimento (808,97 m²): Salas da PROPED, Salas da PROGEP, Arquivo permanente, auditoria Externa, Depósito de Material de Limpeza-DML, Copa e Sanitários;
- terceiro Pavimento (808,97 m²): Salas da PROPLADI, salas da PROEX, Salas da Audin, Arquivo Permanente, Memorial UFRA, DML, Copas, Sanitários e Depósitos;
- quarto Pavimento (808,97 m²): Salas do Reitor, salas da ASCOM, Assessorias, Secretaria, Arquivo Permanente, DML, Copas, Sanitários e Depósitos.
- reservatório (76,55 m²): Reservatórios superiores e Casa de Máquinas.

Figura 56 - Maquete das futuras instalações da Reitoria da UFRA

Fonte: ASCOM

Laboratório de Tecnologia da Madeira

A Universidade sempre foi uma área de excelência em Ciências Florestais, notadamente, no setor de tecnologia, onde dispõe de profissionais competentes e professores dedicados, bem como de pesquisadores que, também, são integrantes da carreira docente, o que otimiza o conhecimento dos discentes do curso de Engenharia Florestal, dotando-os do saber indispensável ao desempenho, com bom aproveitamento, no mercado de madeira, de grande repercussão econômica regional.

Hoje, a Universidade dispõe de um prédio com expressiva área de ocupação, construído segundo projeto elaborado cumprindo os mais exigentes requisitos para o fim a que se destina, e que está localizado próximo a área denominada de Zootecnia, dotado de modernos equipamentos de tecnologia da madeira, que serve não só a parte acadêmica do curso de graduação, como para pesquisas de diversos assuntos que envolvem a anatomia, a identificação dendrológica, a secagem da madeira, a exploração florestal, em seus vários aspectos, o que constitui atividade de grande desenvolvimento regional na incipiente economia estadual.

O prédio do Laboratório de Tecnologia da Madeira – LTM (Figura 57), dispõe das seguintes dependências:

- 2 salas de aulas;
- 5 laboratórios (Tecnologia da madeira, Dendrologia, Secagem da madeira, Herbário, Anatomia da madeira);
- 12 gabinetes de professores;
- 1 secretaria;
- 1 copa-cozinha;
- sanitários masculinos e femininos;
- áreas de circulação.

Figura 57 – Vistas lateral e frontal do prédio do Laboratório de Tecnologia da Madeira – LTM

Fonte: ASCOM

Pavilhão de Salas de Aulas

Com recursos descentralizados da Secretaria de Ensino Superior do MEC, a Universidade conseguiu dotações para construção de um pavilhão de salas de aula, em imponente prédio levantado às proximidades do portão principal, o que facilitará enormemente o acesso dos alunos às salas de aula, pois não necessitarão utilizar dos ônibus "*Bagé*", para alcançar o local onde receberão os ensinamentos dos docentes.

O pavilhão de salas de aula (Figura 58) é composto de dois blocos, com dois andares cada um, totalizando 22 salas de aula, 1 Laboratório de Informática, 1 Auditório de regular tamanho, bem como dependências para o setor de administração e manutenção do prédio, copa cozinha e sanitários masculinos e femininos.

Esse pavilhão dispõe, também, em área lateral, um estacionamento para carros e outras viaturas, com capacidade para 75 carros, em áreas balizadas.

Figura 58 - Vistas frontal e lateral do pavilhão de salas de aula

Fonte: ASCOM

Prédio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAES

As Pró-Reitorias da Universidade ocuparão em futuro próximo, prédios exclusivos para suas instalações, a exceção de duas que ficarão alojadas no futuro prédio da Reitoria.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAES, funciona de forma provisória, em um prédio que foi construído para o Setor de Acessibilidade da Universidade (Figura 59), unidade que vem prestando

inestimáveis serviços à comunidade e, particularmente, aos discentes de todos os cursos de graduação, localizado na área nova da Zootecnia, dispondo de quatro salas, sanitários masculinos e femininos e copa-cozinha.

Figura 59 - Prédio do Setor de Acessibilidade onde funciona a PROAES

Fonte: ASCOM

Prédio do Centro de Pesquisas em Caprinos e Ovinos do Pará – CPCOP

O Centro de Pesquisas em Caprinos e Ovinos do Pará – CPCOP foi construído com recursos do Convênio firmado entre a Universidade e a Secretaria de Agricultura do Estado do Pará.

O Centro dispõe de área própria, especialmente cedida para o prédio que serve de instalação do Centro de Pesquisas, dispondo das seguintes dependências:

- 1 laboratório de tecnologia de sêmen;
- 1 laboratório de tecnologia de embrião;
- 1 sala para a coordenação do Centro;
- 1 secretaria;
- 1 sala de coleta;
- 1 câmara fria
- banheiros masculinos e femininos;
- copa-cozinha.

Além dessas instalações, mais dedicadas, especialmente, a parte de pesquisas laboratoriais, o Centro dispõe, ainda, de dois apriscos, e mais sete piquetes de pastagem, cercados com arame farpado (Figura 60).

Figura 60 - Instasalações do Centro de Pesquisas em Caprinos e Ovinos do Pará – CPCOP

Fonte: ASCOM

Prédio da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP

O Prédio dessa Pró-Reitoria constitui um único bloco, no conjunto das demais dependências administrativas da universidade e composta de cinco salas, copa e cozinha e sanitários masculinos e femininos, com uma secretaria de atendimento aos demandantes.

No momento o prédio está sendo ampliado (Figura 61), com a construção de mais três salas, para atender as necessidades administrativas da Pró-Reitoria.

Figura 61 - Vista do prédio da PROGEP, com área de ampliação

Fonte: ASCOM

Prédio da Superintendência do Patrimônio

Para atender as exigências da atividade patrimonial, principalmente de material permanente que é adquirido e, também, solicitação frequente das auditorias externas que são procedidas, foi construído um amplo galpão pré-moldado para abrigar a Superintendência de Patrimônio da Universidade, de construção moderna e funcional (Figura 62).

Figura 62 - Galpão pré-moldado da superintendência do patrimônio

Fonte: ASCOM

Casa de Força

Também foi construída, nos anos mais recentes, uma instalação para servir de Casa de Força (Figura 63), onde está localizada a subestação de energia, que atende a todos os imóveis que estão na área do prédio administrativo e outros próprios da Universidade.

Figura 63 - Casa de força do *Campus* Belém

Fonte: ASCOM

Ampliação do Prédio da Reitoria

Para abrigar com maior conforto a Vice-Reitoria e a Procuradoria que foi instalada na Universidade, o prédio onde estão localizadas essas unidades passou por uma ampliação (Figura 64), que contemplou a construção de mais duas salas.

Figura 64 - Vista do prédio atual da Reitoria onde funciona a Vice-Reitoria e a Procuradoria

Fonte: ASCOM

Prédio da Divisão de Capacitação e Desenvolvimento – DCAD

A capacitação dos servidores da Universidade constitui-se preocupação permanente dos gestores da Universidade.

Hoje essa atividade, vinculada à Pró Reitoria de Pessoas, dispõe de um prédio próprio, de um único pavimento, localizado na área do conjunto de prédios que fica à margem da pista que liga o Portão Principal ao Prédio Central, juntamente com outros imóveis de destinação acadêmica e profissional.

O prédio da DCAD (Figura 65), tem duas salas amplas, onde são realizados cursos e treinamentos de servidores, 1 sala de administração da Divisão, 1 laboratório de Informática, 1 sala para o Setor de Direitos e Deveres, 1 sala para Ouvidoria, sanitários masculinos e femininos, copa-cozinha e hall de entrada.

Figura 65 - Prédio da Divisão de Capacitação e Desenvolvimento – DCAD

Fonte: ASCOM

Prédio do Núcleo de Ensino à Distância – NEAD

A UFRA está se organizando para oferecer ensino à distância, não só em cursos de graduação como, também, de pós-graduação, especialmente em nível de especialização.

Para tanto, dotou o *Campus* Belém de instalações físicas adequadas às finalidades de ensino à distância, com a construção de um prédio, de um só pavimento, de arquitetura moderna e funcional, que se encontra em plena operação.

O prédio onde funciona o NEAD (Figura 66), dispõe das seguintes dependências:

- 7 salas;
- 1 estúdio;
- 1 laboratório de Informática;
- 1 sala de criação;
- 1 sala para material de gravação;
- 1 amplo banheiro unissex;
- 1 banheiro acessível para deficientes físicos;
- hall de entrada.

O prédio do NEAD foi concluído em dezembro de 2012.

Figura 66 - Prédio do Núcleo de Ensino à Distância – NEAD

Fonte: ASCOM

Central de Docentes I

Em dezembro de 2008 foi concluído a Central de Docentes I do *Campus* Belém, prédio com dois pavimentos, de projeto arquitetônico bonito e funcional, com acabamento de primeira qualidade, parcialmente empastilhado de coloração verde, que destacou de maneira acentuada a beleza do imóvel.

A Central de Docentes I possui 30 gabinetes de professores e técnicos, sendo que algumas salas são ocupadas pela Comissão Permanente do Pessoal Docente (3 salas), 1 sala pela Auditoria Interna, 2 para a Revista de Ciências Agrárias, inclusive a secretaria, 1 sala destinada à Assessoria Internacional, copa-cozinha, sanitários masculinos e femininos e hall de entrada (Figura 67).

A Central de Docentes I dispõe de um estacionamento para 24 vagas que atende, também, os usuários do DCAD.

Figura 67 - Prédio da Central de Docentes I

Fonte: ASCOM

Prédio do Curso de Engenharia Ambiental e Energias Renováveis

O Curso de Graduação de Engenharia Ambiental e Energias Renováveis, um dos mais novos da Universidade, possui um prédio de dois pavimentos, com projeto arquitetônico obedecendo a mesma linha dos demais prédios que foram construídos mais recentemente. Fica localizado em área que se estende logo após a Prefeitura do *Campus* Belém, em frente ao campo de futebol de lazer dos funcionários, no aglomerado de prédios onde se localizam a chefia do Setor de Transporte e outras unidades.

O prédio do Curso de Engenharia Ambiental e Energias Renováveis (Figura 68) possui nos dois pavimentos as seguintes dependências:

- 4 salas de aulas;
- 18 gabinetes de professores;
- 8 laboratórios acadêmicos;
- 4 banheiros, sendo 1 deles acessível para deficientes físicos;
- 1 sala para secretaria do curso;
- hall de entrada.

Figura 68 – Vistas do prédio do Curso de Engenharia Ambiental e Energias Renováveis

Fonte: ASCOM

Prédio do Centro de Apoio à Pesquisa e Pós-Graduação

Para assegurar uma infraestrutura de apropriada à pesquisa desenvolvidas pelos cursos de pós-graduação, a instituição obteve recursos financeiros da Financiadora de Estudos e Projetos para construção de um prédio, o Centro de Apoio à Pesquisa e Pós-Graduação, que conta com as seguintes dependências:

- 4 laboratórios de pesquisas;
- 3 banheiros: sendo um masculino, outro feminino e um para portadores de necessidades especiais;
- 3 salas de aulas de pós-graduação;

- 10 gabinetes de professores;
- 1 auditório com capacidade para 70 pessoas;
- hall de entrada;
- copa-cozinha.

O prédio está em final de construção (Figura 69) e em pendência administrativa com o órgão financiador.

Figura 69 - Prédio do centro de pesquisa e pós-graduação

Fonte: ASCOM

Passarela Ligando o Prédio Central ao Restaurante Universitário

Em razão do *Campus* Belém está sujeito a fortes chuvas, principalmente durante a quadra invernosa, que vai de dezembro à maio do ano seguinte, situação que dificulta o acesso ao Restaurante, a UFRA construiu uma passarela de excelente qualidade, em piso de cimento e cobertura de alumínio revestido por borracha, o que lhe permite a característica de ser termo-acústica, ligando o Prédio Central Professor Rubens Lima, onde existe uma expressiva concentração de estudantes, ao novo restaurante, com o fim de protege-los das precipitações pluviométricas que, porventura, aconteçam durante o horário do almoço. A passarela (Figura 70) tem as dimensões de 144 m x 4,71 m (678,28 m²) e é bastante utilizada pelos estudantes.

Figura 70 - Vistas da passarela que liga o prédio central ao restaurante

Fonte: ASCOM

Terminal de Ônibus

No portão principal não havia nenhum abrigo para proteger os estudantes e os usuários do *Campus* Belém, da inclemência do clima da capital paraense, de sol forte e temperaturas altas, intercalados por chuvas intensas, principalmente durante o chamado "inverno amazônico". Todos os usuários ficavam à mercê dos intemperes, à espera do ônibus Bagé.

Em razão disso, a administração da Universidade construiu um abrigo (Figura 71) funcional e amplo para agasalhar os usuários enquanto esperam os ônibus que percorrem o *Campus* Belém, oferecendo um conforto razoável, tão logo desembarcam das linhas de ônibus regulares que acessam a Universidade, através da Av. Perimetral, hoje completamente revitalizada com a construção de duas pistas de rolamento, tanto no sentido UFRA-EMBRAPA como no sentindo inverso.

Figura 71 - Vistas do terminal do ônibus "Bagé" no portão principal do *Campus* Belém

Fonte: ASCOM

Restaurante Universitário

O Restaurante Universitário da Escola de Agronomia da Amazônia – EAA foi instalado em setembro de 1967, e não foi possível precisar quantas refeições fornecia diariamente. Em 1985, um dado confiável destacava a quantidade de 100 refeições por dia no almoço, única refeição que era disponibilizada naquela oportunidade.

Em dezembro de 2014, essa quantidade elevou-se para 500 refeições dia, no almoço, quantidade ainda insuficiente para atender a demanda sempre crescente de estudantes, especialmente em razão do custo zero para os alunos.

Não havia, porém, condições de crescimento da oferta, em virtude das instalações não permitirem essa providência.

Desse modo, a Direção da Universidade conseguiu recursos descentralizados da Secretaria de Ensino Superior do MEC, em Brasília, para construir um novo restaurante, dotado de todo o conforto e atendendo todas as exigências de funcionamento de um estabelecimento do gênero, em prédio de excelente aspecto e bastante funcional, bem como todos os equipamentos de cozinha industrial, para fornecimento de 1500 refeições/dia.

O novo restaurante universitário (Figura 72) está sendo equipado, com previsão de abertura no 2º semestre de 2017, em razão das dificuldades financeiras que vem afligindo as unidades do Ministério da Educação e as demais do governo federal, pela reconhecida crise econômica que atravessa o país.

Figura 72 - Restaurante Universitário - prédio novo

Fonte: ASCOM

Reforma e Ampliação do Prédio Ocupado pela FUNPEA

A Fundação de Apoio à Pesquisa, à Extensão e ao Ensino em Ciências Agrárias – FUNPEA, entidade importante para os objetivos da Universidade, encontra-se instalada no *Campus* Belém, em prédio pertencente à UFRA, com a qual mantém contrato para ocupação.

No passado a FUNPEA ocupava instalações acanhadas para atender aos seus objetivos, razão pela qual teve acrescido mais um imóvel da UFRA, localizado ao lado da antiga sede, o que lhe permitiu dispor de dependências amplas e adequadas ao seu pessoal técnico-administrativo.

Também, em 2014/2015, as instalações da FUNPEA sofreram ampla reforma (Figura 73), inclusive pintura interna e externa, o que resultou em mais conforto e segurança do imóvel e uma sede compatível com as funções de apoio que exerce junto à Universidade.

Figura 73 - Sede da Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias reformada e ampliada

Fonte: ASCOM

Centro de Tecnologia Agropecuária – CTA

Recentemente a UFRA construiu um prédio para alojar o Centro de Tecnologia Agropecuária – CTA, unidade acadêmica e científica da mais alta importância para os objetivos institucionais da Universidade, vinculada ao ISARH.

O Prédio do CTA dispõe das seguintes dependências, em dois pavimentos (Figura 74):

- 3 laboratórios de pesquisas;
- 8 gabinetes de professores;
- 3 banheiros: masculino, feminino e para portadores de necessidades especiais;
- 1 sala de secagem de plantas;
- 1 câmara frigorífica;
- 1 estacionamento de 24 vagas, comuns ao prédio de Libras e de Engenharia de Pesca.

Figura 74 - Prédio do Centro de Tecnologia Agropecuária – CTA

Fonte: ASCOM

Centro de Qualidade e Monitoramento Ambiental – CQMA

A Universidade tem concentrado grande parte dos seus esforços institucionais ao estudo do meio ambiente, em consonância com o despertar da consciência para essa importante matéria em todo o mundo, especialmente por parte dos governos mais desenvolvidos do planeta, sobretudo os Estados Unidos da América, a República da China e os situados no velho continente europeu.

A contribuição da UFRA tem se manifestado positivamente, inclusive com a criação do curso de graduação em Engenharia Ambiental, instalado em "endereço" próprio que vai preparar mão de obra profissional nas questões de meio ambiente, com um suporte natural e científico para estudos dos grandes problemas que vem afetando o meio ambiente, sobretudo na Amazônia, em razão do alto índice de desmatamento que tem sido imposto às nossas florestas, com graves riscos para a sobrevivência das gerações futuras.

Por outro lado, com o objetivo de dotar as pesquisas da Universidade sobre o meio ambiente e aprofundar o estudo sobre a matéria, a direção da Universidade pleiteou e conseguiu do FINEP financiamento, a fundo perdido, do prédio do Centro de Qualidade e Monitoramento Ambiental, que vai abrigar, em ótimas condições, os pesquisadores desse importante setor e proporcionar infraestrutura física e instrumental para garantir o êxito das pesquisas que serão realizadas e o aperfeiçoamento dos estudos sobre todos os aspectos do meio ambiente, especialmente da região amazônica.

O prédio do Centro de Qualidade e Monitoramento Ambiental está em fase final de construção (Figura 75), necessitando de pequenos arremates. Constituído de um pavimento, está localizado ao lado do prédio do Curso de Engenharia Ambiental e Energias Renováveis, com projeto arquitetônico quase idêntico ao "endereço" do referido curso de graduação, dispondo das seguintes instalações:

- 5 laboratórios de pesquisas;
- 1 auditório para 100 pessoas;
- 1 secretaria;
- 1 copa-cozinha;
- 3 sanitários: masculino, feminino e para portadores de necessidades especiais.

Figura 75 - Prédio do Centro de Qualidade e Monitoramento Ambiental – CQMA

Fonte: ASCOM

Central de Docentes II

O prédio do Centro de Docentes II localizado ao lado do prédio de Aquicultura Tropical é basicamente destinado a gabinetes de docentes do curso de Engenharia de Pesca da Universidade.

O prédio é construído em um único pavimento e dispõe das seguintes instalações (Figura 76):

- 14 gabinetes para professores;
- 1 copa-cozinha;
- 3 sanitários: masculino, feminino e para portadores de necessidades especiais;
- hall de entrada.

Figura 76 - Central de Docentes II

Fonte: ASCOM

Laboratório de Aquicultura Tropical

O curso de Engenharia de Pesca dispõe de um prédio próprio, que abriga o Laboratório de Aquicultura Tropical, onde são desenvolvidas várias pesquisas, com espécies de peixes de água doce e salgada, em laboratórios apropriados para pesquisas acadêmicas.

O Prédio do Laboratório de Aquicultura Tropical (Figura 77) contém as seguintes dependências, todas equipadas com material necessário aos fins para os quais se destinam:

- 3 laboratórios;
- 1 área úmida;
- 12 tanques de alvenaria para pesquisas de organismos aquáticos.

Figura 77 - Laboratório de Aquicultura Tropical

Fonte: ASCOM

Ampliação da Biblioteca Central

A Biblioteca Lourenço José Tavares Vieira da Silva, conhecida como Biblioteca Central, é de construção bastante antiga, desde o tempo da EAA, com mais de 40 anos de existência.

Por essa razão, apesar de ter atendido, de modo satisfatório os interesses da comunidade acadêmica e estudantil da Universidade, a Biblioteca já estava visivelmente acanhada para suprir a demanda por seus serviços, principalmente com a criação da Universidade, em dezembro de 2002, e a natural expansão dos cursos de graduação que aconteceu no *Campus* Belém, e a guarda do valioso acervo bibliográfico em Ciências Agrárias, que se avolumava, não só em decorrência da criação de novos cursos, como pelo fortalecimento das atividades de pesquisa da Instituição. Esse crescimento foi acentuado, o que demandava a busca de bibliografia atualizada por parte dos pesquisadores e, também, do quadro docente da Universidade, que experimentou, nestes últimos anos, uma elevação expressiva de professores, cujo total atinge, hoje, mais de três centenas.

A Biblioteca Central, igualmente, não dispunha de salas de consultas em número suficiente para atender a demanda dos usuários que aumentava a cada semestre, na medida em que a Universidade ampliava a oferta à comunidade interna de seus serviços, no campo do ensino, da pesquisa e da extensão, que constituem os pilares da missão institucional, além do fato das salas então existentes não serem dotadas de todo o conforto, principalmente o ambiental, quando os usuários realizavam as consultas, em um patrimônio bibliográfico já completamente informatizado.

A Biblioteca Central representa uma das ferramentas mais importantes da educação, com grande parcela de responsabilidade com a qualidade do ensino, meta que a instituição persegue de forma permanente durante toda a sua existência e, principalmente, na área de Ciências Agrárias, em que a tecnologia resultante de pesquisas avançadas são estabelecidas de forma bastante rápida, rapidez que a burocracia estatal não consegue acompanhar, o que provoca a existência de vazios tecnológicos difíceis de serem ocupados, determinando atrasos no repasse de ensinamento e de saber aos educandos.

Assim, a direção da UFRA conseguiu recursos financeiros para a ampliação da Biblioteca Central, com a construção de instalações logo atrás do prédio antigo, com um projeto arquitetônico ousado, prédio esse dotado de todos os requisitos indispensáveis a uma moderna ocupação para esse tipo de empreendimento, já totalmente concluído e ocupado.

Para se ter ideia dessa ampliação, destaca-se o fato de que teve uma expansão de área construída maior do que a área da Biblioteca antiga, o que indica a importância dessa atividade por parte dos dirigentes da Universidade que administra o estabelecimento à época em que se deu a decisão de ampliação da Biblioteca Central.

O prédio que compõe a ampliação da Biblioteca Central (Figura 78), dispõe das seguintes dependências, em dois pavimentos:

- sala de periódicos;
- refeitório;
- sala de Depósito de Material de Limpeza;
- almoxarifado;
- cabines de leitura individual;
- cabines de leitura coletiva;
- poço de elevador;
- banheiros masculino, feminino e para portadores de necessidades especiais;
- laboratório de informática;
- sala de multimídia;
- sala de reuniões;
- sala de técnicos;
- auditório com capacidade para 96 pessoas;
- hall de entrada.

Figura 78 - Dependências internas que compõem a ampliação da Biblioteca Central, no *Campus* Belém

Fonte: ASCOM

Editora da Universidade Federal Rural da Amazônia – EDUFRA

A Editora da Universidade Federal Rural da Amazônia – EDUFRA é uma editora universitária voltada para o fomento da produção técnico-científica nas áreas de atuação desta Universidade**.** Tem por finalidade editar e disseminar a produção de caráter técnico, didático, científico e cultural dos docentes e técnicos da UFRA em consonância com a política editorial aprovada.

Tornou-se um forte elo entre a produção acadêmica e a sociedade na divulgação para além dos muros da academia do que se pesquisa e se inova na universidade. Também se preocupa em registrar fatos importantes da história da UFRA que precisa ser preservada, para conhecimento de seus contemporâneos e daqueles que se interessam pelos acontecimentos vividos ao longo dos tempos, atuando como vetor do conhecimento.

A EDUFRA tem como missão "Atender às necessidades editorias, em impressos e eletrônicos, da Universidade, contemplada na sua Política Institucional de Difusão Científica e Tecnológica e no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI". Em 1971, deu-se início ao trabalho de editoração na primeira antecessora da UFRA, com a publicação do Boletim da Escola de Agronomia da Amazônia, com a obra: "Possibilidades Agro-Climáticas do município da Altamira (Pará)". Dando continuidade ao Boletim da EAA foi editado, de 1972 a 1998, o Boletim da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará – FCAP, e em sucessão, a partir de 1999, a Revista de Ciências Agrárias, esta indexada naquele ano pelo CAB Internacional, AGRIS(FAO) e AGROBASE (Base de Dados da Agricultura Brasileira). Nessa época foram

publicados livros de autores renomados na área das Ciências Agrárias, dentre os quais se destaca o "Manual de Medicina Popular: a Fitoterapia da Amazônia", considerado de grande importância por versar sobre os poderes curativos das plantas medicinais, legado pela sabedoria popular através dos tempos, escrito pelo grande e eterno mestre Lúcio Salgado Vieira.

Ao longo destes 46 anos a EDUFRA vem publicando Livros, Séries e Cartilhas, oportunizando o conhecimento às diferentes categorias da sociedade, voltados ao desenvolvimento regional; são mais de 160 obras produzidas as quais passam ser citadas por tipos de publicação: livros, foram publicados 53 títulos; Folhetos e Cartilhas, 61 títulos; dentre as cartilhas editadas mencionamos a Série Produtor Rural. Dando continuidade a seqüência de edições, destaca-se as Publicações Seriadas: UFRA Informe Técnico, 30 edições; FCAP Informe Didático, 15 edições; FCAP Informe Extensão, 8 edições; FCAP Nota Prévia, 13 edições.

A EDUFRA é regida por diretrizes, normas, critérios e técnicas que vêm direcionando suas atividades ao longo destes 46 anos. A estrutura organizacional é formada pelo Conselho Editorial, Comissão Editorial e Gerência Administrativa, com competências distintas de atuação. Possui Normas e Diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração – CONSAD, contidas nos seguintes documentos: Regimento, Regulamento e Política Editorial. Os trabalhos encaminhados à publicação passam por avaliação da Comissão Editorial da UFRA que, posteriormente, os encaminha a especialistas de renome nacional na área, os quais emitem pareceres sobre a aceitação para publicação.

A Editora é cadastrada no ISBN, que é um Sistema Internacional padronizado que identifica numericamente os livros segundo o Título, o Autor, o País, a Editora, individualizando-os inclusive por edição. A editora envia um exemplar de cada obra publicada a Fundação Biblioteca Nacional em cumprimento à Lei de Depósito Legal n. 10.994, de dezembro de 2004. A EDUFRA, também, está vinculada à Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU), com o objetivo maior de divulgar o conhecimento dentro da comunidade universitária.

Em parceria com instituições de pesquisa e órgãos governamentais, a Editora tem publicado obras de interesse aos seus cursos, como por exemplo, a grandiosa obra Orquídeas Nativas da Amazônia Brasileira, que publicou em parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi, na qual se descreve mais de 700 espécies de orquídeas da Amazônia Brasileira.

Pensando em uma divulgação mais abrangente, o novo site da editora foi desenvolvido e está disponível no seguinte endereço *www.portaleditora.ufra.edu.br.* Nele será possível acessar a vasta gama de publicações produzidas por esta Universidade.

Desde a sua criação, a EDUFRA está sob a responsabilidade e direção da Bibliotecária do quadro efetivo da instituição Marly Maklouf dos Santos Sampaio.

Prédio do Curso de Graduação em Letras/Libras

O Ministério da Educação, através da Secretaria de Ensino Superior, por meio do Programa "Viver sem Limites", escolheu a Universidade Federal Rural da Amazônia para sediar o curso de graduação em Letras/Libras, também, denominado de "Linguagem Brasileira de Sinais" e, assim, integrando o conjunto

das universidades brasileiras engajadas na missão de abrir novos horizontes aos portadores de deficiência auditiva e de linguagem, minoria social que é segregada da sociedade, vivendo em um mundo próprio e solitário.

Em razão disso, o MEC assegurou recursos financeiros para construção de um prédio, com todos os requisitos necessários para realização do curso de graduação nessa especialidade, cujo início está previsto para o 2º semestre de 2016 tão logo se viabilize a contratação de professores, via concurso público, necessários a esse fim, bem como a aquisição de equipamentos.

O prédio do curso de Letras-Libras, tem as seguintes instalações, em dois pavimentos:

- 7 salas de aula;
- 1 laboratório;
- dependências administrativas;
- 3 sanitários: masculino, feminino e para portadores de necessidades especiais;
- 1 copa-cozinha;
- hall de entrada.

O prédio do curso de Letras-Libras (Figura 79) está concluído. Necessitando apenas os equipamentos didáticos para funcionamento das aulas do curso de graduação, bem como a contratação de professores já concursados.

Figura 79 - Prédio do Curso de Letras/Libras no *Campus* Belém

Fonte: ASCOM

Laboratório de Informática

Em frente à Biblioteca Central, a Universidade construiu um prédio que hoje está destinado a laboratório de Informática para atender os alunos nos horários extraclasses e que, originalmente, servia de livraria, ligado à Editora da instituição.

Esse prédio tem as seguintes dependências:

- 1 amplo salão para computadores;
- 1 gabinete de administração;
- 1 copa;
- banheiros masculinos e femininos.

Em futuro próximo esse prédio será ampliado, para abrigar um salão com área praticamente igual à área do atual laboratório.

Ponte Transcontente

Os alunos que se dirigiam ao setor de Zootecnia para receberem aulas teóricas ou práticas, tinham enormes dificuldades para acessar a Biblioteca Central e o Restaurante Universitário, pois tinham que fazer esse trajeto, através da pista que interliga a Zootecnia à pista principal da Universidade, passando em frente aos prédios da chamada Zootecnia Velha e o estacionamento de viaturas do prédio da Reitoria, desde que, à época, ainda não existia os prédios da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, o prédio do Laboratório da Madeira e o Laboratório do Centro de Pesquisa de Ovinos e Caprinos.

Vale ressaltar que a área localizada entre a Zootecnia (Nova) e a Biblioteca é de "baixio" de má drenagem e utilizada como pastagens, piquetes para o plantel de bubalinos e bovinos da Universidade o que, por essa razão, impedia a movimentação "a pé", de estudantes e usuários, para alcançar a Biblioteca e outros prédios acadêmicos e administrativos e a parada de ônibus.

Desse modo, na administração do Prof. Paulo Contente, foi construída uma ponte, em madeira de lei, ligando esses dois setores que, por sua vez, acessava o chamado Prédio Central, principal construção da Instituição.

Essa ponte facilitou de maneira expressiva esse acesso, via Zootecnia, e se constitue em uma instalação de estrutura bastante consolidada e de belo aspecto visual, conhecida por "Ponte Transcontente", em homenagem ao gestor que autorizou a sua construção (Figura 80).

Figura 80 - Ponte Transcontente

Fonte: ASCOM

Recuperação e Asfaltamento da Malha Viária e Estacionamentos

A recuperação e asfaltamento da malha viária, bem como a cosntrução de estacionamentos para veículos, na área do *Campus* Belém teve notável desenvolvimento nos últimos anos, conforme é descrito a seguir:

Recuperação e asfaltamento da malha viária

A malha viária da universidade é representada por suas vias principais e vias secundárias.

As vias principais são em número de 4, discriminadas a seguir:

- Pista partindo do Portão Principal, seguindo em direção ao Prédio Central, por onde passa em frente ao Prédio de Solos, e também em frente ao Prédio do CPNOR, do Prédio do Curso de graduação de Engenharia de Pesca e do Centro de Aquicultura, bem como ao Prédio da FUNPEA, do campo de futebol e dos Prédios de Engenharia Ambiental e Centro de Monitoramento Ambiental, passando por trás do Prédio da Prefeitura e na frente da Divisão de Transporte, da Carpintaria, da antiga e nova garagem e ao lado do Prédio da antiga livraria, hoje uma Central de Informática e até se unir novamente, em frente ao prédio do restaurante, com extensão estimada de 2950 metros;

- Pista principal partindo do estacionamento da Reitoria, no sentido do Central de Ouvinos e Caprinos, passando em frente ao Prédio de salas de aula e gabinetes dos professores (Zootecnia velha), do prédio do Laboratório de Tecnologia da Madeira, do Prédio da Pró-Reitora de Assuntos Estudantis, do Prédio do Curso de Zootecnia, contornando a área da pocilga e dos galpões de frango, até se encontrar novamente com a pista, com aproximadamente 1700 metros de extensão;

- Pista Principal partindo do abrigo terminal do ônibus, em frente ao prédio de Engenharia Florestal do Instituto de Ciências Agrárias, seguindo ao lado do prédio da Agronomia, de casas de vegetação, do laboratório de sementes, passando por áreas experimentais de culturas agrícolas, seguindo até encontrar o prédio da Divisão de Transportes com estimados 1500 metros de extensão;
- Pista Principal partindo do Prédio Professor Rubens Lima, seguindo no sentido do Prédio do Hospital Veterinário, passando pelos prédios de salas de aula do curso de Medicina Veterinária, prosseguindo até a área de várzea com 700 metros aproximadamente.

As pistas secundárias existentes no *Campus* Belém estão a seguir discriminadas:

- Pista Secundária, partindo da borda da terra firme, próximo ao prédio da FUNPEA, até o trapiche localizado na UD-Várzea, com 600 metros estimados, de extensão;
- Pista secundária que dá acesso ao prédio do SOS Fauna, partindo do prédio do ICA, com 500 metros de extensão estimados;
- Pista secundária originária do aterramento da área de várzea, onde localiza-se um atracadouro do antigo IPEAN, com entrada ao lado esquerdo dos prédios do curso de Medicina Veterinária, com extensão estimada de 800 metros;
- Pequena trilha que vai do portão de acesso a carros, até encontrar a pista principal, aproximadamente 600 metros de extensão.

Todas essas vias foram reformadas e asfaltadas com revestimento de boa qualidade, inclusive, sendo alguns trechos em terra batida.

Essas pistas de rolamento recebem manutenção, especialmente no que se refere ao fechamento de buracos provocados pelas intemperes que sofre a área do *Campus*, com alta precipitação pluviométrica (Figura 81).

Figura 81 - Vista da pista de rolamento principal no *Campus* Belém

Fonte: ASCOM

Estacionamentos

A área do *Campus* Belém possui inúmeros estacionamentos, que são decorrentes de sua extensa área e a natural dispersão dos imóveis que foram construídos, em distâncias razoáveis um dos outros, impondo o deslocamento motorizados para acesso aos referidos prédios, principalmente os destinados a salas de aula.

Os estacionamentos existentes no *Campus* Belém são os seguintes, construídos ao longo dos últimos 10 anos, além dos existentes há mais tempo, como o do prédio Professor Rubens Lima, do prédio de Solos e da Reitoria, entre outros:

- Pavilhão de salas de aula, próximo ao portão principal (75 vagas);
- Área do prédio do Instituto de Ciências Agrárias (20 vagas);
- Em frente do prédio do SOS Fauna (20 vagas);
- Em frente ao prédio central de docentes I (24 vagas);
- Próximo ao prédio do restaurante (20 vagas);
- Em frente ao prédio da Prefeitura (20 vagas);
- Em frente ao prédio da FUNPEA (10 vagas);
- Em frente ao prédio do Almoxarifado (5 vagas);
- Em frente ao prédio da Zootecnia (30 vagas);
- Á frente e ao lado dos prédios do Centro de Aquicultura do curso de Letras/Libras (24 vagas).

Estão previstos para construção, em futuro próximo, estacionamentos para atender os Prédios da Engenharia Ambiental e de Monitoramento Ambiental.

Campi Interiorizados

Os *Campi* estão sendo objetos de implantação de excelente infraestrutura acadêmica, administrativa e de pesquisa, voltada para o fim a que se destinam, com vários prédios, construídos através de projetos funcionais e racionalmente organizados, que foram integralmente financiados com recursos do programa Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras – REUNI, que deu extraordinária expansão às atividades da Universidade no interior do Estado.

A infraestrutura que está sendo implantada nos *Campi*, compõe-se do seguinte:

Campus Capitão Poço

O *Campus* de Capitão Poço é o mais antigo *Campus* da Universidade, com funcionamento integral.

Nesse *Campus*, a infraestrutura física (Figura 82) encontra-se em adiantada fase de construção, estando a maioria já concluída e atualmente em funcionamento integral e permanente.

Os imóveis existentes nesse *Campus* são os seguintes:

- 3 blocos de dois pavimentos já concluídos e destinados, em princípio, às funções de:
    - 1 bloco para salas de aula e biblioteca, denominado Bloco I;
    - 1 bloco para salas de aula e auditório, chamado Bloco II;
    - 1 bloco para salas de aula e laboratórios, especificado como Bloco III.
- 1 prédio para administração;
- 1 área experimental com estufas cobertas;
- 1 estação meteorológica;
- 1 bloco destinado a gabinetes de docentes, com dois pavimentos;
- 1 alojamento para professores e técnicos;
- 1 prédio destinado exclusivamente à laboratórios;
- 1 garagem;
- 1 bloco para Biblioteca.

Figura 82 - Vistas do prédio de salas de aula e laboatórios e o dos gabinetes de professores no *Campus* Capitão Poço

Fonte: ASCOM

Campus Paragominas

A infraestrutura existente no *Campus* Paragominas em grande parte já se encontra concluída e em pleno funcionamento (Figura 83). Entretanto, a Universidade desenvolve ações junto a Prefeitura daquele município para conseguir uma nova área, no outro lado da estrada, porém em frente ao atual *Campus*, para realizar a expansão de sua infraestrutura voltada a atender as necessidades, especialmente aulas práticas e de pesquisa, com a construção de viveiros florestais, estufas, casas de vegetação e áreas experimentais.

Assim, no *Campus* Paragominas a infraestrutura existente é:

- 1 portal;
- 1 garagem;
- 1 prédio novo para docentes, com dois pavimentos;
- 1 prédio para salas de aula, chamado prédio I, com dois pavimentos;
- 1 prédio para salas de aula, prédio II, com dois pavimentos;
- 1 prédio para salas de aula e laboratórios, prédio III, em 2 pavimentos;
- 1 prédio para a administração, prédio IV, em 2 pavimentos;
- 1 pequena área experimental com casa de vegetação, estufa e viveiro de muda.

Figura 83 - Vistas do portal de entrada do *Campus* Paragominas e dos prédios de sala de aula e laboratórios

Fonte: Adriano Sousa

Campus Capanema

Os prédios do *Campus* Capanema encontram-se, em sua grande maioria, em diferentes estágios de construção e são os seguintes, com dois pavimentos (Figura 84):

- 1 prédio da Biblioteca;
- 1 prédio para gabinetes de docentes;
- 1 prédio para salas de aula;
- 1 novo prédio para salas de aula.

Figura 84 - Vistas frontal e interna do prédio alugado e construção do prédio próprio no *Campus* Capanema

Fonte: Adriano Sousa

Campus Tomé-Açu

No *Campus* Tomé-Açu, o mais novo credenciado pelo Conselho Nacional de Educação, estão concluídos e em fase de acabamento quatro prédios (Figura 85), com a seguinte destinação:

- alojamento para professores e alunos
- prédio 1 – destinado a salas de aula;
- prédio 2 – destinado a salas de aula;
- prédio 3 – destinado a salas de aula.

Posteriormente, quando completado os imóveis para os diversos setores do *Campus*, o prédio de alojamento será adaptado para abrigar as atividades administrativas.

Figura 85 - Vistas dos prédios em fase de construção no *Campus* de Tomé-Açu

Fonte: ASCOM

Campus Parauapebas

O *Campus* Parauapebas é um *Campus* dos mais antigos da Universidade. Está localizado no município de Parauapebas, uma das unidades municipais mais prósperas do Estado do Pará, em razão do recebimento de "royalties" da empresa Vale, pela exploração do minério de ferro da Floresta Nacional de Carajás.

Os prédios do *Campus*, já totalmente construídos, estão localizados na área de propriedade da Universidade, distante cerca de 13 km do centro da cidade de Parauapebas, através de estrada asfaltada que liga a área da cidade à sede do *Campus*.

Os prédios do *Campus* foram construídos obedecendo a projeto arquitetônico padrão estabelecido para as construções dos imóveis implantados nos diversos *Campi* interiorizados, cujo resultado foi de prédios bonitos e de ótimo acabamento, com destinação administrativa e acadêmica, destacando-se o Portal de Entrada, sem dúvida um dos mais bonitos entre os dos demais *Campi* da Universidade no interior do Estado como, também, das Bases Físicas. Destacam-se os serviços de urbanização e ajardinamento das unidades, demonstrando o interesse e o acompanhamento dessa atividade por parte da direção do *Campus* Parauapebas (Figura 86).

Os cinco prédios e as dependências que foram recentemente construídos, são os seguintes:

- 1 prédio para administração e biblioteca;
- 1 prédio para gabinetes de professores;
- 3 prédios para salas de aula;
- 1 portal de entrada;
- 1 garagem;
- 1 instalação para ruminantes e produção animal;
- 1 caixa d'água.

Figura 86 - Vistas do portal de entrada e dos prédios do *Campus* Parauapebas

Fonte: ASCOM

BASES FÍSICAS

Estação Experimental de Piscicultura de Água Doce de Castanhal

- Infraestrutura

A Base Física dessa Estação Experimental é dotada de uma excelente infraestrutura voltada para o curso de graduação de Engenharia de Pesca, bem como treinamento periódico que é ofertado aos estudantes e palco de aulas práticas de várias disciplinas dos diversos cursos lecionados na Universidade (Figura 87).

Figura 87 - Infraestrutura de apoio à pesquisa na base física de estação experimental de piscicultura de água doce de Castanhal

Fonte: ASCOM

- Alojamento

Além da excelente infraestrutura dessa Base Física, a Instituição conseguiu recursos orçamentários para construção recente de um prédio de dois pavimentos (Figura 88), contendo as seguintes dependências:

- alojamento para 70 alunos;
- mini auditório com capacidade para 60 pessoas;
- laboratório multiuso;

- sala de informática;
- sala para administração do prédio;
- banheiros masculinos e femininos;
- copa-cozinha;
- hall de entrada.

Figura 88 - Prédio de alojamento na estação experimental de piscicultura de água doce de Castanhal

Fonte: ASCOM

- Residência do Administrador

Para maior conforto da administração da Base Física, a direção da Universidade construiu uma residência toda ela em alvenaria de tijolo, com dependências compatíveis para a função a que se destina, com 100 m² de área construída (Figura 89).

Figura 89 - Residência do administrador da estação experimental de piscicultura de água doce de Castanhal

Fonte: ASCOM

Cuiarana

Cuiarana é a Base Física mais recente da Universidade, estando localizada no município de Salinópolis, unidade que, também, está vinculada ao curso de Engenharia de Pesca e onde se desenvolve, atualmente, o Programa LBA de controle ambiental.

Nessa Base Física, a Universidade construiu uma casa para o administrador, com três quartos, cozinha e banheiros, sendo toda avarandada (Figura 90).

Figura 90 - Residência na base física de Cuiarana

Fonte: ASCOM

Fazenda Escola de Igarapé-Açu

Na Fazenda Escola de Igarapé-Açu foram construídos alguns prédios, quer na área da própria fazenda, como na área cedida por comodato pela 1ª Zona Aérea, do Ministério da Aeronáutica, sendo o principal deles a Central de Manejo do Leite

Essa central, no terreno da Fazenda Escola de Igarapé-Açu, foi construída com dois imóveis distintos.

No primeiro prédio, constam as seguintes dependências:

- área industrial;
- fábrica de ração;
- 1 depósito;
- 1 garagem;
- 1 escritório com banheiro;
- 1 sala de forragem;
- 1 sala de reprodução;
- banheiros;
- cochos.

No segundo prédio estão estabelecidas as seguintes instalações:

- sala de espera;
- arquibancada;
- salão de gabinetes;
- 1 manga de ordenha;
- 4 currais.

O Prédio da Central de Manejo do Leite, ainda não está em funcionamento, em razão de não dispor, até o momento, porém estão sendo providenciados, uma central de energia elétrica e um sistema de abastecimento de água (Figura 91).

Figura 91 - Instalações da central de leite em Igarapé-Açu

Fonte: ASCOM

COMENTÁRIO FINAL

As ações desenvolvidas por esta Universidade, são de grande expressão, tanto na comunidade interna, no que se refere à formação profissional, como na comunidade externa, quanto à sua responsabilidade social e a sua visibilidade pública, de importância fundamental para o prestigio e o conceito da instituição perante a sociedade, não foram relatadas neste documento, por absoluta falta de informações das respectivas unidades acadêmicas e administrativas a que estavam vinculadas ou por dificuldade de acesso a dados e relatórios, se existentes, que pudessem possibilitar a redação de capítulos desta publicação, que permitissem o amplo conhecimento dessas ações e procedimentos.

As ações a que nos referimos são perfeitamente conhecidas por quem faz esta Universidade, em razão de algumas se encontrarem em pleno andamento, todas com grande desempenho e grande visibilidade institucional e, assim, é de se lamentar que elas não puderam ser levadas ao conhecimento da grande clientela da Universidade, pois são ações que dignificam a instituição e fortalecem o seu prestígio e que, por falta de atenção com a nossa casa pelos responsáveis por essa omissão, certamente levarão essas ações ao esquecimento, praticamente total, em futuro não tão distante.

A nossa Universidade não está inserida entre as maiores universidades brasileiras, mas ela pode, com o nosso esforço, estar entre as melhores instituições congêneres do país, especialmente aquelas voltadas ao ensino de Ciências Agrárias, aliás posição que já ocupou, com muita competência, em passado relativamente recente. Todavia, essa conquista se dará desde que a comunidade se disponha a fazer intensa mobilização com esse objetivo e se esse, realmente, for o desejo almejado por todos os segmentos que compõem esta casa de ensino, de larga tradição no cenário regional.

A coesão interna é importante para a UFRA conquistar um lugar destacado no processo de desenvolvimento socioeconômico desta imensa área que, ainda se encontra praticamente excluída do progresso experimentado por outras parcelas populacionais brasileiras.

Os esforços dos docentes, técnicos, alunos e, também dos egressos deste estabelecimento, no sentido de demonstrar à sociedade que a UFRA tem interesse efetivo na melhoria da qualidade de vida da nossa população, principalmente a representada pelos produtores rurais, são condições que se pratica, diuturnamente, no deslanchar das inúmeras atividades e ações de seu programa de ensino, de pesquisa e de extensão, tripé básico do ensinamento das disciplinas que são ministradas na Instituição.

A união dessas categorias em prol dos objetivos de sua missão institucional ensejará, como consequência, o fortalecimento de nossa Universidade e o reconhecimento de que ela, realmente, é peça importante na elevação desta região à condição de "Celeiro do Mundo", como disse Humboldt, em notável premonição que expressou em visita que fez à Amazônia brasileira.

Os requisitos para esse destino existem, basta apenas a nossa luta e o nosso desejo em torná-lo realidade.

Assim, ame-a, no cotidiano de suas atividades; contribua, com a sua participação, para o seu futuro; tenha por ela uma saudade imorredoura; respeite-a como se fosse sua própria filha e a dignifique, com o seu trabalho, quando egresso de seus bancos escolares.

Se fizermos tudo isso, certamente ela não será a maior, mas, sem dúvida, ela se perpetuará na memória de todos aqueles que fazem sua história, como a melhor instituição de ensino de Ciências Agrárias em todo o país.

Vamos à luta para vencer esse desafio!

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº. 10. 436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 25 de set de 2002.

_____. Ministério da Educação . Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plataforma Sucupira. **Programa de Pós –Graduação da UFRA (ano 2015). 2015**. Diponivel em: < http:// sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/listaPrograma.jsf > acesso em: 8 de set. de 2016.

LIMA, R. R. **A Agricultura nas várzeas do estuário do Amazonas.** Belém: IAN, 1956. 159p. (Boletim Técnico, 33)

SANTANA, A. C. **Planejamento estratégico Institucional da UFRA:** 2014 – 2024. Belém: UFRA, 2015.

SANTOS, W. H. **Registros históricos:** contribuição à memória da Universidade Federal Rural da Amazônia. Belém: UFRA, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA. Pró- Reitoria Administrativa e Financeira. PROAF. **Relação de Emendas Parlamentares Individuais no ano de 2010.** Belém, 2010a.

_____. Pró- Reitoria de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico- PROPED. **Relatório de Gestão da PROPED/UFRA-2009.** Belém, 2010b.

_____. Pró- Reitoria Administrativa e Financeira. PROAF. **Relação de Emendas Parlamentares Individuais no ano de 2011.** Belém, 2011.

_____. Pró- Reitoria Administrativa e Financeira. PROAF. **Relação de Emendas Parlamentares Individuais no ano de 2013.** Belém, 2013.

_____. Instituto da Saúde e Produção Animal. ISPA. Serviço Integrado de Atenção ao Eqüídeo - Projeto Carroceiro. **Relatório de Atividades 2014**. Belém, 2014a.

_____. Pró- Reitoria Administrativa e Financeira. PROAF. **Relação de Emendas Parlamentares Individuais no ano de 2014.** Belém, 2014.b

_____. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEP. Superintendência de Desenvolvimento de Gestão de Pessoas - Divisão de Saúde e Qualidade de Vida - DSQV. **Relatório de Atividades 2014**. Belém, 2014c.

_____.Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEP. Superintendência de Desenvolvimento de Gestão de Pessoas - Divisão de Capacitação e Desenvolvimento - DCAD. **Relatório de Atividades – 2014.** Belém, 2014d.

_____. Assessoria de Cooperação Interinstitucional e Internacional - ACII: **Relatório: agosto-2015.** Belém, 2015a.

_____. ¬¬Pró- Reitoria de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico- PROPED. **Relatório de Gestão da PROPED/UFRA**. Belém, 2015b.

ANEXOS

ANEXO I

HINO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA

(Composição: Salomão Habib)

Nossa Universidade
Tem no campo sua história
Na cidade
Na floresta
É saúde e Produção

Terra, mistérios da ciência
Trabalho e geomática no ar
Agrária formação traz consciência
Ufra cultura a preservar

A semente foi plantada
Pelo chão que o ensino sonha
Foi em 1951
Agronomia da Amazônia

FCAP passado Luta e Glória
UFRA presente é meu labor
Sociedade e Ambiente
Mestres e Doutores de Valor

FCAP passado Luta e Glória
Ufra presente é meu pilar
Sociedade e Ambiente
Ufra Orgulho do Pará